

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	8

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições Não Contábeis	10
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	20
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	21
3.7 - Nível de Endividamento	22
3.8 - Obrigações	23
3.9 - Outras Informações Relevantes	24

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	25
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	36
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	39
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	45
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	46
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	47
4.7 - Outras Contingências Relevantes	48
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	49

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	50
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	51
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	52
5.4 - Programa de Integridade	70
5.5 - Alterações significativas	73
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	75

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	76
6.3 - Breve Histórico	77
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	81
6.6 - Outras Informações Relevantes	82

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	83
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	84
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	85
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	86
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	89
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	90
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	92
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	93
7.8 - Políticas Socioambientais	94
7.9 - Outras Informações Relevantes	95

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	96
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	97
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	99

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	100
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	101
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	102
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	103
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	114
9.2 - Outras Informações Relevantes	116
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	117
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	126
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	132
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	133
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	134
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	136
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	137
10.8 - Plano de Negócios	138
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	140
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	141
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	142
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	143
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	148
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	151
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	152
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	153
12.7/8 - Composição Dos Comitês	161

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	163
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	164
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	175
12.12 - Outras informações relevantes	176

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	177
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	182
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	186
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	188
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	191
13.6 - Opções em Aberto	193
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	194
13.8 - Precificação Das Ações/opções	195
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	197
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	198
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	199
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	200
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	201
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	202
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	203
13.16 - Outras Informações Relevantes	204

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	205
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	206
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	207

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	209
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	210
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	211
15.3 - Distribuição de Capital	214
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	215
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	217
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	218
15.7 - Principais Operações Societárias	220
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	222
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	223
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	225
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	226
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	227
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	228
17.2 - Aumentos do Capital Social	229
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	232
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	233
17.5 - Outras Informações Relevantes	234
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	236
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	238
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	239

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	240
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	242
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	244
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	245
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	246
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	247
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	248
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	249
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	250
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	251

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	252
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	253
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	254

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	255
20.2 - Outras Informações Relevantes	256

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	257
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	258
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	259
21.4 - Outras Informações Relevantes	260

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Salésio Nuhs

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sergio Castilho Sgrillo Filho

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores



Declaração do Diretor Presidente

Para fins do item 1.1. do Formulário de Referência

Eu, **Salésio Nuhs**, CPF 437.953.159-72, brasileiro, casado, industrial, na qualidade de Diretor Presidente da Taurus Armas S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ nº 92.781.335-02, declaro que:

- (i) revi este formulário de referência de 2020;
- (ii) todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e
- (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Taurus Armas S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Salésio Nuhs

Diretor Presidente



Sérgio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo, Financeiro e
Diretor de Relações com Investidores
CPF: 904.896.160-20



Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Para fins do item 1.1. do Formulário de Referência

Eu, **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, CPF 904.896.160-20, brasileiro, casado, administrador, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Taurus Armas S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ nº 92.781.335-02, declaro que:

- (i) revi este formulário de referência de 2020;
- (ii) todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Taurus S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sergio Castilho Sgrillo Filho

Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo, Financeiro e
Diretor de Relações com Investidores
CPF: 904.896.160-20

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0005-52		
Data Início	15/03/2004		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com o objetivo de emitir parecer contemplando o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, através de revisões trimestrais e anuais.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)		
Justificativa da substituição	Rodízio obrigatório		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância da justificativa do emissor		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Pedro Jaime Cervatti	30/06/2009	655.644.058-20	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8. andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33033001, e-mail: pcervatti@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	18/04/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria externa durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não tendo realizado quaisquer outros trabalhos à Companhia e/ou às suas controladas, exceto pelos procedimentos necessários e adicionais relativos ao refazimento das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para reapresentação espontânea.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 1.060.619,35
Justificativa da substituição	Promover o rodízio saudável do processo, gerenciar custos e promover o alinhamento com a mesma empresa de auditoria externa do acionista controlador da Companhia, dentro das melhores práticas de governança corporativa.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
AMÉRICO FRANKLIN FERREIRA NETO	01/04/2014	045.379.898-58	Av. Mostardeiro, 322, 10 andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32055699, e-mail: americo.f.neto@br.ey.com
Luis Carlos de Souza	18/04/2012	612.539.289-91	Rua Mostardeiro, 322, 10 andar, Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (051) 32045500, Fax (051) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0005-52
Data Início	31/03/2015
Descrição do serviço contratado	Serviço de auditoria externa relacionado ao exame das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao(s) exercício(s) de 2016, 2017 e 2018 e revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tal(tais) exercício(s). Serviço de consultoria tributária (compliance tributário) no Brasil e nos Estados Unidos e diagnóstico sobre os possíveis impactos de novos pronunciamentos contábeis, a partir de contratos firmados em 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão especial das demonstrações trimestrais (ITR): R\$ 634.006,00 Serviço de consultoria tributária (compliance tributário) no Brasil e nos Estados Unidos e diagnóstico sobre os possíveis impactos de novos pronunciamentos contábeis: R\$ 638.660,00
Justificativa da substituição	Não houve substituição em 2018
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
CRISTIANO JARDIM SEGUECIO	31/03/2015	929.772.190-72	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8. andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: cseguecio@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0010-02
Data Início	07/05/2020
Descrição do serviço contratado	<p>Serviço de auditoria externa relacionado ao exame das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 e revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tal(tais) exercício(s).</p> <p>Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da controlada Taurus Holdings, Inc, efetuada pela firma-membro da Deloitte nos Estados Unidos da América, expressas em USD, elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (USGAAP), para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. Como parte desse trabalho, também será efetuada revisão de compliance tributário.</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão especial das demonstrações trimestrais (ITR): R\$ 605.000,00; e Auditoria da Taurus Holding Inc : USD 155.000,00.;
Justificativa da substituição	Rodízio de Auditores, conforme Instrução CVM 308/99 e suas alterações.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Otávio Ramos Pereira	19/04/2021	736.380.800-72	Av. Carlos Gomes, 222, 2º andar, Boa vista, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90480-000, Telefone (51) 33278800, Fax (51) 33278800, e-mail: opereira@deloitte.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	-304.621.000,00	-406.963.000,00	-445.233.000,00
Ativo Total	1.066.440.000,00	921.156.000,00	768.958.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	999.581.000,00	845.287.000,00	695.258.000,00
Resultado Bruto	340.629.000,00	307.627.000,00	95.358.000,00
Resultado Líquido	43.426.000,00	-59.862.000,00	-286.028.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	88.464.333	74.862.626	64.688.212
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-3,443433	-5,436130	-6,882753
Resultado Básico por Ação	0,514200	-0,799625	-4,421640
Resultado Diluído por Ação	0,49	-0,80	-4,42

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve

a) informar o valor das medições não contábeis

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

<i>R\$ milhões</i>	2019	2018	2017*
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	105,7	46,2	-160,8
(+) Depreciação e amortização	22,3	32,7	35,1
Ebitda ou Lajida	128,0	78,9	-125,7
Margem Ebitda ou Lajida	12,8%	9,3%	-18,1%
<i>Despesas não recorrentes (Burrow Case)</i>			
(+) Despesas gerais e administrativas	-	15,6	-
(+) Outras despesas operacionais	-	21,5	-
Ebitda ou Lajida ajustado	128,0	116,0	-125,7
Margem Ebitda ou Lajida ajustada	12,8%	13,7%	-18,1%

** Resultado proforma de 2017*

No Relatório da Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras, assim como em relatórios trimestrais de resultados, divulgamos o indicador conhecido como Ebitda, sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida em português. Tal indicador não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. O Ebitda é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda ou Lajida de maneira diferente da aqui apresentada.

O indicador é utilizado como medida adicional para o nosso desempenho e a nossa geração operacional de caixa, considerando exclusivamente as atividades operacionais, uma vez que, a partir do valor do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos, acrescenta também o valor referente à depreciação e à amortização.

No exercício de 2017, é apresentado resultado proforma, considerando o segmento de capacetes como “operações descontinuadas” de modo a manter a base de comparação com os dois outros exercícios sociais, uma vez que essa operação foi colocada à venda. A partir de janeiro de 2018, os resultados relacionados à operação de capacetes são formalmente incorporados ao da Taurus S.A. na linha de Operações Descontinuadas da Demonstração de Resultados, de acordo com o estabelecido no CPC 31.

Com relação ao exercício encerrado em 31/12/2018, ajustamos o cálculo do Ebitda (Ebitda Ajustado) somando R\$ 37,1 milhões ao montante básico apurado. Esse valor, contabilizado como parte das despesas operacionais nas demonstrações financeiras, não está relacionado às atividades rotineiras de nossas operações, mas sim a despesas extraordinárias, não recorrente, de um acordo firmado com relação a processo judicial contra a Companhia nos EUA.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Usamos o Ebitda como medida de nosso desempenho operacional. Entendemos que esse indicador representa medida adequada com relação à nossa capacidade de gerar recursos com nossas atividades operacionais, isento de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis.

3.2 - Medições Não Contábeis

O indicador é também amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho das operações e comparar o desempenho entre diferentes Companhias, ainda que não represente nossa real geração de caixa e, portanto, não deve ser usado como tal.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2019

Assinatura de acordo de *joint venture* na Índia

Em 27/01/2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração assinou, em reunião realizada em 22 de janeiro, acordo definitivo para criação de *joint venture* com a Jindal Group, empresa com faturamento anual superior a US\$ 24 bilhões e 200 mil funcionários, maior fabricante de aço da Índia e uma das dez maiores do mundo.

A *joint venture* tem participação de 51% da Jindal Group e 49% da Taurus e montará uma fábrica de armas na Índia para a produção de fuzis, pistolas e revólveres para os mercados civis, de segurança pública e militar. A celebração desse acordo é um passo importante na estratégia global da Taurus e colocará a Companhia em uma posição de destaque no mercado mundial de armas.

Potenciais impactos da pandemia de COVID -19

A Taurus tem o título de Empresa Estratégica de Defesa (EAD) e sua atividade foi qualificada como essencial, nos termos do inciso IV do art. 3º do Decreto n.º 10.282, de 20 de março de 2020. Nessas condições, não interrompeu em qualquer momento suas atividades em função da pandemia de COVID-19 e vem mantendo suas operações de forma responsável e observando todas as limitações impostas pelo Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal.

No dia 03/03/2020 foi criado o Comitê de Crise da Taurus para lidar com a situação, e elaborado o “Protocolo de Ações COVID-19”. A prioridade definida foi proteger a saúde e o bem-estar dos colaboradores e, ao mesmo tempo, atuar no sentido de minimizar os riscos decorrentes da pandemia para o negócio. Várias medidas de prevenção e controle foram adotadas, como o afastamento de colaboradores do grupo de risco; a verificação da temperatura corporal de todos os que acessam a unidade em São Leopoldo; a observância do distanciamento social, demarcações de áreas, implementação de barreiras protetoras e uso de EPIs onde necessário; a doação aos colaboradores de mais de 100 mil máscaras e 2 mil protetores faciais modelo *face shields*; a adoção dos sistemas de escalas, de revezamento de turnos e de alterações de jornadas para reduzir fluxos, contatos e aglomerações, assim como do regime de home-office para atividades administrativas; entre outras.

Ciente de sua responsabilidade com a sociedade, a Companhia produziu em suas instalações industriais cerca de 240 mil *face shields* que foram entregues para unidades de saúde, hospitais, entidades sociais, corporações policiais, guardas municipais, além da Secretaria Estadual da Saúde e na Defesa Civil para a distribuição em todo o Rio Grande do Sul e vários outros Estados, como Amazonas, Amapá e Rio de Janeiro. Foi um projeto realizado de forma solidária, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), empresas parceiras que doaram matérias primas e militares do Exército Brasileiro que auxiliaram no processo de montagem e embalagem dos protetores faciais em uma linha de produção montada dentro das nossas instalações em São Leopoldo.

Ainda, a Taurus forneceu refeições para os integrantes da Polícia Militar e para a Guarda Municipal em serviço na cidade onde está localizada nossa fábrica, durante o tempo em que o comércio (restaurantes e lanchonetes) esteve fechado por determinação do decreto de calamidade pública. Realizou também a campanha interna “Solidariedade em Dobro”, com a doação de alimentos para instituições e projetos sociais. Na campanha, os funcionários doaram 4.770 kg de alimentos e a Taurus colaborou com o dobro do arrecadado, elevando para 14.310 kg de alimentos doados.

Com um forte protocolo de prevenção, as atividades industriais e comerciais foram mantidas sem grandes percalços. Não houve mudança significativa registrada em relação aos fornecedores. A dependência de

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

produtos importados é baixa e, ainda, os fornecedores estrangeiros de componentes e insumos mais relevantes podem ser substituídos por fornecedores nacionais.

Com relação às exportações, responsável pela maior parte da receita, a Taurus vem trabalhando dentro do cronograma previsto para a entrega de seus produtos, especialmente no mercado norte-americano tendo sido, inclusive, locados voos *charters* para envio de produtos encomendados. No mercado nacional, não foi observada alteração significativa no comportamento de clientes e distribuidores.

Assinatura do Contrato de Waiver

Em 25/06/2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que o Conselho de Administração, em reunião extraordinária, autorizou a Companhia a assinar junto ao Sindicato de Bancos um *Waiver* prorrogando o pagamento da dívida até o dia 31 de agosto de 2020. Durante esse período, as partes repactuarão os termos do contrato atual para aditamento alinhado ao momento de pandemia. Esse aditamento do contrato permitirá à Companhia diluir as parcelas de principal em seu fluxo de caixa para os próximos meses. As demais garantias do contrato original permanecem inalteradas, sem adição relativa de qualquer garantia além das já estabelecidas.

Linha de produção transferida para unidade industrial dos EUA

Em 7/05/2020, a Companhia anunciou na imprensa a transferência da linha de produção da pistola TS-9 de sua matriz em São Leopoldo (RS), no Brasil, para a sua unidade em Bainbridge, EUA.

Essa é a primeira linha de montagem transferida pela Companhia para a controlada americana, após o investimento feito pelo governo da Georgia nesta subsidiária. A transferência propiciará aumento na capacidade de produção da unidade fabril norte-americana em cerca de 50 mil armas/ano.

MoU *joint venture* de acessórios

Em 29/05/2020, a Taurus divulgou Fato Relevante informando que, após autorizado por seu Conselho de Administração, assinou memorando de entendimentos (MoU) não vinculativo com importante empresa brasileira do ramo automotivo, atuante no mercado nacional, visando a constituição de uma *joint venture* no Brasil para fabricação de acessórios para armas leves.

O objetivo da *joint venture*, se obtidas todas as autorizações estatutárias e legais, será a fabricação e comercialização de acessórios para armas leves para os mercados nacional e internacional. A partir da assinatura do MoU, as partes terão até 30 de setembro de 2020 para concluir os estudos de viabilidade da criação da *joint venture* e o plano de negócios a ser desenvolvido, bem como estabelecer as condições necessárias à efetivação do novo negócio.

Assinatura de contrato de empréstimo Ameris Bank

Em junho de 2020 a subsidiária americana, Taurus Holdings, deu um importante passo para garantir a liquidez da companhia e ampliar o relacionamento bancário nos Estados Unidos. A Companhia iniciou o relacionamento com o Ameris Bank, no Estado da Georgia, e garantiu um empréstimo de US\$ 3 milhões de dólares dentro do Paycheck Protection Program loan, programa lançado pelo governo americano para garantir a manutenção dos empregos em companhias sediadas nos Estados Unidos.

A abertura do relacionamento com um banco local na Georgia demonstra a melhora dos indicadores financeiros da Companhia e sua capacidade de conquistar novos parceiros interessados no potencial de crescimento da Taurus.

Aumento de capital – emissão privada

O Conselho de Administração da Companhia aprovou os seguintes aumentos de capital de novas ações preferenciais, com os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferenciais da Companhia já emitidas, e participando em igualdade de condições a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

remunerações de capital que vierem a ser aprovados no exercício em razão do exercício dos direitos de subscrição e integralização conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia desde a emissão de tais títulos até 31 de março de 2020:

- em reunião realizada em 20/01/2020, aumento do capital social no montante de R\$18.425,00, com a consequente emissão de 3.685 novas ações preferenciais; e
- em reunião realizada em 13/05/2020, aumento do capital social no montante de R\$118.925,00, com a consequente emissão de 23.36 novas ações preferenciais.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados**3.4 - Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando**

	2019	2018	2017
a. Regras sobre Retenção de Lucros	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia - nos artigos descritos abaixo, as regras sobre retenção de lucros são:</p> <p>Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.</p> <p>Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.</p> <p>Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia - nos artigos descritos abaixo, as regras sobre retenção de lucros são:</p> <p>Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.</p> <p>Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.</p> <p>Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia - nos artigos descritos abaixo, as regras sobre retenção de lucros são:</p> <p>Artigo 36 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.</p> <p>Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.</p> <p>Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	<p>Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76:</p> <p>I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal;</p> <p>II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e</p> <p>III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.</p> <p>Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento).</p> <p>Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.</p> <p>Parágrafo 3º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.</p> <p>Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser</p>	<p>Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76:</p> <p>I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal;</p> <p>II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e</p> <p>III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.</p> <p>Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento).</p> <p>Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.</p> <p>Parágrafo 3º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.</p> <p>Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser</p>	<p>Artigo 38 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76:</p> <p>I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal;</p> <p>II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e</p> <p>III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.</p> <p>Parágrafo 1º - Do lucro líquido ajustado nos termos do caput deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento).</p> <p>Parágrafo 2º - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.</p> <p>Parágrafo 3º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.</p> <p>Artigo 39 - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser</p>
--	---	---	---

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	<p>transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.</p> <p>Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais</p>	<p>transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.</p> <p>Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais</p>	<p>transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo Único - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.</p> <p>Artigo 40 - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais</p>
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia consolidado a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 38 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia consolidado a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 38 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia consolidado a distribuição a título de dividendo aos acionistas é em quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (distribuível) na forma do art. 38 Parágrafo 1º e a Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a periodicidade das distribuições de dividendos é definida abaixo:</p> <p>Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a periodicidade das distribuições de dividendos é definida abaixo:</p> <p>Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a periodicidade das distribuições de dividendos é definida abaixo:</p> <p>Artigo 35 - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	<p>demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas.</p> <p>Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável</p> <p>Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p> <p>Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.</p> <p>Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38.</p>	<p>demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas.</p> <p>Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável</p> <p>Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p> <p>Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.</p> <p>Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38</p>	<p>demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas.</p> <p>Parágrafo 1º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável</p> <p>Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes a qualquer tempo, respeitados os preceitos legais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados. A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p> <p>Parágrafo 3º - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.</p> <p>Parágrafo 4º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38</p>
--	---	--	--

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Além do previsto no Estatuto Social e na legislação em vigor, existem restrições no Instrumento Particular de Escritura Pública para a 2ª emissão de debêntures simples, emitidas em 6 de setembro de 2011, no montante de R\$ 50 milhões, com o seguinte teor:</p> <p>O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia.</p>	<p>Além do previsto no Estatuto Social e na legislação em vigor, existem restrições no Instrumento Particular de Escritura Pública para a 2ª emissão de debêntures simples, emitidas em 6 de setembro de 2011, no montante de R\$ 50 milhões, com o seguinte teor:</p> <p>O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia.</p>	<p>Além do previsto no Estatuto Social e na legislação em vigor, existem restrições no Instrumento Particular de Escritura Pública para a 2ª emissão de debêntures simples, emitidas em 6 de setembro de 2011, no montante de R\$ 50 milhões, com o seguinte teor:</p> <p>O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia.</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não há uma política de destinação de resultado específica formalmente aprovada, sendo as práticas sobre o tema definidas pelo Estatuto Social da Companhia, conforme informações apresentadas nos subitens anteriores.</p>	<p>Não há uma política de destinação de resultado específica formalmente aprovada, sendo as práticas sobre o tema definidas pelo Estatuto Social da Companhia, conforme informações apresentadas nos subitens anteriores.</p>	<p>Não há uma política de destinação de resultado específica formalmente aprovada, sendo as práticas sobre o tema definidas pelo Estatuto Social da Companhia, conforme informações apresentadas nos subitens anteriores.</p>

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	-14,709445	-64,971958
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	43.426.000,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	30/04/2020	30/04/2019	30/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00					
Ordinária			0,00		0,00	
Preferencial			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio que tenham sido distribuídos a conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido ao Passivo à Descoberto registrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o nível de endividamento da Companhia não é apresentado, visto que ocorre uma distorção neste indicador.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		1.859.000,00	7.000,00	0,00	0,00	1.866.000,00
Títulos de dívida	Garantia Real		13.290.000,00	61.629.000,00	0,00	0,00	74.919.000,00
Empréstimo	Garantia Real		91.620.000,00	430.121.000,00	0,00	0,00	521.741.000,00
Empréstimo	Garantia Flutuante		4.138.000,00	147.317.000,00	0,00	0,00	151.455.000,00
Empréstimo	Quirografárias		151.712.000,00	0,00	0,00	0,00	151.712.000,00
Total			262.619.000,00	639.074.000,00	0,00	0,00	901.693.000,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em julho/2018, a Companhia concluiu a renegociação, conduzida por consultoria externa especializada, de seu endividamento com os bancos. O acordo assinado envolve o reperfilamento de dívidas com um grupo de credores e a 3ª emissão pública de debêntures da Companhia. Os credores entenderam e apoiaram a Companhia como o objetivo de aliviar o fluxo de caixa e adequar os desembolsos futuros pela Taurus, sendo estabelecidas novas condições de pagamento, prazo e taxa de juros para essa dívida.

Ficou definido o alongamento do prazo de vencimento para cerca de US\$ 162 milhões em dívidas, que passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. A primeira parcela foi paga em 21/01/2019.

Além disso, conforme nota explicativa que acompanha as Demonstrações Financeiras, a Companhia obteve alongamento no prazo e redução das taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio). Essas operações, em conjunto, perfaziam R\$ 151,7 milhões contabilizados no curto prazo ao final de dezembro de 2019. Esses valores foram contabilizados no curto prazo, mas têm perfil de longo prazo, já que o acordo firmado com o banco credor prevê sua renovação automática a cada vencimento, com a possibilidade de liquidação até 17/10/2022. Em 31/12/2019, tal montante representava 57,8% do total da dívida de curto prazo.

A renegociação proporcionou também a redução de 50% da taxa de juros em relação ao vigente anteriormente, o que representa mais de R\$ 120 milhões em encargos em cinco anos.

O acordo assinado envolve as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (operação de capacetes); (ii) hipoteca de 2º grau de dois imóveis localizados em Mandirituba/PR, e dois imóveis localizados em Porto Alegre, RS e hipoteca de 1º grau de um imóvel localizado em São Leopoldo, RS ("Hipoteca"); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como dos direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

No decorrer do exercício de 2019, registrando crescente melhora no desempenho operacional e, assim, também crescente geração operacional de caixa, a Companhia cumpriu com suas obrigações financeiras.

Em 25 de junho de 2020, o Conselho de Administração autorizou a assinatura de *Waiver* junto ao Sindicato de Bancos, prorrogando o pagamento de parcela do principal da dívida com vencimento em junho de 2020 até o dia 31 de agosto. Durante esse período, será feita a repactuação dos termos do contrato assinado em 2018, alinhando ao momento de pandemia e suas consequências na economia mundial. No aditivo, o montante de parcelas de principal a serem pagas será diluído no decorrer dos próximos meses. As demais condições do contrato original permanecem inalteradas, sem adição de qualquer garantia além das já estabelecidas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



4. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles:

a) relacionados ao emissor

Nossa capacidade de geração de caixa e de gestão do fluxo de caixa, especialmente considerando nosso nível de endividamento e as cláusulas restritivas estabelecidas no acordo assinado com os bancos credores podem afetar nossa capacidade de cumprir com as obrigações financeiras e, no limite, nossa capacidade de manter a operação.

O nível de endividamento da Companhia se mantém elevado. Na data de encerramento dos últimos três exercícios sociais – 2019, 2018 e 2017 – a dívida líquida somava, respectivamente, R\$ 865,7 milhões, R\$ 880,3 milhões e R\$ 723,0 milhões. No encerramento dos três exercícios em questão, a Companhia apresentava Patrimônio Líquido negativo, o que indica que operava integralmente com recursos de terceiros, uma condição que pode ser considerada como de alto risco. A situação financeira impede ainda a Companhia de buscar novos empréstimos, o que representa um limitador para a gestão dos negócios.

Caso o nosso fluxo de caixa operacional seja insuficiente, e considerando as atuais limitações financeiras da Companhia, tal condição poderia levar a situações como:

- Restrição financeira ao desenvolvimento de projetos, de lançamentos de modelos, assim como de atividades de *marketing*, comprometendo as vendas.
- Limitação na capacidade de negociar com fornecedores e saldar compromissos, inclusive com funcionários, prejudicando a capacidade de produção.
- Não ter condições de arcar com as obrigações assumidas no acordo firmado com os bancos credores e, com isso, ter o endividamento retornando integralmente para o curto prazo. Não sendo possível negociar um *waiver*, isso levaria a impacto adverso relevante para a Companhia, abalando a estrutura financeira e, mesmo, colocando em risco a continuidade das operações.

Podemos encontrar dificuldades em prosseguir com o plano da Companhia e, ainda, não há garantia que tenhamos sucesso em proporcionar ganho de rentabilidade, aumento da geração operacional de caixa e melhoria geral nos indicadores operacionais e financeiros da Companhia a partir do plano estratégico.

A Companhia poderá não obter êxito na realização de uma ou mais metas para o crescimento de sua receita, rentabilidade e, assim, de sua geração de caixa, seja porque as medidas podem não ter o resultado esperado, seja por incapacidade de colocar em prática algumas medidas. Operações de vendas de ativos que estão incluídas nesse planejamento, como de terreno da antiga fábrica em Porto Alegre, RS, e da operação de capacetes, pode não ser realizada ou ser realizada em condições menos favoráveis para a Companhia do que esperado.

A capacidade de alcance dessas metas depende de uma variedade de fatores, incluindo, por exemplo, a introdução de novos produtos que atendam aos interesses do mercado consumidor e proporcionem boa rentabilidade à operação, a curva de demanda, a qualidade dos produtos, os custos de produção, entre outros.

Se não tivermos êxito em implantar as principais iniciativas que fazem parte de nossa estratégia de gestão de marca, reforçando a credibilidade e a admiração do consumidor no Brasil e no exterior por nossos produtos,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



nossas vendas podem ser afetadas, trazendo dificuldades para mantermos geração de caixa suficiente e, portanto, para arcar com nossas obrigações operacionais e financeiras.

Nosso sucesso depende, notadamente, da qualidade, confiabilidade e segurança de nossos produtos.

Eventual falha no controle de qualidade e nos testes realizados com nossos produtos podem causar sérios danos e fazer com que nossos produtos sejam considerados defeituosos ou inseguros. Se tal situação é fato para muitas indústrias, no nosso caso, com a produção e comercialização de armas, o risco é potencializado, dado o caráter do produto. Se falharmos em manter a qualidade, confiabilidade e segurança de nossas armas, a Companhia poderá sofrer danos com relação à sua imagem e reputação, perda de receita, além de processos indenizatórios, levando a efeito negativo material sobre o desempenho geral da Companhia e, no limite, à continuidade de suas atividades.

O não atendimento integral de normas específicas da indústria pode prejudicar a atividade operacional e/ou comercial e, conseqüentemente, o desempenho da Companhia.

Nosso segmento envolve o cumprimento de diversas normas internacionais e nacionais, não só com relação a especificações dos produtos, como também relacionadas à produção, transporte, comercialização desses produtos, segurança da área industrial e do estoque. As diversas exigências e normas nacionais e/ou internacionais relativas ao setor, podem, ainda, vir a ser alteradas e a Companhia não ser capaz de se adequar de forma ágil a tais determinações.

No caso de não cumprirmos com algum aspecto da vasta regulamentação estabelecida, a Companhia pode ser impedida de produzir e/ou comercializar seus produtos. Existem também exigências e licenças especiais para a exportação, seguindo regras e acordos internacionais. O não cumprimento das normas vigentes e/ou a não obtenção de autorizações, especialmente para a exportação (considerando que a maior parte da receita da Companhia advém das vendas externas), podem levar a perdas de negócios e afetar materialmente nossas atividades de forma adversa. Os riscos relacionados à legislação do setor estão detalhados no subitem “h)” deste item 4.1..

Estamos sujeitos a litígios diversos, sejam relacionadas aos produtos ou às atividades administrativas e operacionais em geral.

Podemos ser parte em processos administrativos e judiciais de natureza civil, administrativa, trabalhista fiscal e ambiental que demandem a dedicação de tempo de profissionais e executivos e recursos financeiros, eventualmente, envolvendo grandes montantes. Tais litígios têm a possibilidade de abalar a imagem da Companhia, prejudicar as vendas, causar prejuízos operacionais e financeiros. Os processos judiciais em curso nos quais a Companhia é parte e os riscos a eles associados podem ser encontrados nas seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A concentração geográfica das vendas, com maior parte da receita proveniente do mercado norte-americano, deixa a Companhia com alto grau de exposição a eventuais limitações ou impedimentos legais para a comercialização de armas nesse país, assim como a outros fatores que levem à contração da demanda nos EUA.

Os EUA têm o maior mercado mundial de armas leves e, conseqüentemente, também a maior parte de nossa produção é direcionada ao atendimento do mercado civil norte americano. Em 2019, as vendas nos EUA

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



representaram 73,7% da receita líquida consolidada da Taurus. Se por algum motivo - seja ele técnico, regulatório, fiscal, operacional, mercadológico, etc. - não tenhamos condições de acessar o mercado norte americano, ou esse acesso seja limitado, as vendas totais e o resultado da Companhia serão materialmente afetados de forma negativa, podendo provocar redução de geração de caixa que torne inviável para a Companhia manter suas operações.

A expressiva participação das vendas externas faz com que as variações cambiais do Real frente à moeda norte-americana tenham influência relevante sobre nossa receita, que é contabilizada em moeda nacional. Também a maior parte da nossa dívida é registrada em moeda estrangeira, de modo que a variação cambial influencia diretamente o montante em Reais da dívida total, assim como as despesas financeiras referentes aos pagamentos periódicos dos juros e parcelas do principal dessa dívida.

Com 81,3% da receita do exercício de 2019 proveniente de vendas no exterior (EUA mais exportação para outros países), a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano influencia positivamente nossa receita e, portanto, nossos resultados, e, de forma inversa, a valorização do Real frente ao dólar norte-americano se reflete de forma negativa sobre nossa receita e nossos resultados.

Ao mesmo tempo, em 31/12/2019, 81,1% de nossa dívida era registrada em moeda estrangeira. Ainda que as receitas em dólares atuem como *hedge* natural para tal dívida, o valor registrado da dívida em moeda nacional aumenta ou diminui em função da variação cambial, assim como o valor relativo ao pagamento dos custos dessa dívida.

A terceirização de determinadas atividades, inclusive com a atuação de terceiros em nome da Companhia, pode levar à menor aderência às regras, normas e padrões estabelecidos pela Companhia, assim como pode representar menor garantia de continuidade de tais atividades.

Respondemos integralmente, perante nossos clientes e a sociedade em geral, por eventuais falhas em produtos ou na prestação de serviços, sejam eles realizados por empregados da própria Companhia ou por funcionários de empresas terceirizadas, que nem sempre estão sob a supervisão total da Companhia. Eventuais falhas ou procedimentos não adequados por parte desses terceiros pode vir a prejudicar nossa imagem, nossas atividades e, conseqüentemente, nossos resultados. Adicionalmente, a interrupção temporária ou a descontinuidade da prestação de serviços por parte de empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e a continuidade dos negócios, pondo em risco a capacidade de cumprir com compromissos comerciais.

Também a perda ou o vencimento de acordos com terceiros contratados ou a impossibilidade de renovar esses acordos ou negociar novos acordos com outros provedores em condições comparáveis podem prejudicar nosso desempenho comercial e financeiro.

A Companhia frequentemente é representada por terceiros, como representantes de vendas independentes, consultores, agentes e distribuidores. As ações desses agentes podem afetar adversamente nossos resultados, caso ingressem em acordos pouco rentáveis ou até prejudiciais para os negócios, ou se os conduzirem de maneira que venha a denegrir a imagem da Companhia no mercado.

A interrupção/redução das atividades em nossas unidades industriais, seja no Brasil ou nos EUA, assim como a ocorrência de quaisquer fatores que prejudiquem o estoque de produtos, ou que dificultem ou impeçam a logística de transporte de produtos, pode afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, nossas apólices de seguro poderão não ser suficientes para cobrir os prejuízos relacionados às nossas atividades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



A Companhia mantém atualmente duas unidades industriais, sendo uma no Rio Grande do Sul, Brasil, com capacidade instalada de 1 milhão armas/ano, e uma no Estado da Georgia, EUA, com capacidade instalada de 800 mil armas/ano. A interrupção/redução das atividades em uma ou ambas as unidades operacionais, seja por motivos de força maior, como desastres naturais, seja por outros motivos que não consigamos contornar, como greves, problemas de transporte, não recebimento de matérias primas, entre outros, pode afetar de forma negativa nossos negócios e, consequentemente, nossos resultados.

Adicionalmente, nossas apólices de seguro contratadas podem não ser suficientes para cobrir eventuais sinistros em nossos ativos ou perdas por lucros cessantes em função de interrupção na produção e/ou comercialização decorrente de tais danos. Podemos ainda não ser capazes de renovar nossas apólices de seguro. Ambas as situações podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

A realização de parcerias ou alianças pode ser importante para o desenvolvimento dos negócios e crescimento da Companhia, mas podemos não ter sucesso em estabelecer tais parcerias ou alianças estratégicas

Podemos fazer alianças ou parcerias estratégicas com outras empresas para nos beneficiar de oportunidades de negócios consideradas atrativas, como o acordo assinado (MoU) com empresa indiana para possível instalação de fábrica nesse país. No entanto, não há garantia de que tais parcerias ou alianças estratégicas ocorrerão, quando ocorrerão ou, em ocorrendo, se terão sucesso. A capacidade de ampliar seus negócios com êxito por meio de parcerias ou alianças estratégicas bem-sucedidas depende de diversos fatores, muitos dos quais fora de nosso controle, incluindo a nossa capacidade de negociar condições favoráveis para a Taurus em tais parcerias ou alianças. Além disso, nossas expectativas quanto aos benefícios resultantes dessas parcerias poderão não se concretizar. A impossibilidade de desenvolver com sucesso parcerias ou alianças estratégicas poderá impactar adversamente os negócios.

A perda de membros da nossa administração e/ou a incapacidade de atrair, reter e treinar pessoal chave pode afetar a continuidade da adoção do plano estratégico, a condução dos negócios e nossos resultados.

Não é possível garantir que a Companhia terá sucesso em reter os atuais executivos. Na hipótese de membros da administração virem a deixar seus cargos, também não há garantia que a Companhia tenha êxito em contratar e reter substitutos com as qualificações adequadas. Caso a Companhia não tenha êxito em reter e atrair administradores qualificados, a continuidade do plano estratégico e a eficiência das operações poderão ser afetadas, trazendo potencial impacto negativo sobre o fluxo de caixa, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia poderá captar novos recursos no mercado de valores mobiliários, além do aumento de capital em curso, aprovado pelo Conselho de Administração em 05/10/2018, o que poderá acarretar a diluição da participação de seus atuais acionistas.

A Companhia, poderá voltar a recorrer ao mercado de capitais como forma de aumentar seu capital e financiar suas atividades, com a emissão de novas ações. Qualquer emissão adicional poderá resultar na diluição da participação de acionistas, se os mesmos não optarem por acompanhar o aumento de capital, como lhes é garantido o direito por lei, adquirindo novas ações.

Titulares de ações de nossa emissão não receberam dividendos relacionados aos resultados líquidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e, caso não sejamos capazes de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



reverter o prejuízo acumulado da Companhia, nossos acionistas poderão continuar não recebendo dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Não sendo possível reverter o resultado líquido negativo, ou mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o nosso Conselho de Administração informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a nossa situação econômico-financeira, poderá não haver qualquer tipo de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de nossas ações.

Mudanças na legislação, com restrições ou aumento na taxa com relação à circulação de capitais para fora do Brasil podem prejudicar a capacidade ou onerar os titulares de ações da Companhia residentes no exterior em receber dividendos e valores de sua alienação.

O Governo Federal pode determinar restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa de recursos para investidores estrangeiros dos resultados de seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite ao Governo Federal impor tais restrições sempre que houver grave desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões para prever tal desequilíbrio.

Limitações semelhantes, se impostas, poderão prejudicar ou impedir a conversão de dividendos, as distribuições ou as receitas decorrentes da alienação das ações da Companhia de Reais para outras moedas e, consequentemente, a remessa desses para o exterior.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

Em fevereiro de 2015, após a aprovação do CADE, a CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos – passou a exercer seus direitos políticos como controladora da Forjas Taurus S.A., decorrente de um processo aumento de capital iniciado em 2014. Para mais informações sobre o controlador da Companhia, veja o item 15 deste Formulário de Referência.

O acionista controlador tem poderes para:

- eleger a maioria de membros de nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e nomear os diretores executivos, definindo a política da administração;
- vender ou transferir sua participação acionária na nossa Companhia; e
- determinar o resultado de deliberações que exijam a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alterações estatutárias, aquisição e alienação de ativos, bem como parcerias e condições e valores para pagamento de dividendos futuros, entre outros.

Quaisquer das decisões do controlador, ainda que tomadas visando o melhor interesse da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses de parte de nossos acionistas minoritários e podem resultar em conflitos entre nossos acionistas.

c) a seus acionistas

O nível de liquidez do mercado de capitais brasileiro e, especialmente, das ações de nossa Companhia, assim como o nível de volatilidade das cotações e, no caso das ações ON da Companhia, o limitado free

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



float, pode limitar a capacidade de investidores para negociar as ações da Companhia pelo preço que considerem adequado e/ou no tempo desejado.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os mercados relevantes de valores mobiliários internacionais. As ações de nossa Companhia, considerada uma empresa “small cap” (pequena capitalização), em especial, têm maior volatilidade em preço e menor liquidez. Essas características podem limitar a capacidade de os acionistas da Companhia obterem êxito na negociação de suas ações no preço e na data desejados, afetando adversamente os preços de negociação das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, fatores alheios ao controle da Companhia, tais como recomendações de analistas de mercado ou alterações nas condições do mercado financeiro, podem ter efeito significativo na cotação das ações da Companhia.

Não podemos garantir que acionistas com posições relevantes permanecerão titulares de suas posições na Companhia e a eventual saída desses acionistas poderá afetar adversamente a cotação das ações da Companhia.

A saída ou diminuição de participação de acionistas com maiores posições em nosso capital social, ou mesmo a percepção do mercado de que tais vendas podem ocorrer, podem impactar adversamente o valor de mercado das ações de nossa Companhia.

d) a suas controladas e coligadas

O desempenho da Companhia depende dos resultados de suas subsidiárias e controladas, os quais podem não ser favoráveis ou não estarem disponíveis.

A Companhia controla diversas sociedades, sendo que a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas subsidiárias e controladas, bem como da distribuição desses lucros. A maior parte da nossa receita provém das vendas no mercado norte-americano, a partir de resultado de subsidiárias nesse país.

Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou que sejam suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos titulares de valores mobiliários da Companhia. A não disponibilização desses recursos ou a insuficiência dos mesmos pode causar efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá não obter êxito no recebimento dos pagamentos referentes à alienação da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

A Forjas Taurus S.A. realizou a venda da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., sediada no Distrito Industrial de Gravataí (RS), para a Renill Participações Ltda., pertencente ao Grupo SüdMetal, conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças assinado entre as partes em junho de 2012, alterado em setembro de 2013 por aditivo. O valor repactuado no aditivo foi de R\$ 57,5 milhões, envolvendo o pagamento de parcelas até junho/2022, com correção dos valores pela TJLP e juros de 1,8% ao ano, contados a partir da data da assinatura do Contrato original (junho/2012). Ainda em 2012, a Companhia provisionou o valor residual desse contrato.

e) a seus fornecedores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



Nossos negócios podem ser prejudicados por eventual falha ou interrupção no fornecimento de materiais.

Nossos negócios demandam o fornecimento estável e adequado de matérias primas. Tal fornecimento pode apresentar atrasos ou mesmo interrupção, ainda que temporária, o que tem o potencial de afetar negativamente nosso processo industrial e, portanto, nossos negócios.

Em casos de greves, eventos de força maior ou quaisquer outros fatores que impeçam um ou vários de nossos fornecedores de manter a entrega regular dos materiais, nossa operação pode ser temporariamente afetada. Ainda, em crises econômicas do mercado como um todo, ou setoriais, em relação às atividades meio e/ou fim do grupo de fornecedores em geral, podemos encontrar dificuldades em obter de nossos fornecedores atuais a qualidade e/ou a quantidade de suprimento dos materiais que necessitamos, assim como de encontrar substitutos adequados para tais fornecedores.

No segmento de Defesa e Segurança, nossa principal área de atuação, temos relativa concentração de fornecedores, inclusive em razão das especificações que exigimos dos mesmos, o que pode representar maior grau de dependência frente a alguns desses fornecedores. Especialmente nesses casos, podemos não ser capazes de obter as matérias primas de que precisamos em nossas operações em quantidade suficiente, com a qualidade exigida, no prazo demandado e em condições de preço adequadas.

Eventuais aumentos excessivos de preços ou dificuldades em estabelecer/renovar acordos com fornecedores em condições adequadas para a Companhia pode levar à redução da rentabilidade das operações. Dificuldades com fornecedores podem também causar atrasos e perdas de pedidos dos clientes, perdas de receitas e custos extras de fabricação, podendo prejudicar nossa imagem, nossas atividades e nosso desempenho de maneira adversa e significativa.

f) a seus clientes

A conjuntura política e econômica do Brasil e de outros países onde atuamos pode influenciar o desempenho de nossas vendas

O foco dos nossos negócios está ligado ao setor de segurança – pública, militar e privada – e, portanto, nossas vendas têm importante grau de correlação com os investimentos dessa área, tanto no Brasil como nos demais países em que atuamos.

Nossas vendas nos EUA são direcionadas, basicamente, para o consumidor pessoa física, classificado como CAC (Caçador, Atirador e Colecionador). Em 2019, nossas vendas para esse país foram responsáveis por 74% da nossa receita líquida consolidada. Assim, a política interna desse país com relação ao porte de armas, assim como o apetite do consumidor norte-americano para esse tipo de produto, a imagem de nossas marcas com esse público e a conjuntura econômica norte-americana têm forte potencial para afetar nossas vendas, impactando nossos resultados.

Tendo em vista que o principal mercado consumidor de armas é o norte-americano, sempre que há risco de restrição ao uso de armas, risco político, risco de terrorismo, risco de catástrofes naturais ou, se de fato ocorrerem, verifica-se antecipação de compras, que pode não se sustentar ao longo tempo, voltando aos patamares normais de crescimento.

Havendo aumento da curva de demanda no mercado norte-americano, seguido de repentina e inesperada retração, a Companhia poderá realizar investimentos para adequar sua produção de modo a suprir as necessidades imediatas do mercado e, posteriormente, ter que arcar com a não realização do retorno esperado em relação aos investimentos realizados, o que poderia afetar negativamente os seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



Eventuais litígios envolvendo a Companhia em decorrência de incidentes com produtos de Defesa e Segurança poderão afetar o caixa da Companhia, ou ainda, prejudicar sua reputação

Dada a periculosidade inerente à natureza dos produtos de Defesa e Segurança, podemos ser alvo de litígios por parte de consumidores, decorrentes de incidentes envolvendo tais produtos. Ainda que os processos de fabricação dos produtos de Defesa e Segurança sigam rígidas normas e padrões de qualidade e segurança, caso reste comprovada a responsabilidade da Companhia em decorrência de falha ou mau funcionamento de seus produtos, poderemos ter que arcar com o pagamento de elevadas indenizações e custos processuais, o que pode afetar adversamente nosso caixa, assim como nossa imagem, com efeito adverso sobre vendas futuras e, portanto, sobre nosso desempenho.

g) ao setor de atuação

A maior participação de empresas estrangeiras do setor bélico no Brasil teria impacto sobre nossas vendas no mercado nacional.

Atuamos com foco na produção e comercialização de armas, com vendas no mercado nacional e internacional. No mercado internacional, atuam empresas de diferentes países e a concorrência se dá em função da diferenciação e qualidade dos produtos, mix oferecido, reconhecimento da marca e preço. Podemos perder ou não conseguir aumentar nossa participação no mercado perante os concorrentes internacionais atuais ou novos entrantes, caso não sejamos capazes de acompanhar a evolução das demandas do consumidor e a evolução tecnológica do setor. Se não formos capazes de atender à demanda de forma competitiva, poderíamos perder espaço no mercado internacional para competidores, o que levaria à redução da receita e da rentabilidade de nossas atividades, prejudicando de forma relevante os resultados da Companhia. Se não formos capazes de ampliar nossa participação no mercado internacional, podemos não alcançar o crescimento dos negócios e, portanto, também o crescimento da geração de valor para nossos acionistas.

No Brasil, a concorrência no setor é bastante restrita. Com poucos produtores locais, o maior concorrente no setor atua no segmento de armas pesadas, que não é nosso foco. O mercado brasileiro de armas é relativamente protegido com relação à entrada de empresas de outros países em função de barreiras legais e econômicas, ainda que não exista a efetiva proibição para empresas estrangeiras ingressarem no mercado.

No caso de empresas estrangeiras atuantes nos mesmos segmentos em que atuamos (armas leves) virem a se estabelecer no mercado brasileiro, haveria maior pressão da concorrência e possível perda de parcela do mercado, hoje da Companhia. Poderia também haver pressão sobre os preços, com os novos entrantes buscando ganhar fatia de mercado e, assim, forçando a redução na rentabilidade de nossas operações. A redução das vendas e eventual contração das margens levaria à perda de parte da receita das vendas no mercado doméstico, afetando negativamente nossos negócios.

h) a regulação do setor de atuação

Nosso setor de atuação - Defesa e Segurança - é submetido à regulação no âmbito local e internacional e a manutenção de nossas atividades depende de atender rigorosamente tais regulamentações.

O setor de indústria e comércio de produtos e materiais bélicos em que a Companhia atua (produtos de Defesa e Segurança) é rigorosamente controlado pela Administração Pública, uma vez que atividades relacionadas ao setor constituem relevante interesse de segurança nacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



Eventuais alterações adotadas nesse complexo e específico sistema regulatório podem influenciar direta e negativamente nossas atividades. Tais alterações podem ocorrer por meio de mudanças relacionadas aos procedimentos de concessão de autorizações para fabricação, importação, exportação, desembaraço alfandegário, comercialização e tráfego de materiais bélicos e correlatos. Além disso, a produção de armas de fogo e de coletes balísticos é fiscalizada pelo Exército Brasileiro por meio do DFPC – Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados. Eventual incapacidade de atender plenamente à regulamentação atual ou outras que venham a ser criadas pode impedir que a Companhia mantenha suas atividades.

Novas exigências podem também acarretar aumento de nossos custos e/ou desestímulo das vendas de produtos, o que poderia prejudicar nossos resultados.

Mudanças na legislação, com maior restrição ou proibição das atividades relacionadas ao setor bélico, podem comprometer ou impedir a manutenção de nossas atividades.

O tratamento legislativo conferido ao setor da indústria e do comércio de produtos e materiais bélicos (produtos de Defesa e Segurança) pode vir a sofrer profundas mudanças em termos de restrição e/ou proibição das atividades a ele inerentes.

Como exemplo, o episódio do “Referendo do Desarmamento”, ocorrido em 2005, no qual o Senado Federal submeteu à consulta pública a proibição, ou não, da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. Na ocasião, a opinião pública optou pela continuidade da comercialização dos referidos produtos.

No caso de ser estabelecida legislação mais restritiva ou impeditiva em relação às atividades do setor no Brasil, nossas vendas no mercado nacional seriam afetadas e poderia haver a necessidade de readequar nossa estrutura produtiva, inclusive avaliando a viabilidade de manutenção de atividades industriais no Brasil, o que poderia afetar de forma material o desempenho de nossos negócios.

Mudanças na regulamentação ambiental com relação às atividades do setor podem demandar novos investimentos e/ou maiores despesas recorrentes, e o eventual descumprimento de tais normas pode resultar em responsabilizações cíveis, criminais e administrativas.

Estamos sujeitos à legislação ambiental editada por quaisquer dos três níveis de entes da Federação, assim como a seus regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, dentre outras questões, a destinação dos resíduos e das descargas de poluentes na água e no solo.

Qualquer descumprimento de tais normas ou falha na obtenção ou na renovação de atos de consentimento do poder público pode resultar na aplicação de responsabilizações cíveis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, reparação dos danos, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da repercussão negativa para nossa imagem.

Dedicamos recursos financeiros e operacionais para cumprir as exigências normativas e do poder público. Devido à possibilidade de novos regulamentos ou de outros eventos não previstos, especialmente considerando que as normas ambientais se tornarem mais rigorosas no Brasil, o montante de recursos e o prazo necessários para futuros gastos voltados à manutenção da conformidade com tais normas pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para investimentos nas atividades operacionais, comerciais e outros, o que pode afetar nosso desempenho e nossos resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Eventual deterioração das condições econômicas e da estrutura do mercado norte-americanos podem afetar negativamente nossos resultados.

Assim como já comentando no subitem a) deste item 4.1., nossa receita provém, em sua maior parte, das vendas realizadas no mercado norte-americano e, portanto, eventuais alterações na legislação sobre armas desse país – com eventuais maiores restrições à comercialização e /ou posse de armas – ou retração da demanda em razão de condições econômicas, teriam considerável efeito adverso sobre o desempenho e os resultados da Companhia.

A nossa atuação em países estrangeiros depende do regulamento desses países com relação às nossas atividades, bem como de suas políticas de importação.

Nossa atividade - produção e comercialização de armas leves - está diretamente relacionada às imposições regulatórias dos países nos quais atuamos, inclusive as políticas de importação por eles adotadas. Eventuais alterações dos tratamentos normativos estrangeiros ou mesmo de cunho supranacional podem provocar a constrição, limitação ou proibição das atividades de produção e comércio de nossos produtos nesses países, o que afetaria negativamente nossos resultados financeiros.

A instituição de barreiras protetivas por países no qual atuamos, pode limitar ou suprimir as exportações, afetando diretamente o faturamento e, conseqüentemente, nosso resultado.

Eventuais restrições ou limitações à repatriação de lucros nos países em que atuamos fora do Brasil podem prejudicar o desempenho dos negócios.

Parte de nossas operações estão localizadas no exterior. Atualmente, não há qualquer restrição à repatriação de lucros para o Brasil nos países em que atuamos. Contudo, não há garantia de que restrições não venham a ser impostas. Caso isso ocorra, nossos resultados poderão ser negativamente afetados de forma material.

j) a questões socioambientais

Nossas operações estão sujeitas a extensa regulamentação ambiental e pode nos expor a responsabilidades caso não sejamos capazes de cumprir tais regulamentações.

Conforme apresentado no subitem h) deste item 4.4., nossas atividades se submetem a grande variedade de leis, regulamentações e exigências de licenças federais, estaduais e municipais relacionadas a questões ambientais, o que nos deixa, conseqüentemente, expostos a reparações civis, sanções criminais e ordens de fechamento por descumprimento, dentre outras sanções administrativas.

Tais leis, regulamentações e licenças exigem a aquisição e instalação de dispendiosos equipamentos para controle da poluição, ou que sejam feitas modificações operacionais para mitigar impactos reais ou potenciais no ambiente e/ou na saúde dos funcionários.

Não podemos prever se precisaremos incorrer em gastos futuros significativos para cumprir as leis ambientais. Temos a obrigação de eliminar a contaminação resultante de nossas atividades operacionais e podemos ter que pagar multas, bem como, responder a processos judiciais relacionados a questões ambientais, o que pode impactar nossos resultados.

O não cumprimento dessas leis e regulamentações (incluindo a não obtenção ou manutenção das licenças ambientais relevantes, bem como o não cumprimento das condicionantes técnicas impostas no processo de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



licenciamento ambiental) pode sujeitar a multas administrativas, interrupção compulsória de atividades e sanções criminais, além da obrigação de sanar os danos e pagar indenizações ambientais e a terceiros, sem qualquer teto. Ademais, a legislação ambiental brasileira adota o sistema de responsabilidade civil objetiva, individual e solidária para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, o que pode nos fazer responsáveis, de forma isolada e solidaria, pelas obrigações de nossos fornecedores ou clientes.

Nos termos das leis ambientais brasileiras, podemos ser considerados objetivamente responsáveis por todos os custos relacionados a qualquer contaminação em nossas atuais ou antigas instalações, assim como em locais de descarte de resíduos de terceiros usados pela Companhia. Também podemos ser considerados responsáveis pela contaminação do solo ou águas subterrâneas, ou outros tipos de dano ambiental, nas áreas de nosso parque fabril ou em comunidades ao redor dele.

Não é possível prever se novas regras mais limitantes ou interpretações mais restritivas e rígidas das leis e regulamentos existentes serão adotadas, o que pode nos levar a gastar recursos adicionais para nos adequar à legislação ambiental. Os custos relativos ao cumprimento das leis ambientais e de saúde e segurança, atuais e futuras, bem como obrigações originárias de descartes de resíduos passados ou futuros, ou a exposição a substâncias perigosas, podem afetar negativamente nossos resultados. Podemos, ainda, sermos forçados a interromper certas atividades operacionais até que medidas corretivas sejam adotadas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Assim como toda Companhia, estamos expostos a riscos de mercado, ou potenciais perdas resultantes da flutuação das condições do mercado em geral, que atuam de forma sistêmica, como o risco de variação da taxa de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e mesmo de crédito em função de condições macroeconômicas.

Política e conjuntura econômicas

Eventual instabilidade do cenário político-econômico do País ou dos países onde atuamos poderá afetar de forma adversa nossos resultados operacionais, nossa situação econômico-financeira e a cotação de nossas ações.

As políticas governamentais e as ações referentes à economia brasileira se refletem nas atividades das companhias. Uma conjuntura econômica recessiva, a eventual não aprovação pelo Congresso de reformas essenciais ao crescimento da economia brasileira, a ocorrência de alta da inflação, a oscilação da taxa de juros, entre outros fatores, representa riscos ao mercado em geral. Nossos fornecedores podem vir a ter dificuldades para manter suas atividades, nos forçando a buscar novos fornecedores. As polícias e as forças armadas, principais clientes da Taurus no mercado brasileiro, podem reduzir sua compras de armas em razão de contenção de despesas governamentais. O aumento das taxas de juros pode onerar nossas despesas financeiras e, também, reduzir o interesse do investidor no mercado de renda variável, reduzindo a liquidez e pressionando a cotação das ações. Não temos como prever as medidas ou políticas que serão adotadas no futuro.

Da mesma forma, a retração econômica em outros países onde atuamos pode ter efeitos adversos sobre nossas vendas, nossos resultados e sobre a cotação das ações de nossa Companhia. A economia brasileira é afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Também, o mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e pelas condições do mercado. Crises econômicas ou a adoção de determinadas políticas econômicas em outros países, como o aumento das taxas de juros, especialmente nos EUA, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, afetando negativamente o preço das ações.

Políticas governamentais relacionadas a armas

Nossas vendas e, portanto, o desempenho dos nossos negócios, podem ser afetados negativamente por políticas mais restritivas em relação à posse de armas, tanto no Brasil como nos demais países onde atuamos, especialmente os EUA, responsável pela maior parte da nossa receita.

Variação cambial

A desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano e a outras moedas poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil levando ao aumento da taxa de juros, o que poderia afetar negativamente a economia brasileira como um todo. Já a excessiva valorização do Real poderia levar à deterioração da balança de pagamentos do País e obstruir o aumento das exportações.

Nosso endividamento, na data deste Formulário de Referência, é tomado basicamente em moeda estrangeira, e, portanto, a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano representa aumento da dívida e de seu custo em moeda nacional, pressionando nossas despesas financeiras e, portanto, o resultado da Companhia. Por outro lado, como nossa receita é, em sua maior parte, proveniente de vendas no exterior, a desvalorização do real proporciona ganho da receita quando contabilizada em moeda nacional.

O cenário-base provável para 2019 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Focus Banco

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Central do Brasil) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação, causada nos saldos pela flutuação entre as taxas do cenário previsto para 2020 e as vigentes em 2019.

A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices		Taxa 2019	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
Dólar norte americano	Baixa	4,0307	4,5000	3,0600	2,0400
Dólar norte americano	Alta	4,0307	4,5000	5,1000	6,1200

Sensibilização da variação da moeda estrangeira:

		Consolidado			
		Saldo em 2019	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo - Baixa do dólar					
Contas a receber	Dólar - USD	25.088	2.616	(4.874)	(19.855)
Passivo - Alta do dólar					
Empréstimos e financiamentos	Dólar - USD	(161.954)	(16.890)	(45.903)	(65.245)
Fornecedores	Dólar - USD	(13.141)	(1.370)	(3.725)	(5.294)
Adiantamentos de câmbio	Dólar - USD	(19.400)	(2.023)	(5.499)	(7.816)
Adiantamento de clientes	Dólar - USD	(361)	(38)	(102)	(145)
Outros	Dólar - USD	(9.622)	(1.003)	(2.727)	(3.876)

Para os saldos de ativos foi efetuada uma análise considerando uma queda na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de uma variação negativa da moeda, já para os saldos passivos foi efetuada uma análise considerando uma alta na taxa de câmbio e as perdas decorrentes de uma variação positiva na moeda.

Taxa de Juros

As taxas de juros elevadas podem afetar negativamente o resultado da nossa Companhia, aumentando o custo do endividamento e, portanto, de nossas despesas financeiras, reduzindo nossa disponibilidade de caixa e prejudicando nossa capacidade de pagamento das obrigações assumidas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração considerou um cenário provável em 2020 para a taxa CDI de 4,50% e TJLP de 5,57%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Moeda	2019	Cenário provável 2020	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI - baixa	4,40%	4,50%	3,38%	2,25%
CDI - alta	4,40%	4,50%	5,63%	6,75%
TJLP	6,26%	5,57%	6,96%	8,36%
SELIC	4,50%	3,75%	4,69%	5,63%
LIBOR Overnight	1,54%	1,54%	1,93%	2,31%
LIBOR 30 Dias	1,76%	1,76%	2,20%	2,64%
LIBOR 3 Meses	1,91%	1,91%	2,39%	2,86%

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

		Consolidado Ganho (Perda)			
	Indexador	Saldo 31-12-2019	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI - baixa	7.567	8	(77)	(163)
Passivo					
Mútuos	CDI - baixa	(20.062)	(20)	205	431
Empréstimos	CDI - alta	(95.326)	(95)	(1.173)	(2.240)
Empréstimos	TJLP	(1.866)	13	(13)	(39)
LIBOR 30 DIAS	LIBOR Overnight	(147.317)	-	(571)	(1.130)
LIBOR 3 Meses	LIBOR 30 Dias	(505.473)	-	(2.211)	(4.436)
LIBOR 6 meses	LIBOR 3 Meses	-	-	-	-
Impostos parcelados	SELIC	(416)	3	(1)	(5)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando

Processos tributários

Execução Fiscal n. 5076012-70.2014.4.04.7100	
a. juízo	14ª Vara Federal de Porto Alegre
b. instância	2ª
c. data da instauração	12/10/2014
d. partes do processo	Autor: Taurus Armas S.A, Taurus Máquinas-Ferramenta e Taurus Blindagens Ltda. Réus: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e União Federal
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 9.041.059,03
f. principais fatos	Cumprimento de Sentença. Processo originário 0006055-92.1999.404.7100 – Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 3.917.353,94

Processo Judicial n. 00046960320128260053	
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. instância	3ª
c. data da instauração	26/12/2011
d. partes do processo	Autor: Taurus Blindagens Ltda. Réu: Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 7.008.017,94
f. principais fatos	Anulação de crédito tributário – multa de ofício
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 13.176.303,40

Processo Judicial n. 0026050-46.2016.8.21.0033	
a. juízo	4ª Vara Cível de São Leopoldo
b. instância	1ª
c. data da instauração	06/10/2016
d. partes do processo	Autor: Município de São Leopoldo Réu: Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 13.697.857,03
f. principais fatos	Cobrança de ISS
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 16.705.906,43

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes*Processos Cíveis e Comerciais*

Processo Judicial n. 001/1.14.0286474-5	
a. juízo	3ª Vara Cível de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	21/10/2014
d. partes do processo	Autor: Sphere System Ltda.
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 7.576.678,68
f. principais fatos	Indenizatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 10.066.190,00

Processo Judicial n. 015/1.05.0004978-0	
a. juízo	2ª Vara Cível de Gravataí
b. instância	1ª
c. data da instauração	30/01/2018 (reautuação como cumprimento de sentença)
d. partes do processo	Autor: T. Investments Co. Inc. e Taurus Máquina-Ferramentas Ltda.
	Réu: Wotan Máquinas Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 4.430.000,00
f. principais fatos	Cumprimento de Sentença – Acordo
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 4.430.000,00

Processo Judicial n. 1:16-cv-21606	
a. juízo	Corte do Estado da Flórida (EUA)
b. instância	1ª
c. data da instauração	05/05/2016
d. partes do processo	Autor: William Burrow, Oma Louise Burrow, Suzanne M. Bedwell e Ernest D. Bedwell
	Réu: Taurus Armas S.A. e Braztech International LC.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 27.433.584,00
f. principais fatos	Ação Coletiva
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 27.433.584,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes*Processos trabalhistas*

Reclamatória Trabalhista n. 0020984-78.2015.5.04.0022	
a. juízo	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	02/09/2015
d. partes do processo	Autor: M.A. C.
	Réu: T. A. S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 8.700.000,00
f. principais fatos	Horas extras, adicional de sobreaviso, nulidade do regime compensatório, adicional de insalubridade e periculosidade, indenização e danos morais.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 3.000.000,00

Reclamatória Trabalhista n. 0000720-88.2014.5.04.0373	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Sapiranga (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	26/05/2014
d. partes do processo	Autor: V.Z.R.
	Réu: T.M.F. e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 6.068.244,65
f. principais fatos	Pedido de redirecionamento da execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 7.178.971,54

Reclamatória Trabalhista n. 0000276-58.2014.5.04.0372	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Sapiranga (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	26/05/2014
d. partes do processo	Autor: A.L.S. e Outros
	Réu: Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 11.504.697,57
f. principais fatos	Pedido de redirecionamento da execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 12.697.256,47

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Administrativos

Processo Judicial n. 2006.34.00.007567-7 (0007480-39.2006.4.01.3400)	
a. juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal
b. instância	2ª
c. data da instauração	07/03/2006
d. partes do processo	Autor: Taurus Armas S.A. Réu: União Federal e Glock America S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 5.118.750,00
f. principais fatos	Anulação da Licitação e Indenização
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 5.118.750,00

Processo Administrativo Sancionatório n. 002/30/16	
a. juízo	Polícia Militar do Estado de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	25/11/2016
d. partes do processo	Autor: Polícia Militar do Estado de São Paulo Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Art. 87 da Lei n.º 8.666/93 c/c Art. 81 da Lei Estadual (SP) n.º 6.544/89.
f. principais fatos	Inexecução Contratual
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Não é possível estimar neste momento.

Auto de Infração n. 11065-720.453/2016-93	
a. juízo	Delegacia Regional de Julgamento em Ribeirão Preto (SP)
b. instância	1ª
c. data da instauração	15/03/2016
d. partes do processo	Autor: Receita Federal do Brasil Réu: Polimetall Metalurgia e Plásticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 3.737.893,21
f. principais fatos	Glosa de créditos de prejuízo fiscal e base negativa
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 4.484.042,83

Processo Judicial n. 1027591-62.2017.8.26.0053	
a. juízo	10ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/06/2017
d. partes do processo	Autor: Estado de São Paulo Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 21.681.184,00
f. principais fatos	Indenização
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 13.457.495,46

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0803509-42.2017.4.05.8500	
a. juízo	2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/08/2017
d. partes do processo	Autor: Ministério Público Federal
	Réu: União Federal e Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 45.000.000,00
f. principais fatos	Condenatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 51.465.972,84

Processo Judicial n. 0713015-93.2018.8.07.0001	
a. juízo	1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal
b. instância	1ª
c. data da instauração	11/05/2018
d. partes do processo	Autor: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Distrito Federal
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 11.656.223,90
f. principais fatos	Condenatória
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 12.037.812,43

Processo Administrativo n. 18/140400000370	
a. juízo	Secretaria do Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul
b. instância	1ª
c. data da instauração	02/01/2018
d. partes do processo	Autor: Estado do Rio Grande do Sul
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 5.336.563,87
f. principais fatos	Glosa de créditos ICMS
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 5.640.558,14

Processo Administrativo n. 11065.721.776/2016-02	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. instância	2ª
c. data da instauração	24/06/2016
d. partes do processo	Autor: União Federal
	Réu: Taurus Armas S.A.
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 6.468.601,56
f. principais fatos	Glosa de créditos
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 8.309.565,56

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Ambientais

Ação Civil Pública n.º 0000241-05.2001.8.16.0038	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Grande (PR)
b. instância	1ª
c. data da instauração	22/05/2001
d. partes do processo	Autor: Taurus Blindagens Ltda. e Outros
	Réu: Ministério Público do Estado do Paraná
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Não é possível avaliar o montante total envolvido.
f. principais fatos	Questionamento acerca da legalidade quanto à implantação das empresas Taurus Plast Produtos Plásticos Ltda, Taurus Blindagens Ltda em área de preservação permanente
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 200.000,00

Processos Criminais

Processo Judicial n. 001/2.13.0009220-1	
a. juízo	9ª Vara Criminal da Comarca de Porto Alegre (RS)
b. instância	1ª
c. data da instauração	14/02/2013
d. partes do processo	Autor: Justiça Pública
	Réu: Taurus Armas S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	Impossível estimar neste momento.
f. principais fatos	Crime ambiental
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Não é possível estimar o valor de perda neste momento.

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

A Companhia possui R\$ 12,9 milhões de reais de provisão remanescente para o Processo Judicial n. 1:16-cv-21606 (*Burrow Case*) e R\$ 13,5 milhões de reais provisionados para os demais processos relevantes informados no item 4.3, que totalizam o valor de R\$ 26,4 milhões de reais.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas

Em 31/12/2019 não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores que sejam individualmente relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não se aplica.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Procedimento Arbitral n.º ---	
a. juízo	---
b. instância	---
c. data da instauração	---
d. partes do processo	Autor: Taurus Armas S.A.
	Réu:
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 115.350.000,00
f. principais fatos	---
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 115.350.000,00

Processo Judicial n.º ---	
a. juízo	---
b. instância	---
c. data da instauração	---
d. partes do processo	Autor:
	Réu:
e. valores, bens ou direitos dos envolvidos	R\$ 7.255.250,00
f. principais fatos	---
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R\$ 7.255.250,00

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros

Na data deste formulário de referência, não há qualquer procedimento judicial, administrativo ou arbitral repetitivo ou conexo, baseado em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não se aplica.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data deste formulário de referência, não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos.**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários.**
- c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- e. outras questões do interesse dos investidores**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é emissor estrangeiro.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em razão da renovação da Administração da Companhia e do processo de reestruturação financeira que vem ocorrendo, a Política de Gerenciamento de Riscos está sendo revista. Dessa forma, na data de publicação deste Formulário, não há na Companhia uma política de Gerenciamento de Riscos formalizada.

Contamos, porém, com um Comitê de Auditoria e Riscos estatutário, formado por três membros do Conselho de Administração, sendo dois independentes. No dia a dia das atividades, o acompanhamento dos diferentes riscos aos quais nossa Companhia está sujeita é feito pela Diretoria, que reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos. Todo o processo de identificação, análise, monitoramento e definição de procedimentos rotineiros para mitigar os riscos é acompanhado pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Riscos.

Cabe aos diretores acompanhar revisar periodicamente os processos internos, identificando eventuais falhas e propondo melhorias sempre que necessário. Já o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Riscos, define as linhas estratégicas a serem adotadas fazendo o acompanhamento a partir de relatórios e reuniões com a Diretoria. A Diretoria deve facilitar e assegurar o acesso dos membros do Comitê e dos auditores internos e externos às instalações da Companhia e às informações e documentos necessários ao desempenho de suas funções.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- I. os riscos para os quais se busca proteção**
- II. os instrumentos utilizados para proteção**
- III. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos formalizada.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos formalizada.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Em razão da renovação da Administração da Companhia e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado está sendo revista. Dessa forma, na data de publicação deste formulário não há política de Gerenciamento de Risco de Mercado formalizada.

Ainda assim, a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que podem vir a afetar nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações é prática na Companhia. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, assim como acompanhando nossos principais indicadores de desempenho econômico-financeiros e evoluções na regulação setorial.

Temos como direcionamento estratégico atuar firmemente no sentido de recuperar nossos indicadores de desempenho operacional e financeiro, dois aspectos que têm total interrelação, pois a geração de caixa a partir das atividades operacionais nos permite manter em dia com as obrigações financeiras. Por outro lado, a melhoria dos indicadores financeiros, a redução do custo da dívida e do grau de alavancagem financeira já começa a contribuir para a melhoria dos resultados da Companhia e, conseqüentemente, maior geração de valor para todos os nossos acionistas.

O sucesso da renegociação da dívida com sindicato bancário, em julho de 2018, nos proporcionou novo fôlego financeiro, base para que possamos trabalhar no sentido de levar a Companhia para novo patamar de resultados. No decorrer de 2019, cumprimos com todas as obrigações financeiras de Companhia, contando com recursos provenientes da maior geração de caixa, a partir da melhora dos indicadores operacionais. Mantemos o foco na disciplina financeira de modo a seguir com nosso planejamento estratégico e, com isso, continuar obtendo sucesso no programa de reestruturação da Companhia e melhoria dos indicadores operacionais e financeiros.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- I. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
- II. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- III. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- IV. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- V. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- VI. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado formalizada

c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Não se aplica, já que a Companhia, no momento, não tem Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A nossa Diretoria avalia que o ambiente de controles internos da Companhia incorpora bom grau de confiança e está preparado para prevenir e detectar eventuais falhas. O nível de automatização garante eficiência e segurança dos processos, suportando a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Buscamos a evolução de nossos controles internos de forma a garantir a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras, conforme as normas e princípios contábeis estabelecidos.

Temos como principal ferramenta o sistema ERP SAP, o qual requer elevado nível de parametrizações para os perfis de acesso, segregações de função, alçadas de aprovação, etc. Para elaboração das demonstrações financeiras utilizamos como prática a revisão de lançamentos contábeis, que contempla análise e conciliação das contas dos grupos de receitas, estoques, despesas, custo, etc., tendo como base premissas de monitoramento e cruzamento das informações. No final desse processo, as demonstrações financeiras são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Eventuais imperfeições dos controles são tratadas primeiramente em nível operacional e, num segundo momento, pode envolver áreas de apoio, como a Controladoria, visando aprimorar os controles estabelecidos, ou ainda propor que novos procedimentos sejam criados de modo a fortalecer a estrutura de controle. Em uma terceira instância, pode haver o reporte ao Comitê de Auditoria e Risco e ao Conselho de Administração, juntamente com os planos de ação, responsáveis e prazos estabelecidos para correção dos pontos.

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores acompanha o processo de elaboração, avalia e aprova as demonstrações financeiras, que são revisadas pela auditoria independente e apresentadas para avaliação do Comitê de Auditoria e Risco. Antes da divulgação, as demonstrações financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração.

Consideramos que nossos controles internos são satisfatórios e garantem a confiabilidade das demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Em nossa estrutura, cada área e instância desempenha papel relevante no fornecimento dos dados que subsidiarão a elaboração das demonstrações financeiras.

Em um primeiro momento, os controles internos estão a cargo dos gerentes operacionais que administram os processos em suas respectivas áreas e instituem controles visando mitigar potenciais riscos de falhas. Cabe a eles supervisionar os processos e adotar ações corretivas para resolver eventuais deficiências que venham a ser detectadas nos controles de apuração dos dados.

Em segunda instância, a área de Controladoria monitora os controles executados pelos gerentes operacionais. Essa área consolida os dados e avalia a performance e os indicadores que auxiliam na gestão. O processo é acompanhado pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Os dados são então reportados ao Comitê de Auditoria e Risco que, por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia conta também com um Conselho Fiscal instituído que analisa as contas e aprova as demonstrações financeiras.

c) Se, e como, a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Eventuais deficiências são monitoradas pela área de controladoria e reportadas ao Comitê de Auditoria e Risco, o qual é composto por três membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo dois independentes.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Seguem abaixo os itens apontados no relatório de recomendações dos auditores independentes (KPMG) sobre os controles internos da Companhia referente ao exercício encerrado em 31/12/2019:

Parte A - Novas recomendações

Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança

Lista de procuradores desatualizada

Situação observada

Verificamos a relação de procuradores da Companhia e identificamos funcionários não ligados aos setores Jurídico e Financeiro com procuração ativa da Companhia.

Recomendação

Recomendamos que a relação de procuradores da Companhia seja revista e atualizada, estando relacionados apenas profissionais dos setores Jurídico e Financeiro da Companhia.

Possíveis efeitos

Operação ser efetuada por pessoas despreparadas da Companhia.

Ausência de revisão e aprovação da análise de cálculo dos indicadores financeiros da Companhia atrelados a covenants

Situação observada

Não foi identificada evidência formal de revisão do cálculo de indicadores atrelados a covenants elaborado pelos setores Financeiro e Contábil da Companhia.

Recomendação

Recomenda-se a implementação de procedimentos relacionados à padronização do cálculo dos indicadores financeiros atrelados a vencimentos antecipados, os quais deverão conter ao menos informações relativas às justificativas das diferenças identificadas, data e evidência formal dos responsáveis pela preparação e revisão.

Possíveis efeitos

A ausência de evidência formal de revisão do cálculo de covenants pode acarretar indicadores errôneos, impactando a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Também, dificulta a identificação dos colaboradores responsáveis pela preparação e pela revisão de tais atividades.

Reavaliação de itens de estoque

Situação observada

Verificamos que a Companhia efetuou a reavaliação de alguns itens presentes em seu estoque em virtude do projeto de revisão do custeio da Companhia, em desacordo com as normas contábeis aceitas.

Recomendação

Recomendamos que reavaliações de ativos não sejam executadas.

Possíveis efeitos

Não compliance com as práticas contábeis vigentes.

Thin Capitalization - Não dedutibilidade de IRPJ e CSLL

Verificamos que a Taurus possui empréstimos no exterior cujo pagamento está sendo efetuado para locais considerados paraísos fiscais (por exemplo: Ilhas Cayman).

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Contudo, é importante ressaltar que os juros pagos à pessoa jurídica domiciliada no exterior em paraíso fiscal somente serão dedutíveis quando despesas necessárias à atividade da empresa, e atendendo cumulativamente ao requisito do endividamento total, não forem superiores a 30% do patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil. Vejamos o art. 5º da IN nº 1154/11:

Art. 5º Sem prejuízo do disposto no art. 22 da Lei nº 9.430, de 1996, os juros pagos ou creditados por fonte situada no Brasil à pessoa física ou jurídica residente, domiciliada ou constituída no exterior, em país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da mesma Lei nº 9.430, de 1996, somente serão dedutíveis, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, quando se verifique constituírem despesa necessária à atividade, conforme definido pelo art. 47 da Lei nº 4.506, de 1964, no período de apuração, atendendo cumulativamente ao requisito de que o valor total do somatório dos endividamentos com todas as entidades situadas em país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado não seja superior a 30% (trinta por cento) do valor do patrimônio líquido da pessoa jurídica residente no Brasil. (Grifos nossos)

No entanto, a Taurus possui patrimônio líquido negativo em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores. Em vista disso, entendemos que os valores remetidos ao exterior para pagamentos de juros podem ser considerados não dedutíveis na apuração do IRPJ e da CSLL, caso o assunto venha a ser fiscalizado pelas Autoridades Administrativas. O valor dos juros pagos ao exterior no AC 2029 foi de R\$ 18.759 mil, e a Companhia não adicionou tal montante na apuração do IRPJ e da CSLL.

Assim, demonstramos abaixo a quantificação do risco para o AC 2019:

Denúncia Espontânea	R\$ 24.336 mil	(Considerando multa de 20% e Juros SELIC)
Autuação Fiscal	R\$ 34.669 mil	(Considerando multa de 75% e Juros SELIC)

A administração levantou documentação da estrutura da dívida, que foi totalmente contratada no Brasil e comprovação de que os juros, são pagos efetivamente ao exterior, mas frente a uma exigência do sindicato de bancos quando da renegociação. Neste contexto, a companhia se faz valer de premissas que permitem a adição dos juros pagos ao exterior, quando isto não depende de decisões da companhia, ou seja, por exigências externas.

Recomendação

Assim, recomendamos à Taurus que realize o acompanhamento da situação, bem como mantenha a guarda da adequada documentação que comprovam a estrutura da operação e, caso ocorra qualquer alteração neste cenário, relaize a retificação das apurações de IRPJ e CSLL e proceda com a adição os valores de juros pagos aos locais considerações paraísos fiscais.

Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins - Atualização monetária dos créditos levantados

Situação observada

Durante o ano-calendário de 2019, a Taurus obteve trânsito em julgado favorável da ação sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins, relativo ao período de 2003 a 2019.

Assim, por conta do referido trânsito em julgado, a Taurus efetuou o cálculo do indébito tributário (relativo ao crédito de PIS e Cofins resultante da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições) e registrou, contabilmente, crédito no valor de R\$ 64.862 mil (R\$ 37.206 mil de principal e R\$ 27.655 mil de juros), nas demonstrações financeiras de 2019.

Durante o período relativo ao crédito, a Taurus não apurou PIS e Cofins a pagar em diversos meses, e sim somente obteve saldo credor dessas contribuições. Nesse sentido, para os períodos em que a Taurus não apurou PIS e Cofins a pagar, a Companhia não deveria ter cálculo de juros Selic, haja vista não haver indébito tributário.

Assim, abaixo estão expostos os possíveis riscos atinentes ao tema:

- Risco no valor de R\$ 27.655 - Juros Selic: risco devido ao fato de a Taurus não ter apurado PIS e Cofins a pagar no período relativo ao crédito; ou
- Risco aproximado de R\$ 5.500 mil: tal montante de risco se aplica à hipótese de, em casos de fiscalização, a Taurus comprovar e defender, seja administrativamente, seja judicialmente, que, no período relativo ao crédito, a Companhia apurou saldo credor vinculado às exportações, e, caso tal crédito (ICMS na BC do PIS e Cofins) houvesse sido reconhecido no passado, a

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Taurus teria mais saldo credor (vinculado às exportações) e assim haveria de ter pago menos impostos federais (por exemplo: IPI), motivo pelo qual haveria de ser sua recomposição patrimonial por intermédio dos juros Selic. Não obstante, verificamos que a Taurus provisionou tal valor.

Assim, ressaltamos que a Taurus deve acompanhar a situação e verificar se ocorreram alterações no cenário ou mudança de premissas que indiquem necessidade de revisão ou complemento da provisão.

Outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis

Ausência de revisão e aprovação do estudo de especialistas

Situação observada

Ausência de revisão e aprovação do envolvimento de especialistas externos no estudo de recuperabilidade de ágio, impairment de ativo e diferido da Companhia.

Recomendação

Recomendamos que haja o controle formal de revisão e aprovação do estudo de envolvimento de especialistas contratados pela Companhia para a recuperabilidade de ágio, impairment e diferido.

Possíveis efeitos

A falta de revisão e aprovação pode acarretar erros e omissões na divulgação das demonstrações financeiras da Companhia.

Ausência de revisão e aprovação de conciliação contábil nas contas de bancos, aplicações financeiras, clientes, estoques, impostos a recuperar e a recolher, imobilizado, depreciação/amortização, cartão de crédito, contingências e depósitos judiciais, investimentos, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, adiantamento de clientes, comissões a pagar, receitas, devolução de vendas e despesas

Situação observada

Identificamos fragilidade no processo de conciliação das contas patrimoniais e de resultado, decorrente da ausência de revisão e aprovação das conciliações realizadas.

Recomendação

Recomendamos que toda a conciliação efetuada, independentemente da conta, contenha evidências de revisão e aprovação realizadas por profissionais independentes.

Possíveis efeitos

Erros de conciliação e precisão podem estar ocorrendo sem o devido tratamento.

Ausência de revisão e aprovação do cálculo de equivalência patrimonial e CTA

Situação observada

O processo de cálculo da equivalência patrimonial e ajuste acumulado de conversão (CTA) da Companhia é realizado pelo Sr. Marco Oliveira mensalmente. Contudo, este controle não sofre a revisão e a aprovação de um profissional independente.

Recomendação

Recomendamos que seja criado o processo de revisão e aprovação do cálculo de equivalência patrimonial e CTA, realizado por outro profissional que realizou o controle.

Possíveis efeitos

Possibilidade de apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

Depreciação sobre ativo mantido para venda

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Situação observada

Identificamos que a Companhia vem depreciando itens de seu ativo imobilizado classificado como ativo não circulante mantido para venda, não atendendo à norma do CPC 31.

Recomendação

Recomendamos que seja cessada a depreciação dos itens do ativo não circulantes classificados como mantidos para venda.

Possíveis efeitos

Não atendimento à norma e às regulações vigentes. Impacto financeiro de R\$ 2.213.672.

Cadastro de cliente em nome da Companhia

Situação observada

Identificamos, na composição analítica de clientes da Companhia, o nome do cliente Taurus Armas, que se refere a clientes não identificáveis.

Recomendação

Recomendamos que seja realizada a análise dos recebíveis dos clientes não identificados, a fim de ocorrer a correta compensação financeira.

Possíveis efeitos

Compensações financeiras podem não estar sendo realizadas, dificultando a análise financeira da carteira de clientes da Companhia.

Cliente de mercado externo classificado como mercado interno

Situação observada

Verificamos o registro do cliente ROYAME DU MAROC na conta de clientes mercado interno, conta 11200. Contudo o cliente é um cliente de mercado externo, devendo ser registrado na conta de clientes ME 112010.

Recomendação

Recomendamos que seja realizado o registro correto do cliente na conta de cliente mercado externo.

Possíveis efeitos

A variação cambial de clientes pode estar sendo impactada, afetando a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Ausência de análise do saldo de provisão para garantias

Situação observada

Verificamos uma ausência de análise sobre o saldos de provisão para garantias de produtos da Companhia para o mercado interno. Solicitamos o razão da conta e verificamos saldos antigos de 2016 e 2017.

Recomendação

Recomendamos que seja criada uma política interna de provisão para garantia, evidenciando os procedimentos e os cálculos utilizados para reconhecerem a provisão para garantia.

Possíveis efeitos

Provisão apresentada pode estar inadequada à realização de despesa.

Ausência de análise do saldo de adiantamento a fornecedores

Situação observada

Realizamos análise da composição de adiantamento de fornecedores e identificamos saldo de R\$ 782.367 vencidos há mais de 180 dias.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendação

Recomendamos que os saldos de adiantamentos a fornecedores sejam devidamente analisados, com o objetivo de reconhecer perda ou provisionar parte dos valores vencidos.

Possíveis efeitos

Perdas financeiras podem ocorrer devido a adiantamento realizado e não sendo entregue pelo fornecedor.

Ausência de formalização do cálculo de remuneração variável da Administração

Situação observada

Observamos ausência de formalização no cálculo para destinação de remuneração variável a diretor da Companhia, decorrente do exercício de 2018. Identificamos que não fora realizado um cálculo sobre as premissas de atendimento para recebimento do valor.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que efetue os cálculos necessários para atendimento à premissa da remuneração e que seja submetida à revisão e à aprovação de colaboradores experientes.

Possíveis efeitos

Risco de não atendimento à governança corporativa.

Não vinculação do sistema PW com SAP

Situação observada

Identificamos saldos de compensação que são realizados entre o módulo PW (Exportação/Importação) que o setor Financeiro não consegue vincular com o módulo SAP. Com isso, as compensações são realizadas a débito na conta de fornecedores e não debitadas diretamente no documento de origem.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que realize esforços para conseguir integrar um módulo com outro para a correta vinculação das compensações.

Possíveis efeitos

Compensações podem estar sendo realizadas inadequadamente.

Insuficiência no cálculo da PDD - Revisão interina

Situação observada

Após validação dos critérios adotados, realizamos o cálculo da provisão. Identificamos a necessidade de complemento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em R\$ 687 mil com base na análise de clientes vencidos.

Recomendação

Recomendamos à Administração que efetue a análise mensal do aging list e efetue a atualização da provisão mensalmente deste saldo.

Possíveis efeitos

Possibilidade de haver divergências significativas no saldo da PECLD registrada na contabilidade, bem como nas divulgações e na realização em relação ao saldo de clientes.

Conciliação do imobilizado em andamento e em operação

Situação observada

O sistema SAP está parametrizado para que os itens de imobilizado ingressem preliminarmente no imobilizado em andamento e posteriormente a sua classificação para imobilizado em operação.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Adicionalmente, identificamos que a Companhia não possui controles para mitigar o risco de projetos já concluídos ainda estarem sendo classificados incorretamente como imobilizado em andamento.

Destacamos abaixo alguns dos itens de imobilizado classificados como imobilizado em andamento na Taurus que já possuem seu processo concluído e deveriam ter sido reclassificados:

Item 90012650 - Cadeira Caixa Executiva 90012651 - Cadeira Caixa Executiva 90012652 - Cadeira Caixa Executiva 90012653 - Cadeira Caixa Executiva 90013734 - Notebook Dell Latitude 90013735 - Notebook Dell Latitude 90013873 - Computador Optiplex. Risco: apresentação inadequada dos saldos de imobilizado.

Além disso, os bens passam a ser depreciados somente após serem classificados para imobilizado em operação; assim, ainda existe o problema dos itens não estarem sendo depreciados.

Recomendação

Recomendamos que seja criado o controle mensal de análise de itens do ativo imobilizado em andamento, a fim de verificar possíveis itens que deveriam estar classificados na conta de imobilizado permanente.

Possíveis efeitos

- Maior risco de distorção nas demonstrações financeiras
- Dificuldade em fundamentar a dedutibilidade fiscal da depreciação
- Análises gerenciais incorretas.

Ausência de revisão e aprovação do cálculo de obsoletos

Situação observada

Ausência de revisão e aprovação do cálculo de provisão para obsolescência de estoques. Identificamos que a Companhia efetua o controle de obsoletos conforme determina sua política interna, contudo, o controle não é submetido à revisão e à aprovação realizadas por profissionais independentes, não havendo segregação de funções.

Recomendação

Recomendamos que o controle seja submetido à revisão e à aprovação realizadas por profissionais independentes de quem executa o controle.

Possíveis efeitos

Podem existir erros na realização do controle que podem não estar sendo mitigados e, consequentemente, afetar a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Execução do custeio

Situação observada

Verificamos que a Companhia não possui o controle para conferir se o material ledger foi rodado adequadamente, visto que o checklist de fechamento não é submetido à revisão e à aprovação.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que crie um controle de conferência para a rodagem do processo de custeio, ao final do fechamento contábil, a fim de garantir a rodagem adequada do custeio, sendo devidamente revisado e aprovado.

Possíveis efeitos

Podem existir problemas de custeio que não estão sendo analisados mensalmente pela Administração.

Consolidação das demonstrações financeiras

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Situação observada

O processo de consolidação da Companhia é parcialmente manual, incluindo procedimentos de eliminação de saldos entre empresas do Grupo, uma vez que nem todas as contas entre partes relacionadas estão parametrizadas para consolidação e eliminação no sistema SAP.

Adicionalmente, existem diversos lançamentos de ajustes que são feitos, de forma manual, na consolidação.

Recomendação

Recomendamos a criação de controle de revisão e realização de todos os ajustes nos balanços, restando na consolidação apenas as eliminações aplicáveis.

Possíveis efeitos

Possibilidade de apresentação inadequada das demonstrações financeiras consolidadas.

Ausência de controle de eventos subsequentes da elaboração das demonstrações financeiras

Situação observada

Não identificamos, durante o processo de fechamento contábil mensal e de elaboração das demonstrações financeiras anuais da Companhia, procedimentos formais que visem à identificação da ocorrência de eventos subsequentes, os quais possam impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

Recomendação

Recomendamos que, como parte do processo de fechamento contábil mensal, inclusive antes da emissão das demonstrações financeiras anuais, os responsáveis pelas rotinas contábeis comuniquem-se de maneira formal (e-mail, por exemplo) com os encarregados pelas demais áreas de negócios da Companhia, com o objetivo de identificar a ocorrência de possíveis eventos subsequentes à data-base do fechamento contábil que possam impactar as informações financeiras da Companhia.

Possíveis efeitos

Aumento do risco de não detecção de fatores relevantes que possam vir a ocorrer entre a data-base das demonstrações financeiras e a emissão destas.

Pontos de chuva em determinados depósitos da Companhia

Situação observada

Identificamos nos depósitos 05 e 21, durante o período de chuva, pontos de entradas de água.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que efetue a análise dos telhados dos depósitos 05 e 21, a fim de mitigar a entrada de água decorrente das chuvas.

Possíveis efeitos

Itens do estoque podem ser danificados.

Ausência de controle para mitigar o saldo de fornecedor e outras contas a pagar decorrente da empresa Taurus International (TIMI)

Situação observada

Identificamos ausência de segregação do monitoramento do saldo relativo a fornecedor e outras contas a pagar com a empresa controlada Taurus International.

Recomendação

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendamos à Companhia efetuar o controle mensal do saldo em aberto de fornecedor com a empresa controlada e analisar a composição, a fim de verificar o que realmente seja fornecedor e o que for outras contas a pagar, bem como para a correta distinção de grupos no passivo.

Possíveis efeitos

Apresentação inadequada de fornecedores e outras contas a pagar. No referido caso, identificamos o saldo de R\$ 1.521.616 na conta de fornecedores do mercado externo, referente a Taurus International.

Falta de procedimento para detecção de passivos

Situação observada

Verificamos na execução do teste de passivos não registrados o saldo de 549 de notas de competência anteriores a 2020 que foram registradas apenas em janeiro de 2020, e que não possuem provisão registrada. Além desse ponto, verificamos a ausência de provisão sobre frete, sendo a responsabilidade pelo pagamento da Companhia. Entendemos que a Companhia deva estimar e reconhecer uma provisão para despesa com frete.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que efetue o controle de passivos não registrados e que efetue o lançamento de provisão de acordo com a competência.

Possíveis efeitos

A ausência de análise de passivos não registrados pode ocasionar a apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

Itens do ativo imobilizado com saldo negativo

Situação observada

Identificamos itens do ativo imobilizado com saldos negativos

Recomendação

Recomendamos que os itens identificados sejam regularizados e que a composição de imobilizado não contenha itens negativos.

Possíveis efeitos

Apresentação inadequada das demonstrações financeiras da Companhia.

Saldo de adiantamento a fornecedor (ativo) em conta de fornecedores (passivo)

Situação observada

Verificamos a existência de débitos na conta de contas a pagar (passivo), referentes à adiantamentos realizados a fornecedores.

Recomendação

Recomendamos que os saldos de adiantamentos a fornecedores sejam devidamente reconhecidos na natureza de ativo no plano de contas, na conta de adiantamento a fornecedores e não na conta de fornecedores.

Possíveis efeitos

Apresentação inadequada das demonstrações financeiras da Companhia.

Estimativas não recolhidas - IRPJ e CSLL

Situação observada

A Taurus apura o IRPJ e a CSLL com base no lucro real anual. Assim, conforme a legislação, a Companhia deve adotar a sistemática de suspensão ou redução do pagamento mensal para a realização das antecipações mensais de IRPJ e CSLL, em consonância com a IN nº 1700/17 e o Decreto nº 9580/18, ficando assim dispensada de efetuar tais recolhimentos mensais, caso a Companhia apure prejuízo fiscal ou base negativa de CSLL. Vejamos o Parágrafo único do art. 48 da IN nº 1700/17:

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Parágrafo único. Ocorrendo apuração de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa de CSLL a pessoa jurídica estará dispensada do pagamento do IRPJ ou da CSLL correspondente a esse mês.

No entanto, a Taurus possuiu bases positivas para os tributos mencionados em todos os meses do ano-calendário de 2019 e não realizou pagamentos mensais das estimativas devidas.

Assim, de acordo com a legislação (Inc. II, art. 44 da Lei nº 9.430/96), deve ser aplicada multa isolada de 50% do caso de não pagamento mensal das estimativas de IRPJ e CSLL.

Assim, reportamos em cédula de ajustes os efeitos financeiros.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que recolha os valores devidos em cada mês, a fim de evitar questionamentos das autoridades. E, caso não efetue tal pagamento das estimativas mensais, a Taurus está exposta a um possível questionamento acerca da multa isolada de 50% das estimativas não recolhidas.

Parte B - Recomendações originárias de auditorias/revisões anteriores, ainda não solucionadas

Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança

Ausência de auditoria interna

Situação observada

A Administração, ainda no decorrer do exercício de 2016, desativou o setor de Auditoria Interna.

Recomendação

Entendemos ser muito importante a atuação do Departamento de Auditoria Interna, o qual deve trabalhar no mapeamento de processos e sugerir melhorias nas situações em que os controles não são efetivos, auxiliando a Alta Administração a ter uma visão melhor sobre os processos e ter subsídios confiáveis para a tomada de decisões.

Risco

- Ausência de análises gerenciais.
- Processos com ineficiência.
- Erros nas demonstrações financeiras em decorrência de problemas de controles internos.

Ausência de aprovação e revisão das demonstrações financeiras

Situação observada

A Companhia não possui procedimentos formais de aprovação e revisão de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Recomendação

Entendemos ser muito importante o controle de aprovação e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, que deve monitorar os saldos apresentados das demonstrações financeiras. Recomendamos que seja criado pela Companhia o procedimento de revisão das demonstrações financeiras.

Possíveis efeitos

Apresentação inadequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Outras deficiências consideradas não significativas

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Ausência de revisão e aprovação das contingências e pensões vitalícias

Situação observada

Verificamos que o controle de conciliação das contingências e das pensões vitalícias não possui uma rotina de revisão e aprovação dos valores considerados pelo setor Jurídico da Companhia.

Recomendação

Recomendamos que a conciliação das contingências e das pensões vitalícias requeira revisão e aprovação.

Possíveis efeitos

Valores podem estar sendo apresentados de forma incorreta.

Ausência de controle para encerramento de ordens internas

Situação observada

Verificamos que a Companhia não possui controle que mitigue o risco de ordens internas de imobilizado estarem abertas, mesmo com o imobilizado já ativado.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que crie um procedimento de transferência de imobilizado em andamento para imobilizado permanente, considerando a transferência da data da ocorrência.

Possíveis efeitos

Possíveis itens do ativo imobilizado da Companhia podem não estar sendo depreciados, impactando o saldo e a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Fragilidades no controle físico e patrimonial do ativo imobilizado

Situação observada

Nem todos os ativos imobilizados possuem plaqueta de identificação, havendo também plaquetas com informação divergente. Não há uma periodicidade definida para a realização de inventário do ativo fixo.

Recomendação

Recomendamos à Administração que efetue inventários físicos periódicos para o melhor controle de seu ativo fixo, com o consequente levantamento de quais bens não possuem plaqueta de identificação ou qualquer tipo de informação divergente entre o contábil e o físico.

Possíveis efeitos

Risco de integridade e existência, o que pode acarretar apresentação incorreta das demonstrações financeiras, bem como perdas financeiras para a Companhia devido à ausência de controle sobre a entrada dos itens. Ademais, há um risco de valorização incorreta devido à falta de registro de depreciação desses itens.

Ausência de encontro de contas entre o saldo de contas a receber e o respectivo adiantamento

Situação observada

Obteve-se a composição analítica da conta de “Adiantamento de clientes” e, ao ser efetuado o confronto com o saldo contábil de contas a receber, identificou-se em sua composição saldos pendentes de conciliação entre as contas.

Também identificamos saldos de adiantamento de clientes, mercados interno e externo, antigos, pendentes de compensação com o contas a receber em aberto.

Recomendação

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomenda-se à Companhia que mantenha controle atualizado quanto ao saldo de adiantamento de clientes e a devida compensação com o saldo de clientes.

Possíveis efeitos

Apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

Ausência de revisão/aprovação do controle de corte da receita

Situação observada

O controle de corte da receita não passa por revisão e/ou aprovação da Administração.

Além disso, verificamos que não existe um teste sobre a integridade dos dados da base utilizada para validar a data de entrega das mercadorias.

Recomendação

Recomendamos que o controle contenha uma revisão por um profissional de maior nível de experiência e que contenha a aprovação de um outro profissional, contendo a segregação de funções.

Possíveis efeitos

Reconhecimento da receita fora de competência.

Depreciação de itens totalmente depreciados

Situação observada

Identificamos que a Companhia está realizando a depreciação de itens aos quais a vida útil já estaria encerrada.

Recomendação

A Companhia teria de realizar análise da vida útil e dos saldos históricos registrados no sistema SAP.

Possíveis efeitos

Falta de exatidão dos saldos contábeis registrados pela Companhia.

Ausência de campo específico de aprovação de alteração de vida útil

Situação observada

Identificamos que não existe a necessidade de qualquer aprovação e/ou documentação para a alteração de vida útil de um bem de ativo imobilizado. Verificamos que o campo de vida útil de um item é um campo aberto e que não necessita da aprovação para alteração.

Recomendação

Recomendamos que haja aprovação ou necessidade de apresentação de documento-suporte para alteração da vida útil de um bem de ativo imobilizado.

Possíveis efeitos

Possibilidade de impacto no cálculo de depreciação.

Ausência de revisão e aprovação do controle de conciliação bancária

Situação observada

As conciliações bancárias são elaboradas mensalmente pelo Departamento Contábil, mas não há evidência formal de revisão e de aprovação do controle.

Recomendação

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendamos que seja implementado procedimento formal que evidencie a preparação da conciliação, bem como a revisão por funcionário independente de quem a preparou.

Possíveis efeitos

Possíveis erros/pendências não observados, bem como risco de apresentação inadequada dos correspondentes saldos contábeis.

Tabela de preços sem devida aprovação formal da Administração

Situação observada

Anualmente a Administração da Companhia realiza a atualização da tabela de preços dos produtos. Essa atualização é definida através de uma reunião a qual não é formalizada. A tabela atualizada é repassada para o Departamento Comercial para atualização sistêmica e posteriormente enviada aos representantes por e-mail.

Recomendação

Recomenda-se a implantação de formalização em ata das reuniões que definem as atualizações efetuadas na tabela de preço.

Possíveis efeitos

A utilização de uma tabela desatualizada sistemicamente, o que resultaria em prática de preços divergentes pelos representantes e consequentemente possíveis perdas financeiras para a Companhia.

Processos de compensações de direitos e obrigações com clientes, fornecedores, adiantamento de clientes e partes relacionadas em aberto

Situação observada

Verificamos que a Companhia possui em aberto na composição de clientes fornecedores, adiantamento de clientes e transações com partes relacionadas.

Recomendação

Recomenda-se à Companhia que efetue a compensação e a conciliação dos saldos em aberto.

Possíveis efeitos

Impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controle de vendas com cartões de créditos

Situação observada

Diariamente a operadora de cartões encaminha um arquivo com os valores recebidos a favor da Companhia, porém o referido relatório não informa o cliente. Assim, a Companhia efetua o lançamento de todos os créditos em uma conta contábil genérica de clientes de cartão de crédito e, ao final do mês, a área Financeira verifica todas as vendas que ocorreram no cartão de crédito e compensa com todos os créditos informados pela operadora de cartões, zerando a conta genérica.

Recomendação

Sugerimos à Companhia que elabore controle que permita verificar a origem do crédito e que possa efetuar a baixa dos títulos individualmente, não correndo o risco de efetuar baixas incorretas, ou, não efetuar a baixa de algum título já liquidado.

Além disso, este procedimento deve ser revisado formalmente e aprovado pelo gestor financeiro.

Possíveis efeitos

- Perdas financeiras para a Companhia
- Desgaste com clientes
- Análises gerenciais incorretas
- Distorção nas demonstrações financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Ausência de revisão para alteração cadastral (dados bancários) de fornecedores

Situação observada

Os dados cadastrais (razão social e CNPJ) dos fornecedores, como os dados bancários, são registrados pelo setor Fiscal. Adicionalmente identificamos que é possível fazer alterações no cadastro dos fornecedores, incluindo alterações dos dados bancários, e que não há nenhuma aprovação e gravação das alterações efetuadas.

Recomendação

Recomendamos a criação de procedimentos de revisão para as alterações de dados cadastrais de fornecedores, principalmente dados bancários.

Possíveis efeitos

A ausência de controles que previnam ou detectem alterações nos dados bancários dos fornecedores pode gerar alterações indevidas e aumento do risco de pagamentos indevidos.

Saldos iniciais pendentes de conciliação

Situação observada

A Companhia mantém em sua base de adiantamento de clientes saldos referentes a cargas de migração do sistema SAPIENS para o atual sistema utilizado pela Companhia, SAP.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que realize a compensação e a baixa dos saldos de cargas iniciais abertos existentes.

Possíveis efeitos

Impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Fornecedor com nome de Taurus Armas

Situação observada

Identificamos na composição analítica de fornecedores o nome do fornecedor Taurus Armas. Em indagação aos fornecedores, verificamos que se refere a fornecedores não cadastrados no sistema e que a Companhia possui obrigação de pagar. Desta forma, o setor Financeiro possui um controle auxiliar para saber a relação desses fornecedores.

Recomendação

Recomendamos que seja efetuado o cadastro desses fornecedores como o nome genérico da Companhia.

Possíveis efeitos

Problemas de compensação financeira podem ocorrer.

Rateio de despesas

Situação observada

O Grupo Taurus possui compartilhamento de atividades administrativas, estrutura física, entre outros recursos, e a Taurus possui critério de rateio rastreável e suportado por metodologia que consiga efetivamente capturar o quanto cada empresa do Grupo participa nas despesas comuns. Conforme informações da Companhia referentes ao compartilhamento de despesas, o rateio é feito de diversas formas, por exemplo:

- Água e luz: percentuais fixos, porém não possui um estudo técnico - Ponto de controle levantado pela auditoria.
- Funcionários: não possuía um rateio - Ponto de controle levantado pela auditoria.

Abaixo, elencamos algumas soluções de consulta que dispõem sobre o assunto em questão:

Solução de Divergência Cosit nº 23

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Data da publicação: 16/10/2013

DOU: Edição nº 199, de 14 de outubro de 2013, Seção I, pag. 25

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ementa: É possível a concentração, em uma única empresa, do controle dos gastos referentes a departamentos de apoio administrativo centralizados, para posterior rateio dos custos e despesas administrativos comuns entre empresas que não a mantenedora da estrutura administrativa concentrada.

Para que os valores movimentados em razão do citado rateio de custos e despesas sejam dedutíveis do IRPJ, exige-se que correspondam a custos e despesas necessárias, normais e usuais, devidamente comprovadas e pagas; que sejam calculados com base em critérios de rateio razoáveis e objetivos, previamente ajustados, formalizados por instrumento firmado entre os intervenientes; que correspondam ao efetivo gasto de cada empresa e ao preço global pago pelos bens e serviços; que a empresa centralizadora da operação aproprie como despesa tão-somente a parcela que lhe cabe de acordo com o critério de rateio, assim como devem proceder de forma idêntica as empresas descentralizadas beneficiárias dos bens e serviços, e contabilize as parcelas a serem ressarcidas como direitos de créditos a recuperar; e, finalmente, que seja mantida escrituração destacada de todos os atos diretamente relacionados com o rateio das despesas administrativas.(...)

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 18 de 26 de janeiro de 2009

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: RATEIO DE DESPESAS Para que despesas rateadas a um grupo de empresas, sejam dedutíveis, não basta comprovar que elas foram contratadas, assumidas e pagas. É necessário, principalmente, comprovar que correspondem a bens e serviços efetivamente recebidos e que esses bens e serviços são necessários, normais e usuais na atividade das empresas e que o rateio seja efetuado através de critérios objetivos e previamente ajustados.(Grifos nossos)

Em decorrência dos critérios utilizados pela Companhia não estarem bem estabelecidos, há o risco de que as despesas não estejam corretamente alocadas por empresa. Destacamos também que não foram disponibilizados para nossas análises os contratos de rateio.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que efetue o rateio de despesas com base em critério tecnicamente comprovado, reduzindo assim quaisquer questionamentos por parte das Autoridades Fiscais.

Recomendamos à Companhia que efetue o rateio de despesas com base em critério tecnicamente comprovado, reduzindo assim quaisquer questionamentos por parte das Autoridades Fiscais.

Provisões, reversões de provisões e parcela efetiva

Situação observada

Identificamos que a Companhia não efetuou abertura de contas específicas de provisão e reversão de provisão no resultado, efetuando o ajuste na apuração de IRPJ e CSLL pela movimentação das contas patrimoniais. Recomenda-se à Companhia mantenha sempre na rubrica contábil apenas o valor correspondente à parcela de provisão ou parcela não dedutível. Esse movimento tende a facilitar a geração do arquivo da ECF, uma vez que a Companhia pode facilmente criar regras para a vinculação da adição/exclusão do saldo integral registrado na rubrica contábil em determinado período.

Dessa forma, nos casos de provisão, sugerimos que as contabilizações sejam feitas da seguinte forma:

- Constituição de provisão de contingências em X3:
C - Passivo - Provisão de Contingências
D - Resultado - Provisão de Contingências.
- Reversão de provisão de contingências em X3:
D - Passivo - Provisão de Contingências
C - Resultado - Reversão da Provisão de Contingências.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Parcela de Provisão de Contingências que se torna efetiva no período subsequente (X4):

D - Passivo - Provisão de Contingências

C - Resultado - Reversão provisão contingências.

C - Ativo - Caixa (pagamento da parcela de provisão)

D - Resultado - Despesas com contingências.

Recomendação

Recomendamos à Companhia que siga o exemplo acima descrito, assim esta consegue efetuar a vinculação das parcelas a adicionar ou a excluir, sempre vinculadas a rubricas contábeis registradas no resultado.

IRRF a recuperar - JSCP - Polimetal

Verificamos que a Polimetal recebeu juros sobre capital próprio nos anos-calendários de 2011 e 2012 da TBL. Conforme determina a IN nº 1700/2017, ocorrerá retenção de 15% sobre o montante distribuído a título de juros sobre capital próprio:

Seção Dos Juros sobre o Capital Próprio

Art. 75. Para efeitos de apuração do lucro real e do resultado ajustado a pessoa jurídica poderá deduzir os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados, individualizadamente, ao titular, aos sócios ou aos acionistas, limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e calculados, exclusivamente, sobre as seguintes contas do patrimônio líquido:

(...)

§ 7º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

§ 8º O imposto retido na fonte de que trata o § 7º:

I - no caso de beneficiário pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, será considerado antecipação do imposto devido no período de apuração ou poderá ser compensado com o que houver retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, a seu titular, sócios ou acionista.

Entretanto, a Polimetal registrou em sua contabilidade apenas o valor líquido recebido de juros sobre capital próprio, não oferecendo à tributação de IRPJ e CSLL a retenção de 15% feita pela TBL, motivo esse que originou auto de infração da RFB e que estava sendo discutido judicialmente pela Companhia. Não obstante, com a criação do PRT pelo Governo Federal, a Companhia desistiu da discussão judicial sobre o auto de infração e incluiu os débitos federais no PRT, já que possuía a possibilidade de liquidação com prejuízo fiscal.

Assim, após adesão ao PRT, a Companhia registrou os valores de IRRF sobre JSCP em seu ativo sem que a contrapartida fosse no resultado. Por fim, entendemos que o período para restituição ou compensações desse saldo negativo pela Polimetal também estaria prescrito, uma vez que o prazo de cinco anos para utilização se encerrou no final de 2017 e não foi feito Perdcomp pela Companhia nesse ano-calendário.

IRPJ e CSLL a recolher

A Companhia informou valores de IRPJ e CSLL a recolher (rubricas 213500 e 213800) no balanço de 2016, entretanto, durante os trabalhos na revisão dos anos-calendários de 2016 e 2017, a Companhia não soube informar o porquê da existência de tal saldo. Na ocasião, recomendou-se a baixa de tal saldo por não existir registros que comprovem a existência do saldo.

Já na revisão do ano-calendário de 2018, o saldo informado nas contas mencionadas é o mesmo valor do balanço de 2016 e 2017. A Companhia novamente não comprovou a origem de tais saldos nem registros que os comprovem.

Portanto, recomendamos a baixa do saldo contábil por não existirem registros que comprovem tal valor.

Conta	Descrição da Conta	Valores em R\$ mil	Ajuste em R\$ mil	Saldo ajustado
213500	Provisão para IRPJ a recolher	489	489	-
213800	Provisão para CSLL a recolher	160	160	-

Ausência de revisão e aprovação do controle de conciliação de empréstimos

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Situação observada

Após efetuarmos o entendimento do controle de conciliação de empréstimos, verificamos que o controle não passa por uma revisão e uma aprovação da Administração.

Recomendação

Recomendamos que o controle de conciliação de empréstimos seja revisado e aprovado por uma pessoa independente e acima do cargo do executor do controle.

Possíveis efeitos

Possíveis impactos nos saldos contábeis, afetando as demonstrações financeiras da Companhia.

Lançamentos manuais sem revisão e aprovação

Situação observada

Muitos dos lançamentos realizados de forma manual na Companhia não passam por uma revisão e uma aprovação. Como exemplo, citamos lançamentos contábeis referentes aos registros das provisões contábeis, ajustes pertinentes a acertos nos estoques, entre outros. Entretanto, constatamos que não há controles internos preventivos ou detectivos com o objetivo de avaliar a adequação desses lançamentos contábeis manuais.

Recomendação

Sugerimos a implantação de processo de revisão e aprovação, por colaborador diferente e de nível hierárquico superior, para os lançamentos contábeis manuais registrados, a qual poderia seguir uma política de alçadas de aprovação adequada à Companhia.

Possíveis efeitos

A falta de revisão dos lançamentos contábeis manuais aumenta o risco de erros e, consequentemente, de eventuais falhas na adequação e na apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Parcelamentos - Pert e PRT

Situação observada

No decorrer de nossos trabalhos, verificamos que a Taurus aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) e ao Programa de Regularização Tributária (PRT).

Ocorre que, após realizarmos nossas análises, identificamos débitos federais de períodos anteriores incluídos no PRT os quais já haviam sido compensados via Perdcomps, com saldos de PIS e Cofins. Para isso, a Companhia cancelou Perdcomps que não haviam sido homologadas e que foram utilizadas para compensações desses impostos federais, parcelou os débitos gerados pelos cancelamentos no PRT e utilizou os créditos oriundos dessas Perdcomps canceladas para novas compensações de tributos federais devidos no ano-calendário de 2017.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia continue monitorando o assunto e, caso ocorram alterações no cenário atual, reflita os respectivos ajustes contábeis aplicáveis tempestivamente.

Possíveis efeitos

Cancelamento ou perda de parte dos valores incluídos no PERT.

Lucros no exterior

Situação observada

A Taurus possui empresas controladas no exterior (Estados Unidos). Conforme determina a Instrução Normativa (IN) nº 1520/2014, os lucros auferidos no exterior estão sujeitos à incidência do IRPJ e da CSLL. Vejamos:

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Art. 1º Os lucros auferidos no exterior, por pessoa jurídica domiciliada no Brasil, estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), na forma da legislação específica, observadas as disposições desta Instrução Normativa.

Todavia, até o encerramento de nossos trabalhos, não nos foram disponibilizados os resultados auferidos pela Taurus no exterior.

De acordo com a legislação supracitada, os lucros auferidos por subsidiárias no exterior serão computados na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, no balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, desde que atendidos a determinados limites e requisitos estabelecidos, que o imposto de renda incidente sobre lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior possa ser compensado com o imposto devido no Brasil, por ocasião da adição de tais valores na apuração do lucro real da pessoa jurídica.

Recomendação

Diante do exposto, recomendamos à Companhia que retifique a apuração do IRPJ e da CSLL com o acréscimo dos lucros auferidos no exterior, a fim de evitar questionamentos da RFB e incorreções no preenchimento da ECF do ano-calendário de 2019.

Ausência de conciliação e plano de contas dos estoques em poder de terceiros

Situação observada

Na data-base de 31 de dezembro de 2019, identificamos que a Companhia não possui um controle adequado do saldo de estoques em poder de terceiro parametrizado no sistema SAP.

Recomendação

Recomenda-se a implementação de procedimentos relacionados à conciliação e confirmações periódicas dos estoques em poder de terceiros, as quais deverão conter ao menos a evidência formal dos responsáveis pela preparação e pela revisão. Também recomendamos a criação de um plano de contas que inclua o saldo de estoques em poder de terceiro.

Possíveis efeitos

A ausência de conciliação dos estoques em poder de terceiros aumenta a suscetibilidade da ocorrência de erro, podendo impactar a apresentação inadequada das demonstrações financeiras da Companhia.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Diretoria tem conhecimento de algumas deficiências em seus controles internos e vem trabalhando com as diversas áreas e em planos de ação para buscar controles adequados e mais seguro e tem monitorado estas mudanças e a consistência destas juntamente com sua área de controladoria.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Temos o **Código de Ética** da Taurus, que aborda os valores que orientam a Companhia, como conduta pessoal e profissional dos colaboradores, e tem o intuito de apoiar o constante crescimento e busca pela excelência e a integridade. É um documento que reúne as principais orientações éticas para condução dos nossos negócios, ou seja, descreve as principais orientações em relação ao comportamento ético que esperamos de nossos administradores e colaboradores.

Contamos também com o **Manual Anticorrupção**, documento específico relacionado a fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. O Manual detalha os procedimentos anticorrupção praticados pela Companhia e o entendimento de quais são os atos que podem ser associados à prática de corrupção ou atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião em 26 de julho de 2016, o documento faz parte do **Programa de Integridade** da TAURUS e tem como principal referência a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a qual estabelece punição a atos de corrupção contra a administração pública nacional e estrangeira.

O Manual trata especificamente de corrupção ou ato lesivo envolvendo órgãos públicos, mas o conceito se aplica à corrupção envolvendo qualquer entidade, seja pública ou privada. A distinção se faz por conta das disposições da lei promulgada, que faz referência específica a órgãos e a funcionários públicos. O documento se destina a todos que, direta ou indiretamente, têm relacionamento com a TAURUS, administradores e colaboradores, e suplementa, mas não substitui o nosso Código de Ética.

Além de membros da administração e empregados, o Manual Anticorrupção é extensivo aos terceiros que representam a TAURUS, tais como consultores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, fornecedores, que deverão ter incluídas, em seus respectivos contratos, cláusulas que assegurem o cumprimento da Lei Anticorrupção

No caso de identificado qualquer caso de corrupção, o colaborador terá seu contrato de trabalho rescindido e, dependendo da gravidade do ato, responderá judicialmente por suas ações. Se empregado terceirizado, a empresa prestadora de serviços terá seu contrato rescindido e responderá judicialmente pela ação, caso o ato tenha relação com a Taurus.

O Manual Anticorrupção determina regras e procedimentos como:

- vedação de oferecimento de vantagens indevidas a agente público, nacional ou estrangeiro;
- obrigatoriedade de que reuniões com agente público nacional ou estrangeiro, independente do assunto, seja registrada na agenda de reuniões com agentes públicos e/ou em ata de reunião;

5.4 - Programa de Integridade

- proibição de dar, prometer ou oferecer presentes ou brindes em troca de tratamento favorável inapropriado;
- vedação a pagar, prometer ou oferecer a agente público, nacional ou estrangeiro, despesas com entretenimento, tais como jogos e shows, viagens e hospedagens;
- normas para que a participação da TAURUS em processos licitatórios seja realizada de forma íntegra, correta, idônea, honesta e de boa-fé;
- Vedação a dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;
- Normas relacionadas a doações e patrocínios.

O Manual Anticorrupção da Taurus está vigente e disponível no site da Companhia (www.taurusri.com.br) no menu “governança corporativa”, “códigos e políticas”).

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Nosso Código de Ética se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia, nas relações com clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, órgãos públicos, sociedade e o público em geral.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Não há frequência regular de treinamento relativo ao Código de Ética, que é apresentado a cada administrador e empregado no momento de sua entrada na Companhia. Ainda assim, é responsabilidade dos administradores e colaboradores conhecer e aplicar integralmente o Código de Ética, fortalecendo os princípios e valores ali estabelecidos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As condutas que estiverem em desacordo com este Código de Ética estarão sujeitas a medidas disciplinares, conforme contrato de trabalho e legislação trabalhista, civil ou criminal.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Nosso Código de Ética foi originalmente aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião realizada em 04 de julho de 2011 e revisado em 26 de julho de 2016. Está vigente e disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, www.taurusri.com.br no menu “governança corporativa”, códigos e políticas.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Temos um canal para esclarecimento de dúvidas sobre o Código de Ética, manifestações diversas e denúncias que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Os registros de denúncias, sugestões e dúvidas podem ser realizados por meio de ligação telefônica (0800), de site ou de aplicativo. As ligações são sempre gratuitas, de qualquer lugar do país. O IP do computador utilizado para o contato não é registrado,

5.4 - Programa de Integridade

assim como o telefone de origem de ligações não é rastreado. Consideramos importante, além de denúncias de possíveis violações relacionadas ao Código, também conhecer os questionamentos, para que possamos orientar e corrigir eventuais desvios.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Mantemos contrato com uma empresa independente especializada, que garante o sigilo e confidencialidade dos contatos realizados. Todos os atendentes são especialmente treinados para extraírem o máximo de informações possíveis de cada ligação, o que otimiza o aproveitamento dos relatos recebidos, economizando tempo e recursos durante o processo de investigação.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal está aberto para todos, sejam empregados, terceiros, clientes, fornecedores e o público em geral. Os contatos estão disponíveis no Código de Ética e no Manual Anticorrupção da Taurus, disponíveis no site da Companhia (www.taurusri.com.br no menu “governança corporativa”, “códigos e políticas”)

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O contato com o canal de denúncias pode ser feito de forma anônima e o sigilo do caso será garantido. Não será tolerada nenhuma retaliação contra quem fizer um questionamento ou, de boa-fé, denunciar algum comportamento possivelmente inadequado.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Comitê de Ética

d) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme estabelecido no Manual Anticorrupção da Companhia, para aquisição, fusão e outras formas de associações empresariais, a TAURUS realiza o processo de *due diligence*, com o objetivo de identificar histórico de envolvimento com corrupção ou outros tipos de condutas ilegais ou antiéticas, identificar riscos da operação e verificar a existência de controles internos e medidas de integridade na empresa-alvo.

e) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois a Companhia conta com regras, políticas e procedimentos estabelecidos no seu Manual Anticorrupção.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Podemos citar a questão do endividamento, como aspecto onde consideramos que houve redução do nível de risco a que nossa Companhia está sujeita em relação ao cenário do exercício anterior. Com o acordo firmado com o sindicato de bancos credores em julho de 2018, que estabeleceu o alongamento do perfil de vencimento e a redução dos juros da dívida, e o desempenho da Companhia em 2019, com melhoria dos resultados operacionais e resultado líquido positivo no exercício, avaliamos que temos melhores condições para cumprir com as obrigações financeiras estabelecidas e, consequentemente, também com as demais obrigações da Companhia. Assim, houve redução do risco de *default* com relação à dívida e consequente possível situação de falta de liquidez que poderia tornar inviável a manutenção das atividades.

A partir dos resultados obtidos com a adoção do plano estratégico em termos de melhoria de indicadores operacionais, incluindo as inovações adotadas no processo industrial, que conferem maior garantia de qualidade na produção, a Companhia alcançou em 2018 e 2019 aumento da receita e passou a ter maior geração operacional de caixa. Também o lançamento de produtos que incorporam tecnologia e qualidade nos últimos dois exercícios (2018 e 2019), com ótima aceitação do consumidor, vem contribuindo para o aumento das vendas e para recuperar a imagem e admiração pela marca no mercado. Avaliamos que, com isso, os riscos relacionados à confiabilidade e segurança de nossos produtos e à não geração de caixa suficiente para cumprir com nossas obrigações e manter as atividades da Companhia em função de reduzido volume de vendas, da mesma forma, apresentou redução em relação ao quadro que se apresentava no exercício anterior.

Em março de 2019, a Taurus firmou acordo para pôr fim à ação judicial proposta no U.S. District Court for the Southern District of Florida por William Burrow, Oma Louise Burrow, Suzanne M. Bedwell e Ernest D. Bedwell contra a Taurus e sua controlada nos Estados Unidos, Braztech International L.C. Referida ação judicial diz respeito a supostos defeitos apresentados em determinados modelos de revólveres fabricados com a marca Rossi, durante determinado período. A celebração do acordo é resultado de uma extensa negociação e a administração da Taurus entende que esse acordo é um grande passo para minimizar impactos financeiros à Companhia e dar mais estabilidade à gestão, evitando, assim, possíveis efeitos adversos aos quais estaria exposta em caso de continuação do litígio.

Já em 2020, a situação de pandemia do COVID-19 vem causando efeitos sobre a economia mundial. A Taurus, é uma Empresa Estratégica de Defesa (EAD) e, portanto, foi qualificada como essencial, nos termos do inciso IV do art. 3º do Decreto n.º 10.282, de 20 de março de 2020. Nessas condições, manteve suas operações de forma responsável e observando todas as limitações impostas pelo Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal.

Em relação aos fornecedores, a Companhia não foi afetada de forma significativa em função da pandemia. A dependência de produtos importados é baixa e, ainda, os fornecedores estrangeiros de componentes e insumos mais relevantes podem ser substituídos por fornecedores nacionais. Com relação às exportações, responsável pela maior parte de sua receita, a Taurus está trabalhando dentro do cronograma previsto para a entrega de seus produtos, especialmente no mercado norte-americano. No mercado nacional, não foi observada alteração no comportamento de clientes e distribuidores, com a demanda se mostrando crescente em função da nova legislação de armas de fogo do País. A demanda por armas aumentou fortemente no mercado norte-americano, como uma reação cultural da população desse país à situação de pandemia. Nas operações, foram realizados ajustes de forma a reduzir fluxo, contato e aglomerações de trabalhadores, bem como fornecidas instruções sobre cuidados que devem ser tomados, reforçando medidas de limpeza e disponibilizando material de higiene, entre outras. Algumas atividades foram direcionadas para o regime de home office e foram adotados sistemas de escalas, de revezamento de turnos e alterações de jornadas, visando o equilíbrio da produção com redução do fluxo de pessoas. Não houve prejuízo em termos de produção industrial, com as fábricas operando

5.5 - Alterações significativas

normalmente, ou de comercialização, tendo a Companhia registrado até a data deste Formulário de Referência forte aumento das vendas.

Ainda assim, em relação ao último exercício social, não houve alteração significativa em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta e que estão mencionados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	17/11/1939
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/03/1982

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico do emissor

Nossa Companhia foi fundada em novembro de 1939 e, portanto, completou 80 anos de história em 2019. Apresentamos, a seguir, um pouco dessa história.

No final dos anos 30, o ambiente político e econômico estava repleto de incertezas, já que a conjuntura europeia apontava para iminentes conflitos que acabariam por afetar toda a geopolítica mundial. Apesar de esses temores chegarem ao Brasil, o ambiente econômico nacional se mostrava propício ao empreendedorismo. O País havia sido uma das primeiras nações a superar as dificuldades da Crise de 29 e o governo de Getúlio Vargas procurava investir forte no desenvolvimento industrial brasileiro. É em tal contexto, que surge, em 1939, a Forjas Taurus (atual Taurus Armas S.A.).

Anos 30

A Forjas Taurus Ltda. (atual Taurus Armas S.A.) nasce quando os amigos João Kluwe Júnior, Ademar Orlando Zanchi, Oscar Henrique Purper, Eugênio Ervin Hausen, Herbert Müller e João Guilherme Wallig decidem criar a própria empresa. Encomendaram o maquinário da Alemanha. No entanto, com o início da Segunda Guerra, as compras foram suspensas. Como não existiam fornecedores no Brasil, os empresários decidiram fabricar suas próprias máquinas, a princípio destinadas apenas ao consumo interno, e mais tarde, comercializadas para outras empresas.

Na esteira da Guerra, o fornecimento de petróleo foi comprometido, forçando a empresa a construir fornos de gaseificação. Com a escassez do aço, a Taurus passou a confeccionar produtos com sucata.

Anos 40

Com o fim da Segunda Guerra, a importação de máquinas ficou mais fácil e mais barata. Isto dificultou a comercialização dos produtos nacionais. Diante do novo cenário, a Empresa voltou ao seu objetivo original, redirecionando investimentos e começando a fabricar revólveres e ferramentas manuais. Em 27 de junho de 1949, a Forja Taurus (atual Taurus Armas S.A.) transformou-se em uma Sociedade Anônima, dando início a um novo ciclo de crescimento.

Anos 50

A fabricação e a venda de armas se intensificam e, em pouco tempo, a produção e a demanda crescem. O parque industrial da empresa é ampliado e tem início a construção de uma nova fábrica.

Anos 60

Concluída a ampliação do parque industrial, foi construída uma nova fábrica, na zona norte de Porto Alegre. Entretanto, a década de 60 foi marcada por grandes tensões políticas no País, que resultaram em regulamentação extremamente rígida para a comercialização de armas.

Anos 70

No início dos anos 70, a Forja Taurus (atual Taurus Armas S.A.) passou seu controle acionário para uma empresa estrangeira. Também nessa época, incorporou os equipamentos da tradicional marca de ferramentas inglesa Ifesteel. Surgia, então, a Taurus Ferramentas Ltda., em São Leopoldo. Em 1977, as ações da Taurus voltaram ao controle de uma empresa nacional, a Polimetal – Indústria e Comércio de Produtos Metálicos Ltda.

Anos 80

Em julho de 1980, foi adquirida a totalidade das ações da subsidiária brasileira da Indústria e Comércio Beretta S.A., de capital italiano, sediada em São Paulo, especializada na fabricação de pistolas e metralhadoras. Com isso, a Taurus passou a imprimir a sua marca em pistolas semiautomáticas, aumentando ainda mais sua capacidade de produção e linha de produtos.

6.3 - Breve Histórico

Em 1981, nascia a Taurus International Manufacturing Inc. (TIMI), em Miami, Flórida, EUA, criada para impulsionar o crescimento no mercado norte-americano. Dois anos depois, surgia a Taurus Blindagem Ltda., empresa do grupo responsável pela produção de escudos e coletes à prova de balas.

Em agosto de 1986, a Taurus iniciou, por meio da Taurus Blindagens, a produção de capacetes da fábrica Induma – Metais e Plásticos Ltda.

Anos 90

Em 1990, a Taurus Blindagens foi transferida para Guarulhos, São Paulo. Um ano depois, foi adquirida a Mecanótica Indústria e Comércio de Equipamentos e Produtos Óticos, detentora da famosa marca de óculos e capacetes para motociclismo Champion.

Em 1994, o Inmetro aprovou o selo ISO 9000 série 9001 para a Taurus. Posteriormente, o Underwrites Laboratories (UL) ratificou a certificação, com o reconhecimento nos Estados Unidos. A certificação ISO 9000 do Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear (IBQN) veio em 1995, junto com a certificação do RWTÜV – Rheinisch Westfälischer Technischer Überwachungs-Verein e V., de Essen, Alemanha.

Anos 2000

Em 2000, a Taurus International foi escolhida pelos membros da Academia de Indústria de Esportes de Tiro americana como a “Fábrica do Ano”, e suas pistolas e revólveres Titanium Millennium e Total Titanium como “Arma do Ano”. Em 2001, recebeu o troféu “Fabricante do Ano” da Associação Nacional de Atacadistas de Artigos Esportivos dos EUA (Nasge). Em 2003, conquistou novas premiações, destacando-se a Taurus Copper Bullet.45 e a 480 Raging Bull.

Em plena fase de diversificação de suas atividades, em 2004, a Taurus consolidava dois novos negócios: assumia o controle operacional da Wotan, de Gravataí, formando a Taurus Wotan, e associava-se à Famastil, de Gramado, criando a Famastil Taurus.

Em 2005, a pistola PT 24/7 recebeu o prêmio “Golden Bullseye Award” de Handgun of the Year (Arma do Ano), nos Estados Unidos, concedido pela American Rifleman.

Em 2008, a Empresa investiu na ampliação da produção de armas longas na unidade de São Leopoldo.

Anos 2010

A década começou com novos empreendimentos da Companhia. Com o início das operações da nova unidade industrial da Bahia, foi possível ampliar a produção de capacetes, atendendo a pedidos da demanda interna, atingindo a marca de 2 milhões de capacetes produzidos anualmente e capacidade produtiva anual total de 2,5 milhões de unidades.

Em 2011, foi realizada importante reestruturação societária, alterando a composição do capital social. A Companhia passou a ser caracterizada como uma corporação com controle difuso, porém com um acionista de referência. Além disso, teve início amplo processo de aprimoramento da governança corporativa, com a adesão, em julho de 2011, ao Nível 2 de governança corporativa da Bolsa de São Paulo, com as decorrentes vantagens e garantias asseguradas aos seus acionistas, incrementando sua imagem institucional no mercado de capitais.

Nesse ano, a Taurus comemorou a sétima conquista do Prêmio “Handgun of the Year”, considerado o mais importante da Indústria de Armas dos Estados Unidos. A pistola PT 740, foi reconhecida pelo *design* inovador, avanços tecnológicos no uso de materiais, ergonomia e segurança.

Em 2012, foram adquiridas duas empresas: (i) a Steelinject (tecnologia M.I.M. - Metal Injection Molding) no Brasil; e (ii) a Heritage nos EUA, empresa de alta rentabilidade, com atuação em nichos especiais do mercado de armas. Também nesse ano foi realizada a transferência da unidade industrial da Heritage de Opa Locka (FL) nos EUA, para a unidade da TIMI – Taurus International Manufacturing, Inc. em Hialeah, na Região da Grande Miami (FL) nos EUA.

6.3 - Breve Histórico

Em 2013, os ajustes em termos de produção industrial tiveram continuidade com a transferência, no Brasil, da unidade industrial da Steelinject (injetados metálicos) para São Leopoldo (RS).

Uma série de eventos alheios aos negócios culminaram em 2014 em dificuldades de gestão e custos extraordinários relevantes para o resultado. A reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2012 e Informações Trimestrais de 2012 e 2013, e o processo do aumento de capital que, após confirmação pelo CADE, resultou em alteração do controle da Companhia, foram alguns dos fatores relevantes que tornaram o ano atípico e complexo, tanto na esfera societária, como nas áreas mercadológica e operacional.

A transferência do site de Porto Alegre, incluindo a área administrativa, para São Leopoldo foi efetivada em 2016, consolidando em uma única unidade industrial toda a produção de armas no Brasil. Outro destaque foi a adoção do sistema ERP SAP, que teve seu “go live” em janeiro de 2016, visando controles mais eficientes, além do gerenciamento das informações e sinergias.

No aspecto financeiro, após negociações com as principais instituições credoras da Companhia, em dezembro de 2016, foi concluído o processo de reperfilamento de dívida, que alongou o prazo de vencimento de dívidas que totalizavam US\$ 150,7 milhões para serem pagos em cinco anos, com dois anos de carência para o pagamento do principal.

Em 2017 a Taurus completou a unificação de suas plantas em São Leopoldo e estabilizou sua produção, além de concluir o desenvolvimento de fornecedores locais e de toda sua logística operacional e industrial. O ano foi marcado também, no Brasil, pelos primeiros embarques da Pistola Hammer e do Fuzil T4, que tiveram como destino Oriente Médio e Ásia. Nos EUA, destaque para o início das entregas da Pistola Spectrum, primeira pistola Taurus desenvolvida e produzida naquele país.

Com relação ao endividamento bancário, apesar dos esforços proferidos durante o ano, o cronograma acordado para pagamento de juros ao sindicato de bancos não foi cumprido. Dessa forma, a dívida com o sindicato retornou para o curto prazo em 31 de dezembro de 2017.

O ano de 2018 teve início com a posse de nova diretoria reforçando as ações detalhadas no plano estratégico que têm por objetivo recuperar os indicadores operacionais e financeiros da Companhia e posicionar a Taurus entre as maiores e melhores fabricantes de armas leves do mundo.

Em julho/2018, foi concluída a renegociação com relação com sindicato de bancos, conduzida por consultoria externa especializada, envolvendo o reperfilamento de dívidas com um grupo de credores e a 3ª emissão pública de debêntures da Taurus. O prazo de vencimento para cerca de US\$ 162 milhões em dívidas foi alongado, passando a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. A Companhia obteve também alongamento no prazo e redução das taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) que, ainda que contabilizadas no curto prazo, têm renovação automática, com a possibilidade de serem liquidadas até outubro de 2022. A renegociação proporcionou redução de 50% da taxa de juros em relação ao vigente anteriormente, o que representa mais de R\$ 120 milhões em encargos em cinco anos, além do alongamento do perfil da dívida.

A operação de capacetes foi colocada à venda, assim como ativos fixos que não estão em utilização, como a área da antiga unidade industrial em Porto Alegre, RS. Os recursos a serem obtidos com a venda serão integralmente destinados à amortização da dívida com instituições financeiras.

O processo industrial foi revisto e os lançamentos de produtos voltaram a fazer parte do dia a dia das operações, com intensa renovação do portfólio. O mercado respondeu de forma muito positiva à qualidade dos produtos e diversidade do portfólio, contribuindo para a Taurus reconquistar a credibilidade dos consumidores.

Com o revólver Taurus Raging Hunter, lançado no final de 2018, a Companhia ganhou mais uma importante premiação internacional, o American Handgun of the Year 2019.

6.3 - Breve Histórico

Em início de dezembro de 2019, a Taurus inaugurou oficialmente sua nova fábrica no Estado da Georgia, nos EUA. A nova unidade ocupa uma área de 20 mil m², e conta com um investimento total de U\$ 42 milhões entre construção e benefícios fiscais, além da criação de mais de 300 novos empregos no condado de Decatur. A transferência das operações de sua antiga unidade nesse país, na Florida, teve início em meados do ano de 2019. A nova fábrica permitirá dobrar a capacidade produtiva da Taurus nos Estados Unidos para até 800 mil armas por ano, trazendo também redução de custos e melhorias operacionais, comerciais, fiscais e logísticas, com a concessão de incentivos estaduais da Geórgia, e consequentemente aumento da rentabilidade da operação.

Em 31/12/2019, em alinhamento de sua estratégia a Companhia decidiu por realizar a cisão parcial de sua subsidiária Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. seguida de incorporação pela controladora Taurus da parcela cindida que é destinada ao atendimento das demandas internas, enquanto as operações destinadas a terceiros permaneceram na subsidiária.

As mudanças estruturais adotadas proporcionaram melhoria dos resultados nos exercícios de 2018 e 2019, confirmando o acerto das ações relacionadas ao plano estratégico.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Até a data deste formulário de referência, não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Nossa principal atividade é a produção e comercialização de armas leves, com produção em duas unidades industriais – Brasil e EUA – e vendas para mais de 100 países. A Companhia é a terceira maior fabricante de armas leves do mundo.

- Taurus Armas S.A. (Companhia emissora): (i) fabricação e comercialização de revólveres, pistolas e armas táticas, incluindo carabinas, fuzis e metralhadoras; e (ii) participação em outras empresas.
- Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.: (i) industrialização de peças metálicas por encomenda; (ii) caldeiraria industrial; (iii) usinagem de metais sob encomenda; e (iv) participação em outras empresas.
- Taurus Holdings, Inc.: opera nos Estados Unidos da América, por meio das seguintes controladas integrais e respectivas atividades:
 - a) Taurus International Manufacturing, Inc.: fabricação de pistolas e comercialização de revólveres e pistolas (inclusive aquelas adquiridas de sua controladora Forjas Taurus S.A.), sob a marca Taurus, nos mercados norte-americano e canadense; e
 - b) Braztech International, L.C.: comercialização de revólveres, pistolas e armas longas, sob a marca Taurus, nos mercados norte-americano e canadense; e
 - c) Heritage Manufact., Inc.: fabricação e comercialização de revólveres.
- Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.: (i) compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros; e (ii) participação em empresas.
- T. Investments Co. Inc.: subsidiária com sede no Panamá, criada para adquirir os créditos da Hunter Douglas N.V. perante a Wotan Máquinas LTDA e fazer as devidas liquidações financeiras.

Operação colocada à venda e, portanto, cujos resultados passaram a ser apresentados como “operações descontinuadas” a partir de 2018:

- Taurus Blindagens Nordeste Ltda.: (i) indústria, comércio, importação e exportação de capacetes para motociclismo e ciclismo, e (ii) participação em outras sociedades.
- Taurus Helmets Indústria de Capacetes, nova denominação social de Taurus Blindagens Ltda. (Operação Descontinuada): (i) fabricação e comercialização de capacetes para motociclistas; (ii) participação em outras empresas.

Operação encerrada em 2017:

- Taurus Plásticos LTDA.: (ii) fabricação, comércio, importação, exportação e locação de produtos plásticos injetados (operação cindida da Taurus Helmets Indústria de Capacetes, nova denominação social de Taurus Blindagens Ltda).

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

Não aplicável visto que o emissor não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados

Armas

O segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações são realizadas pela nas unidades industriais do Brasil, em São Leopoldo/RS e dos Estados Unidos, na Flórida (em transição para a nova unidade industrial no Estado norte-americano da Georgia).

Outros

A partir de janeiro/18, o segmento é representado exclusivamente por peças metal-injetadas (M.I.M. - *Metal Injection Molding*).

Operação Descontinuada - Capacetes

Em março de 2018, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução deste processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de descontinuidade do investimento, o mesmo foi classificado como “mantido para venda” e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, sendo esta reclassificação apenas de caráter contábil. O segmento de capacetes segue operando normalmente, com produção nas unidades da Taurus Blindagens Ltda., em Mandirituba/PR, e na unidade da Taurus Blindagens Nordeste Ltda., em Simões Filho/BA. A operação está em garantia à renegociação de dívida com sindicato de bancos, de modo que os recursos provenientes de sua alienação serão destinados exclusivamente à amortização de dívida com as instituições financeiras.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

R\$ milhões	2019		2018		2017	
	Receita líquida	% na receita total	Receita líquida	% na receita total	Receita líquida	% na receita total
Armas	989,2	99,0%	833,2	98,6%	676,7	97,3%
Outros	10,4	1,0%	12,0	1,4%	18,6	2,7%
Capacetes*	NA	NA	NA	NA	NA	NA

* O resultado da operação de capacetes foi contabilizado como “Operações descontinuadas”.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

R\$ milhões	2019		2018		2017	
	Resultado	% no resultado	Resultado	% no resultado	Resultado	% no resultado
Armas	50,5	106,1%	-63,9	-101,9%	84,2	88,3%
Outros	-2,9	-6,1%	1,2	1,9%	11,2	11,7%
Capacetes	NA	NA	NA	NA	NA	NA

* O resultado da operação de capacetes foi contabilizado como “Operações descontinuadas”.

*Nota explicativa 6

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a) características do processo de produção

A Companhia independe de marcas comerciais, franquias, concessões ou contratos de assistência técnica pertencentes a terceiros. Não existem riscos aparentes e esperados de paralisação no processo produtivo em função da falta de matéria prima ou de energia. Em todas as fases de fabricação, é exercido rigoroso controle de qualidade, desde a matéria prima utilizada até o produto final.

No parque fabril da Companhia, encontram-se máquinas modernas mescladas com outras que estão em uso há mais tempo, mas em plena capacidade de produção, devido à periódica manutenção preventiva e corretiva. A Taurus detém tecnologia própria, em fase operacional, sedimentada e aperfeiçoada continuamente a partir de investimentos substanciais no aprimoramento de processos produtivos e na melhoria da qualidade dos produtos.

Frente a eventuais possibilidades de fortuitos com incêndios, a Companhia realiza, periodicamente, treinamentos de prevenção e combate, com orientações técnicas de profissionais experientes e testes de simulação em nossas instalações, dispondo, ainda, de brigadas de incêndio de prontidão, sempre buscando a minoração de riscos.

Armas

O processo de produção de armas, por se tratar de uma indústria eminentemente metalúrgica, utiliza as seguintes fases básicas e processos de transformação:

- (i) forjamento, a partir de várias formas de perfis, em diferentes materiais, tais como aço, aço inox, alumínio, titânio e magnésio;
- (ii) usinagem, em tornos CNC, centros de usinagem CNC, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, utilizando como matéria prima forjados, perfis de aço e alumínio;
- (iii) *Metal Injection Molding* - MIM, em que pequenas peças são injetadas em moldes desenvolvidos pela Taurus e sinterizadas em fornos;
- (iv) acabamento, lixamento, jateamento e polimento;
- (v) tratamento térmico e tratamento superficial; e
- (vi) montagem final, composta de diversos processos de montagem, ajustes e calibrações.

Tanto os processos de produção de armas, quanto os de projeção de produtos são constantemente incrementados com inovações tecnológicas surgidas nos setores nos quais a Companhia atua, com o fim de proporcionar melhor qualidade e eficiência.

Os processos manuais de lixamento estão sendo substituídos por um processo automatizado, com células robotizadas de lixamento, o que garante maior qualidade e produtividade. Cabe mencionar que parte do processo pode ocorrer na cadeia de fornecimento.

Capacetes (Operação Descontinuada a partir de 2018)

O processo de produção de capacetes utiliza as seguintes fases:

- (i) injeção em ABS;
- (ii) pintura, por meio de processos ora manual, ora automatizado;
- (iii) acabamento;
- (iv) costura, a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se de máquinas de corte, costura e balancim; e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(v) montagem final.

A Companhia iniciou a fabricação de capacetes no Brasil e hoje é líder no mercado, com cerca de 50 modelos diferentes. Construindo e desenvolvendo um moderno sistema de testes de impacto e resistência, na década de 1990, a Taurus tornou-se a única empresa em toda a América do Sul a possuir um laboratório que atendesse às Normas NBR e SNELL (USA).

b) características do processo de distribuição

Armas:

Mercado nacional - rede de representantes que operam na maioria dos estados brasileiros, onde atuamos no mercado Civil, lojistas, além do grande atendimento à Instituições através da nossa venda patrimonial às corporações Brasileiras.

Mercado norte-americano - operações próprias executadas por controlada indireta.

Demais países - rede de distribuidores, agentes e representantes, que abrange mais de 74 países.

Capacetes (Operação Descontinuada em 2018) e Outros:

Mercado nacional - rede de representantes que opera em todos os estados brasileiros. As vendas são efetuadas de forma pulverizada, atendendo a clientes de diferentes perfis e mercados, que vão desde pequenos varejos até grandes atacadistas e distribuidores, bem como repartições públicas, por meio de processos licitatórios públicos.

A produção de MIM (*metal injection molding* ou peças de metal injetadas) para terceiros é realizada sob encomenda.

Mercado externo - exportação direta e, para alguns países da América do Sul, por meio de empresa comercial exportadora. Representa menos de 1% do total comercializado.

c) características dos mercados de atuação

Armas

Os produtos são vendidos no mercado nacional (18,2% da receita líquida de armas em 2019) e ao mercado externo (81,8% da receita líquida de armas em 2019). No mercado doméstico, as vendas de armas destinam-se a atender o mercado governamental, policiais, magistrados e CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). No mercado externo, especificamente nos EUA, principal mercado da Companhia (74,4% da receita líquida de armas em 2019), as vendas atendem o mercado civil enquanto, em outros países, as vendas atendem principalmente clientes governamentais.

É um segmento que segue diversas normas e regulamentações específicas, tanto no Brasil como no exterior. Os clientes governamentais de outros países, muitas vezes, solicitam testes e especificações particulares.

A Taurus é a terceira maior produtora de armas curtas do mundo.

Capacetes (Operação Descontinuada em 2018)

Os produtos são vendidos basicamente no mercado interno. Com um mercado pulverizado, a Companhia é líder no mercado nacional.

d) eventual sazonalidade

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os segmentos de atuação da Companhia não são sazonais. Ainda assim, há certa oscilação no volume de vendas de armas no mercado norte-americano, em função de períodos de caça e outros fatores.

e) principais insumos e matérias primas

Armas

Na fabricação de revólveres, pistolas e armas longas são utilizados, preponderantemente, aço e polímeros diversos, tratando-se de uma indústria eminentemente metalúrgica. Os controles e as regulamentações governamentais exercidos sobre a fabricação, a comercialização, o registro e a posse de armas de fogo e de munição não se estendem às atividades dos principais fornecedores. As matérias primas e outros insumos utilizados no processo produtivo são obtidos, em sua maioria, no âmbito nacional e a preços de mercado, inexistindo riscos reais de paralisação, em razão da grande quantidade de fornecedores. Há considerável grau de volatilidade nos preços dos insumos e matérias primas, em especial, quanto à cotação dos minérios utilizados no processo produtivo, fortemente influenciado pelo mercado internacional.

Capacetes (Operação Descontinuada em 2018)

Na década de 1980, a Companhia desenvolveu os primeiros modelos em fibra de vidro e utilizando o Kevlar® como matéria prima. Atualmente, na fabricação de capacetes, são utilizadas matérias primas de alta qualidade atestadas pelo INMETRO, na forma das principais normas veículas pelas Portarias INMETRO/MDIC n.º 456 de 01.12.2010; n.º 118 de 05.05.2009; n.º 265 de 30.06.2008; e n.º 66 de 20.02.2008. A Companhia possui completo e moderno laboratório, dentro das mais rigorosas normas de segurança, para testes de seus produtos em prol da qualidade e da segurança. As matérias-primas e outros insumos utilizados no processo produtivo são obtidos, em sua maioria, no Brasil, a preços de mercado e não existem riscos reais de paralisação dos processos produtivos em razão da diversidade de fornecedores.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

No segmento de armas, a subsidiária norte-americana Taurus International Manufacturing, Inc. é a maior cliente da Taurus do Brasil, com essas vendas representando cerca de 74% da receita líquida de 2019. Não há, no entanto, clientes finais que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

A receita da venda para terceiros no segmento de MIM (peças de metal injetado) tem pouca representatividade na receita total da Companhia (1,0% em 2019).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Considerando que os negócios com armas da Companhia se enquadram como atividade de elevado interesse nacional ligado à segurança pública e à proteção física dos cidadãos, o setor sofre intensa regulamentação e rígido controle governamental do governo brasileiro, de modo que a fabricação, o comércio local, a exportação e a importação de armas e munições se submetem à fiscalização e ao consentimento de diversos órgãos públicos de segurança.

Em relação a questões ambientais, mantemos um canal aberto de comunicação com os representantes dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais. Todas as unidades de negócio possuem Licença Ambiental ou se encontram em processo de licenciamento (ou renovação) de acordo com a Legislação vigente.

Segue descrição, por unidade de negócio, dos licenciamentos ambientais e demais registros aos quais as Empresas Taurus estão vinculadas:

- Taurus Armas S.A.: Fabricação de armas. Possui licença ambiental, autorização para compra, estocagem e utilização de produtos químicos e controlados.

Licenças e autorizações necessárias para o funcionamento da unidade:

- Licença da Polícia Federal nº 20099074968: Produtos Controlados
- Cadastro IBAMA nº 40009
- Título de Registro do Exército para fabricação de armas

Para o transporte de armas:

- CR – Certificado de Registro do Exército, pelas empresas transportadoras;
- Guia de tráfego

Para a exportação de armas:

- Para cada exportação a Taurus solicita autorização de negociação preliminar com o país interessado junto ao Ministério das Relações Exteriores. Assim, cada operação de exportação é precedida de emissão de autorização de negociação preliminar com o país interessado na aquisição.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

O Brasil possui legislação específica com relação à proteção do meio ambiente. Os Governos Federal, Estadual e Municipal têm poderes para defender e proteger o meio ambiente, bem como para promulgar leis relativas à matéria. Em virtude disso, as operações realizadas no Brasil estão sujeitas a uma lista de normas ambientais e procedimentos de licenciamento.

A ausência de licença ambiental válida é classificada como crime ambiental. Quaisquer atrasos ou negativas da autoridade responsável pelo licenciamento na emissão ou renovação de licenças, bem como a incapacidade de cumprir com os requisitos ambientais estipulados durante o processo de licenciamento, poderão prejudicar ou mesmo impedir a construção e desenvolvimento regular de uma atividade.

O licenciamento ambiental para as atividades de fabricação de armas, capacetes e blindagens, forjados e máquinas operatrizes estão sujeitas, dentre outras exigências, à elaboração prévia de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como à implementação de medidas de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

diminuição e/ou compensação, por impactos causados ao meio ambiente em virtude das atividades ou empreendimentos. Como medida de compensação, estamos obrigados a alocar fundos para implementação e manutenção de áreas de conservação.

Estamos comprometidos em conduzir nossas atividades de forma a incorporar, como valores centrais, segurança, saúde e proteção ao meio ambiente. O Conselho de Administração aponta programas e aloca os recursos necessários para assegurar que todos os empregados estejam cientes e trabalhem em conformidade com os princípios de saúde, segurança e meio ambiente. A administração integra estes princípios, espelhando-os em um sistema de gestão ambiental e é responsável por sua adoção com o objetivo de evitar lesões, danos a ativos e de minimizar quaisquer efeitos sobre o meio ambiente e, ao mesmo tempo, respeitar a biodiversidade e as comunidades locais.

Cumprimos com todas as regulamentações locais relativas à saúde, à segurança e à proteção do meio ambiente, além de definirmos práticas e padrões internos conforme o necessário. Esses padrões e práticas serão comuns em todas as áreas geográficas em que atuamos, salvo especial tratamento adaptado a peculiaridades locais, e serão projetados levando em conta as tendências na legislação e nos padrões internacionais.

Mantemos, regularmente, comunicação com os grupos de interesse e comunidades, compartilhando conhecimento e reportando nosso desempenho e o efeito de nossas atividades e produtos sobre as pessoas e o sobre o meio ambiente de forma confiável e transparente. Adicionalmente, estabelecemos sistematicamente metas e objetivos para o aprimoramento contínuo nessas áreas com a pesquisa de novas abordagens e soluções técnicas. O desempenho em relação a tais objetivos é avaliado e as medidas corretivas necessárias são aplicadas, sempre que necessários.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

Realizamos pesquisa e desenvolvemos tecnologia e produtos a partir de programas preestabelecidos. Dessa forma, operamos com tecnologia própria, sedimentada e aperfeiçoada continuamente por meio de investimentos substanciais no aprimoramento de processos produtivos e na melhoria da qualidade dos produtos. A Companhia independe de marcas de terceiros, bem como de concessões, contratos de *royalties* e licenças.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

2019: R\$ 187.383 mil; 19% da receita consolidada

2018: R\$ 150.467 mil; 18% da receita consolidada

2017: R\$ 110.150 mil; 16% da receita consolidada

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

R\$ mil

PAÍS	2019		2018		2017	
	Receita	%	Receita	%	Receita	%
Estados Unidos	736.458	90,7%	626.661	90,2%	541.270	92,5%
Bangladesh	21.668	2,7%	9.332	1,3%	11.764	2,0%
Argentina	937	0,1%	1.236	0,2%	5.429	0,9%
França	2.552	0,3%	2.125	0,3%	3.925	0,7%
Chile	2.128	0,3%	1.415	0,2%	3.113	0,5%
Burquina	3.350	0,4%		0,0%	2.182	0,4%
Honduras	1.402	0,2%	2.051	0,3%	1.654	0,3%
Omã	-	0,0%	26.691	3,8%	2.844	0,5%
Alemanha	2.155	0,3%	3.143	0,5%	2.441	0,4%
África do Sul	7.820	1,0%	3.786	0,5%	2.085	0,4%
Cingapura	12	0,0%	336	0,0%		0,0%
Peru	877	0,1%	863	0,1%	1.604	0,3%
Zâmbia	179	0,0%	266	0,0%		0,0%
Filipinas	17.827	2,2%	4.523	0,7%	1.297	0,2%
Guatemala	3.603	0,4%	596	0,1%		0,0%
Tailândia	661	0,1%	422	0,1%	217	0,0%
Israel	106	0,0%	408	0,1%		0,0%
Marrocos	-	0,0%	1.309	0,2%		0,0%
Itália	752	0,1%	693	0,1%	1.067	0,2%
Namíbia	461	0,1%	419	0,1%		0,0%
Nova Zelândia	676	0,1%				
El Salvador	375	0,0%	146	0,0%	182	0,0%
Quênia	-	0,0%	72	0,0%		0,0%
Reino Unido	332	0,0%		0,0%		0,0%
Bósnia	-	0,0%	329	0,0%	142	0,0%
Outros Países*	7.867	1,0%	7.998	1,2%	3.892	0,7%
TOTAL	812.198	100,0%	694.820	100%	585.108	100,0%

* Inclui vendas externas de MIM

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

2019: R\$ 812.198 mil; 81% da receita líquida consolidada

2018: R\$ 694.820 mil; 82% da receita líquida consolidada

2017: R\$ 585.108 mil; 84% da receita líquida consolidada

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Em âmbito internacional, atuamos por meio da exportação de produtos ligados ao setor de segurança, dentre outros, a diversos países, cujas regulamentações e modelos de fiscalização diferem tenuamente das brasileiras, em face do relevante interesse público em exercer pleno controle de tão importante atividade atinente ao tema da segurança pública.

A maior parte de nossa receita provém de vendas de armas realizadas para clientes em diversos países. A regulação desses países sobre as importações de armas influencia as atividades da Companhia, que, além de atender de forma individual às legislações e exigências de cada país, monitora permanentemente as alterações pertinentes em relação às mesmas, se resguardando da possibilidade de deixar de cumprir com os requisitos suficientes e necessários das novas alterações normativas.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Em razão da renovação da Administração e do processo de recuperação financeira que vem ocorrendo, a Companhia está revendo, de forma a aprimorar, suas políticas socioambientais. Dessa forma, até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou integrado levando em conta os ODS, pois no momento este relatório não está nos planos de trabalho da Companhia visto que seus esforços estão direcionados em sua retomada econômico-financeira.

b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por auditor independente:

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não se aplica, visto que até a data de publicação deste Formulário não há divulgação de informações socioambientais formalizada.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisições ou alienações relevantes nos últimos 3 anos.

Em 2018, a Companhia colocou à venda sua operação de capacetes que, até que seja efetivamente vendida, continua operando sob gestão da Taurus. A operação é realizada pelas subsidiárias Taurus Blindagens Nordeste Ltda. e Taurus Helmets Industria de Capacetes Ltda., nova razão social de Taurus Blindagens Ltda. A venda está vinculada ao acordo firmado com bancos credores, de modo que, quando efetivada, os recursos advindos da alienação da operação, que não é foco atual da Companhia, serão destinados à redução do endividamento. Ainda, extenso terreno em região residencial nobre de Porto Alegre, onde localizavam-se as antigas instalações da Companhia, foi destinado à venda. Com valor contábil de aproximadamente R\$ 50 milhões, o caixa gerado com a alienação do ativo será utilizado para redução do endividamento.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Mudanças na Administração ocorridas no decorrer dos últimos três exercícios sociais:

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, foram eleitos os componentes do Conselho de Administração da Forjas Taurus. Seus membros, eleitos em chapa são Jorio Dauster Magalhães e Silva (Presidente), Fábio Luiz Munhoz Mazzaro (Vice-Presidente), Fernando José Soares Estima, Sérgio Laurimar Fioravanti, Magno Neves Fonseca. Os membros do Conselho de Administração eleitos, Srs. Jorio Dauster Magalhães e Silva, Sérgio Laurimar Fioravanti, bem como o Sr. Magno Neves Fonseca são considerados Conselheiros Independentes da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Regulamento Nível 2”) e no Estatuto Social da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de dezembro de 2017, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, pela maioria dos votos, com abstenção do Conselheiro Fernando José Soares Estima, pela renúncia do Sr. **Marco Aurélio Salvany** ao cargo de Diretor-Presidente da Companhia, e do Sr. **Thiago Piovesan** dos cargos de Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor com Relações com Investidores, após a leitura das cartas de renúncia recebidas. Para o cargo de Diretor-Presidente foi eleito o Sr. **Salésio Nuhs**, que também acumulou o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Na mesma data foram eleitos os Srs. **Eduardo Minghelli** e **Ricardo Machado**, ambos para os cargos de Diretor sem designação especial.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de janeiro de 2018, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, pela renúncia dos Srs. Fernando José Soares Estima e Fábio Luiz Munhoz Mazzaro, aos respectivos cargos de Conselheiros de Administração, após a leitura das cartas de renúncia recebidas. Para os cargos de conselheiro substitutos foram eleitos os Srs. **Armenio de Oliveira dos Santos** e **Bernardo Simões Birmann**, os quais terão mandato até a AGO de 2019, tendo em vista que esta eleição foi realizada para recompor o Conselho de Administração em função do disposto no artigo 24, parágrafo 3º, do Estatuto Social e artigo 150 da Lei nº 6.404/1976.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de fevereiro de 2018, os membros do Conselho da Companhia elegeram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, para os cargos de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, o Sr. **Luiz Augusto Polacchini**. Assim o Sr. Salesio Nuhs, Diretor Presidente, deixou de acumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 02 de abril de 2018, os membros do Conselho da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, pela renúncia dos Sr. Luiz Augusto Polacchini aos cargos de Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores após a leitura da carta de renúncia recebida. Para os referidos cargos foi eleito o Sr. **Sergio Castilho Sgrillo Filho**.

A atual Diretoria da Companhia, que assumiu a gestão a partir de 2018, reforçou as ações no sentido de colocar em prática o plano estratégico estabelecido que visa recuperar os indicadores econômicos e financeiros da Companhia. Dentre os principais objetivos estão ampliar a rentabilidade das operações e a geração de caixa; fortalecer a imagem da Companhia no mercado, oferecendo produtos de qualidade; ampliar as exportações para outros países (além dos EUA), de modo a reduzir a concentração das vendas no mercado norte-americano; reduzir o endividamento e o custo da dívida, proporcionando maior folga de caixa e reduzindo o grau de alavancagem financeira.

Em termos operacionais, foram feitos ajustes na área industrial, adotando processos eficientes e robustos e atuando de forma intensa na renovação do portfólio. A Companhia recupera a credibilidade dos consumidores, que vêm respondendo de forma muito positiva à qualidade dos produtos e à diversidade do portfólio. Em

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

2019, a receita cresceu 18,3% ante 2018, enquanto na comparação entre os exercícios de 2018 e 2017 houve alta de 21,6%. A Companhia contratou a Galeazzi, uma consultoria especializada, que implantou um forte plano de reestruturação de processos produtivos e administrativos nas unidades do Brasil e dos EUA.

No âmbito internacional, em 2019 teve início o processo de mudança da unidade nos EUA da Flórida para o Estado da Geórgia, onde a Companhia vai dobrar a capacidade de produção no país para 800 mil armas/ano.

As mudanças estruturais adotadas, e não aumento de preços, proporcionaram aumento do lucro bruto de 2018, que foi multiplicado em mais de três vezes ante ao ano anterior, atingindo R\$ 307 milhões. Em 2019, o lucro bruto atingiu R\$ 340,6 milhões, com alta de 10,7% em relação a 2018, e registrou lucro líquido de R\$ 43,4 milhões.

A renegociação do endividamento, com acordo firmado em julho de 2018 com bancos credores, alongou o prazo de vencimento e reduziu a taxa média de juros. Foi também definida a alienação da operação de capacetes, além de outros ativos que não estão em utilização, como o terreno da antiga sede da Companhia em Porto Alegre com valor contábil de aproximadamente R\$ 50 milhões. O caixa gerado com a venda dos ativos será utilizado para redução do endividamento.

Em **Reunião do Conselho de Administração do dia 31 de março de 2020** os membros do Conselho da Companhia deliberaram, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, aprovaram a eleição, para o cargo de Diretor sem designação especial, o **Sr. Leonardo Brum Sesti**.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. - Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia e suas controladas não celebraram contratos alheios a suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante que não estejam descritos nos quadros a seguir.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de São Leopoldo - Polimetal	Brasil	RS	São Leopoldo	Própria
Fábrica São Leopoldo - Taurus Armas	Brasil	RS	São Leopoldo	Própria
Fábrica do Paraná - Blindagens (ativo mantido para venda)	Brasil	PR	Mandirituba	Própria
Fábrica da Bahia - Nordeste (ativo mantido para venda)	Brasil	BA	Simões Filho	Própria
Fábrica dos Estados Unidos - TIMI	Estados Unidos			Própria
Terreno em Porto Alegre - Estacionamento	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
Terreno em Porto Alegre - Antiga Matriz (ativo mantido para venda)	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Guatemala	05/08/2027	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto Taurus - Uruguai	12/12/2027	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto Taurus - México	22/06/2028	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto Taurus - Costa Rica	02/07/2028	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Itália	24/03/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Índia	11/05/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto TAURUS SECURITY SYSTEM - EUA	29/06/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Índia	27/07/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto (Marca Internacional) (Cybergun) - Espanha	04/11/2029	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - África do Sul	05/02/2030	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - África do Sul	06/03/2030	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto TAURUS (MARCA COMUNITARIA) European Union Intellectual Property Office - OHIM	14/03/2030	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - China	20/05/2030	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista de Produto estilizada e c/cabeça de touro Taurus - China	20/05/2030	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Áustria	30/06/2030	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Áustria31/07/2030	31/07/2030	Não há	Não há
Patentes	SAFETY DEVICE FOR SHOOTING MECHANISM OF DOUBLE-ACTION SEMI-AUTOMATIC PISTOLS WITH STRIKER FIRED	30/09/2026	Não há	Não há
Patentes	PISTOL WITH FIRING MECHANISM THAT CAN EASILY BE ADAPTED TO VARIOUS MODES OF OPERATION - internacional	30/03/2020	Não há	Não há
Patentes	Dispositivo de segurança no mecanismo de disparo para pistolas semi-automáticas de dupla-ação com pe	07/01/2024	Não há	Não há
Patentes	A SAFETY DEVICE FOR AUTOLOADING OR AUTOMATIC PISTOL - internacional	15/06/2021	Não há	Não há
Patentes	REVOLVER COM TAMBOR DE DUAS CÂMARAS	20/05/2034	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM REVÓLVER - DI BR 30 2013 006297-0	05/12/2038	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	PROCESSO PARA MONTAGEM DE SISTEMA DE MIRA C/ TRÊS PONTOS	21/05/2021	Não há	Não há
Patentes	IMPULSOR DO TAMBOR PARA REVÓLVERES E REVOLVER	24/02/2036	Não há	Não há
Patentes	DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA PISTOLAS	15/08/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto na República Tcheca - Taurus	04/03/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto no Chile	22/03/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto na Grécia - Taurus	24/03/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto na Rep Checa - Taurus com 2 barras	24/04/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto na Eslováquia - Taurus	26/04/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto - World Intellectual Property Organization (OMPI)	08/05/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto - TAURUS MILLENIUM - EUA	28/05/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Argentina	05/09/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - Argentina	11/10/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - África do Sul	29/01/2023	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Figurativa de Produto - Alemanha	31/01/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto - Paraguai	22/03/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto - EUA	06/04/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Alemanha	31/05/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Alemanha	01/06/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - Paraguai	22/07/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - Uruguai	26/09/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto - Equador	4/11/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - Chile	05/12/2023	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto - Panamá	03/02/2024	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Bolívia	08/04/2024	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto TAURUS (CABECA DE TOURO) (C/2 BARRAS) - Equador	19/04/2024	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Israel	09/09/2024	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto Taurus - Hong Kong	23/09/2024	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Israel	04/10/2024	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Venezuela	07/10/2024	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Honduras	19/01/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto STANDARD e PROFISSIONAL (C/PRIORIDADE) - Argentina	03/02/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Paraguai	23/03/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus, Estilizada e Cabeça de Touro - Algéria	16/04/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Austrália	18/04/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto TAURUS (C/ CABECA DE TOURO) - Reino Unido	18/04/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus Austrália	18/04/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Reino Unido	19/04/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - Argentina	08/05/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto Taurus - Paquistão	09/05/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto C/ CABECA DE TOURO e ESTILIZADA - Paquistão	09/05/2025	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Mista e Nominativa de Produto Taurus - Jordan	17/05/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto CABECA DE TOURO C/ DUAS BARRAS - Bolívia	05/07/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Honduras	12/10/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto Taurus CABECA DE TOURO e ESTILIZADA - Nicarágua	23/11/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - EUA	19/12/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Filipinas	19/12/2025	Não há	Não há
Marcas	Marca Figurativa de Produto - Venezuela	05/01/2026	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto Taurus - Perú	14/10/2026	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa e Mista de Produto - Perú	02/12/2026	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto TAURUS TRACKER - EUA	27/12/2026	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A CAPACETE - DI 6501785-4	17/05/2030	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A CAPACETE - DI 6804479-8	21/10/2033	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A CAPACETE - DI BR 302012 004841-9	18/09/2037	Não há	Não há
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A PISTOLA - DI BR 30 2012 000159-5	16/01/2037	Não há	Não há
Patentes	REVOLVER WITH TWO CHAMBER CYLINDER - internacional	20/05/2035	Não há	Não há
Patentes	CYLINDER IMPELLER FOR REVOLVING GUNS AND REVOLVER - internacional	23/03/2026	Não há	Não há
Patentes	PISTOL LOCKING DEVICE - internacional	18/05/2020	Não há	Não há
Marcas	Marca mista de produto - Taurus - 813783623	21/11/2020	Não há	Não há
Marcas	Polimetal mista de serviço - 815830319	11/08/2022	Não há	Não há
Marcas	POLIMETAL NOMINATIVA - 820670278	21/12/2029	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - CHAMPION - 822797240	18/09/2027	Não há	Não há
Marcas	TAURUSPLAST MISTA - 825583489	05/06/2027	Não há	Não há
Marcas	TAURUSPLAST MISTA - 825583470	05/06/2027	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - TAURUSPLAST - 825583462	05/06/2027	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - TAURUSPLAST - 825583454	05/06/2027	Não há	Não há
Marcas	TAURUS FIGURATIVA PRODUTO - 816867933	12/07/2024	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO - ZARREF - 913301140	16/04/2029	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO - ZARREF - 822552248	08/06/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO - ZARREF - 913301248	16/04/2029	Não há	Não há
Marcas	BIG BOY NOMINATIVA - 822552221	15/05/2022	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTOS - TAURUS - 912633670	16/10/2028	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTOS - TAURUS - 912633611	16/10/2028	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - 905128788	05/09/2027	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 840227132	18/08/2025	Não há	Não há
Marcas	Nominativa e mista de produto no Chile - Taurus	Setembro 2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - 840227108	18/08/2025	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 814717560	30/04/2021	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - 200049356	31/07/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 814515088	31/07/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - 814515118	31/07/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 8144717586	27/11/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - DA814515126	28/08/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 814515096	31/07/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - 814515100	31/07/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO - 814515126	28/08/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - DA814515096	31/07/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 819064130	22/04/2023	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 819064149	13/06/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS - 814717578	27/11/2020	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS 200047329	27/11/2020	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO TAURUS 200035789	22/04/2023	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO BULLITZ 913301027	16/04/2029	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO INDUMA 006718183	10/07/2028	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO INDUMA 006718175	10/07/2028	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO IRON HELMETS 909900981	13/03/2028	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO SAN MARINO 909900523	16/04/2029	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO SAN MARINO 822779880	03/10/2026	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO SAN MARINO 905811011	17/07/2028	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO URBAN2GO 913633720	09/04/2029	Não há	Não há
Marcas	MARCA MISTA DE PRODUTO URBAN2GO 913633674	09/04/2029	Não há	Não há
Marcas	MARCA NOMINATIVA DE PRODUTO VECTOR 827450192	13/11/2027	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto no Chile - Taurus	08/11/2020	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Nominativa de Produto no Canadá - Taurus	22/03/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto no Canadá - Taurus	17/05/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto nos EUA - Cybergun	26/06/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto na Tailândia - Taurus	24/07/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto em Singapura - Taurus	03/08/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto no Chile - taurusindustrial.cl	30/08/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto na Indonésia - Taurus	03/09/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto na Indonésia - Taurus	19/11/2021	Não há	Não há
Marcas	Marca Nominativa de Produto em Portugal - Taurus	07/02/2022	Não há	Não há
Marcas	Marca Mista de Produto em Benelux - Taurus	28/02/2022	Não há	Não há

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00	-	Controlada	Brasil	RS	São Leopoldo	i) indústria, comércio, importação e exportação de: (a) peças forjadas em geral; (b) produtos de metal, couro e plástico; (c) ferramentas manuais, máquinas operatrizes e ferramental de produção; entre outros. (ii) prestação de serviços de planejamento, assessoria, consultoria, assistência técnica e representação comercial nos ramos de atividade retro mencionados; (iii) concessão de licença para uso de marcas, bem como a exploração de patentes, transferência de tecnologia e prestação de serviços especializados de assistência técnica e de engenharia de produto; (iv) locação de bens próprios, móveis e imóveis; (v) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista; e (vi) exercício das atividades de representação comercial em comissão.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	228.555.468,34		
31/12/2018	26,168893	0,000000	0,00					
31/12/2017	-13,477292	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Permitir a (i) segmentação das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - Metal Injection Molding), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas das demais atividades desenvolvidas pela Taurus; (ii) manutenção e aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido registrada na Polimetal no encerramento do ano de 2010, a partir da operacionalização da Polimetal, que futuramente passará a desenvolver as atividades referentes ao Segmento Polimetal; e (iii) o aproveitamento de um veículo da cadeia de controle para o desenvolvimento das atividades operacionais referentes ao Segmento Polimetal;								
Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.)	04.290.323/0001-18	-	Controlada	Brasil	PR	Mandirituba	Fabricação e comercialização de capacetes para motociclistas, coletes a prova de balas, escudos antitumulto, óculos de proteção, industrialização, comercialização e locação de produtos plásticos injetados e participação em outras empresas.	0,010000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	907,32		
31/12/2018	5,323521	0,000000	0,00					
31/12/2017	-14,856143	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Em 20 de dezembro de 2011, os 99,99% da participação na controlada foram transferidos para a empresa Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.								
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72	-	Controlada	Brasil	BA	Simões Filho	Indústria, comércio, importação, exportação e locação de diversos tipos de capacetes.	0,100000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	52.219,38		
31/12/2018	3,382869	0,000000	0,00					
31/12/2017	7,332057	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Ampliação do segmento de atuação de capacetes para motociclistas. Operação à venda e, portanto, tem seus resultados apresentados como "operação descontinuada ou destinada à venda" nas demonstrações financeiras do emissor.								
Taurus Holdings, Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Fabricação e comercialização de revólveres e pistolas	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	141.257.730,76		
31/12/2018	5,302280	0,000000	0,00					
31/12/2017	-37,140374	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Mercado de atuação internacional								
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12	-	Controlada	Brasil	RS	Gravataí	Compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros e a participação em outras empresas.	73,910000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	57.793.158,02		
31/12/2018	13,348470	0,000000	0,00					
31/12/2017	4,074616	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Novo mercado de atuação								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentários dos Administradores sobre a situação econômico-financeira da Companhia nos exercícios de 2019, 2018 e 2017

Item 10 – 10.1 a 10.9 – do Formulário de Referência, conforme Anexo 24 da Instrução CVM no 480, de 7 de dezembro de 2009 e suas alterações

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

INDICADOR	2019	2018	2017
Liquidez Corrente	1,10	1,15	0,47
Liquidez Seca	0,60	0,63	0,25
Liquidez Imediata	0,06	0,05	0,01

A Administração vem empreendendo esforços no sentido de melhor adequar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia, uma vez que a Taurus enfrentou, nos últimos exercícios, situação de liquidez restrita, com alto grau de endividamento. Em 2018, importantes passos foram dados nesse sentido, com a renegociação da dívida com sindicato bancário em condições que entendemos ser adequadas para a Companhia e a emissão de bônus de subscrição em processo de aumento de capital privado. Tais ações foram tomadas em conjunto com medidas estruturais em termos operacionais focadas na estabilidade e qualidade da produção, visando obter aumento de geração de caixa e de rentabilidade de forma sustentada. Com as medidas adotadas nas duas frentes – financeira e operacional –, entendemos que estão sendo criadas bases sólidas para a retomada do crescimento da Companhia, o que já pode ser verificado a partir dos resultados obtidos nos dois últimos exercícios.

Em 2019, a Companhia ampliou sua geração operacional de caixa e foi capaz de cumprir com seus compromissos financeiros em dia, encerrando o exercício com posição de caixa de R\$ 36,0 milhões, ante a R\$ 28,6 milhões em 2018 e R\$ 8,5 milhões em 2017. A evolução evidencia o processo de recuperação pelo qual a Taurus vem passando, como resultado do plano estratégico estabelecido.

Desde 2018 o índice de liquidez corrente passou a apresentar resultado superior a 1, sinalizando que, nos últimos dois exercícios, a Companhia apresentou condições de cumprir com suas obrigações de curto prazo. Os indicadores de liquidez mais conservadores – liquidez seca e imediata – ainda se mantêm inferior a 1, mas já pode ser verificada melhoria de ambos os índices nos dois últimos exercícios em comparação com 2017.

b) Estrutura de capital

Em 2017, ocorreram exercícios de bônus de subscrição emitidos no ano anterior, resultando no aumento de capital social que totalizou R\$ 10.511.814,52, mediante a emissão de 6.409.643 novas ações, sendo 1.802.855 ações ordinárias e 4.606.788 ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R\$1,64 por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 404.488.840,61, representado por 64.688.212 ações, sendo 46.445.314 ações ordinárias e 18.242.898 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No decorrer do ano de 2018 foi adota plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados. Os efeitos positivos do trabalho empreendido começaram a ser vistos no resultado do exercício de 2018, com melhoria dos indicadores operacionais e financeiros.

Foi realizado aumento de capital com a emissão de 74 milhões de bônus de subscrição em quatro séries, aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 05/10/18, conforme Aviso aos Acionistas divulgado em 08/10/18. Os bônus de subscrição foram emitidos com o objetivo principal de reduzir o endividamento da Companhia.

Posteriormente, em maio de 2019, os prazos originais para aquisição das ações das séries B, C e D foram postergados, conforme apresentado a seguir.

Série	Quantidade de bônus		Preço do bônus de subscrição	Preço da ação aos titulares de bônus	Prazo p/ aquisição das ações	
	Emitidos originalmente	Subscritos			Original	Prorrogado (reunião CA 8/5/2019)
A	25 milhões	24,9 milhões	R\$ 0,20	R\$ 4,00	05/04/2019	-
B	20 milhões	20 milhões	R\$ 0,10	R\$ 5,00	05/07/2019	05/07/2021
C	20 milhões	20 milhões	R\$ 0,10	R\$ 6,00	07/10/2019	07/10/2021
D	9 milhões	9 milhões	R\$ 0,10	R\$ 7,00	04/10/2020	05/10/2022

Cada bônus de subscrição, independentemente da série, dá ao seu titular o direito de subscrever uma ação preferencial de emissão da Companhia, com os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferencias da Companhia já emitidas.

Até 31/12/2018, foram convertidos, 155.523 bônus de subscrição da série A, 10.205 bônus de subscrição da série B, 10.005 bônus de subscrição da série C e 3.497 bônus de subscrição da série D. Isso representou a emissão de 10.174.414 novas ações preferenciais, representando R\$ 60.728.730,00.

Ao final do exercício de 2018, o capital social da Companhia era de R\$ 465.217.570,61, representado por 74.862.626 ações, sendo 46.445.314 ações ordinárias e 28.417.312 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 2019, foi aprovada a prorrogação dos bônus de subscrição das séries B, C e D emitidos em 2018, em reunião do Conselho de Administração realizada em 8/5/2019. As demais condições dos referidos bônus permaneceram inalteradas. O prazo de exercício da série A se encerrou em 5/4/2019, conforme originalmente previsto, e as demais séries tiveram o prazo adiado, com novos vencimentos em julho e outubro de 2021 e outubro de 2022, conforme tabela apresentada acima.

No decorrer do exercício de 2019, foram subscritos 9.803.572 bônus da série A, 578.536 bônus da série B; 13.402 da série C e 14.596 da série D. Isso representou a emissão de 10.410.106 novas ações preferenciais, totalizando R\$ 42.289.552,00.

Assim, em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era R\$ R\$ 520.277.183,61 representado por 88.464.333 ações, sendo 46.445.314 ações ordinárias e 42.019.019 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia encerrou os últimos três exercícios com patrimônio líquido negativo. No entanto, percebe-se a redução gradual desse passivo a descoberto, que passou de R\$ 445,2 milhões em 31/12/2017, para R\$ 407,0 milhões em 3/12/2018 e R\$ 302,7 milhões no encerramento do exercício de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

INDICADOR	2019	2018	2017
Participação de capital próprio	-0,29	-0,44	-0,58
Participação de capital de terceiros	1,29	1,44	1,58

A estrutura de capital da Companhia vem, portanto, mostrando gradativa evolução positiva, com a participação do capital de terceiros tendo sido reduzido a cada ano. As ações do plano de reestruturação operacional e financeira adotadas estão apresentando resultados e têm como objetivo reverter esse quadro.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia, somavam R\$ 8,5 milhões ao final do exercício de 2017, R\$ 28,6 milhões no encerramento de 2018 e R\$ 36,0 milhões em 31/12/2019, mostrando evolução positiva no decorrer do período de análise, reflexo do processo de reestruturação adotado e consequente aumento da capacidade de geração de caixa da Taurus.

O endividamento bruto da Companhia era de R\$ 732,3 milhões em 31/12/2017. Os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que, nesse ano, a Companhia não conseguiu cumprir os índices financeiros (*covenants*) previstos em contratos com bancos. Assim, em 31/12/2017, os vencimentos de curto prazo da dívida totalizavam R\$ 574,3 milhões (78,4% do total), enquanto a parcela da dívida no longo prazo representava R\$ 158,0 milhões, ou 21,6% da dívida total na data.

Em julho de 2018, foi firmado novo acordo de negociação da dívida com o sindicato de bancos credores, que incluiu carência de pagamento de juros e principal até dezembro de 2018. A dívida bruta na data era de R\$ 908,9 milhões. Com os ganhos obtidos na atividade operacional promovendo maior geração de caixa, e a carência nos pagamentos da dívida, as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras somavam, em 31/12/2018, R\$ 28,6 milhões, montante 237,8% superior ao registrado na mesma data do ano anterior. Ainda assim, a posição de dívida líquida no encerramento do exercício de 2018, de R\$ 880,4 milhões, era 21,6% superior à registrada na mesma data do ano anterior. No entanto, as condições de pagamento dessa dívida passaram a ser mais bem adequadas para a Companhia, com redução da taxa de juros e alongamento do prazo de vencimento.

Em 2019, a Companhia manteve a boa evolução em termos operacionais, com crescimento da receita e da geração de caixa. O desempenho permitiu que todas as obrigações financeiras da Taurus para o exercício fossem salgadas, inclusive o primeiro “muro” definido no acordo firmado com o sindicato de bancos credores e, ainda, encerrar o exercício com posição de caixa e disponibilidades de R\$ 36,0 milhões, montante 25,9% superior ao apurado em 31/12/2018.

A dívida bruta da Companhia em 31/12/2019 era de R\$ 901,7 milhões que, abatido o valor disponível em caixa e aplicações financeiras na data, indicava dívida líquida de R\$ 865,7 milhões, com redução de 1,7% em relação à posição de encerramento do exercício anterior.

No encerramento dos três exercícios em análise – 2019, 2018 e 2017– a Companhia apresentava passivo a descoberto, indicando que o valor das obrigações contraídas é superior ao valor de seus bens e direitos. A reestruturação da dívida e o crescimento da rentabilidade operacional observada nos dois últimos exercícios a partir da adoção de mudanças estruturais em termos operacionais e de gestão, têm como objetivo reverter esse quadro. Também faz parte da reestruturação, a venda da operação de capacetes e de imóveis fora de uso da Companhia, cujos recursos serão destinados à redução do endividamento. Adicionalmente, os recursos provenientes dos aumentos de capital com a subscrição de ações a partir dos bônus emitidos, conforme descrito no item 10.1.b acima, também contribuirão para a amortização da dívida, além de reforçar o caixa da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador (81% da receita em 2019 foi originário de vendas no exterior), a Companhia se utiliza principalmente de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC – Adiantamento do Contrato de Câmbio e PPE – Pré Pagamento de Exportação) para financiar seu capital de giro, devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Embarque).

Na renegociação da dívida em 2018, a Companhia obteve acordo para renovação automática e redução de taxas nas operações de PPE (Pré-Pagamento de Exportação) e ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio). Esses valores estão contabilizados no curto prazo, mas o acordo firmado as transforma em longo prazo de fato, uma vez que podem ser liquidadas até 17/10/2022. Em 31/12/2018, tal montante representa 36,4% do total da dívida de curto prazo e, em 31/12/2019, 57,8%. Assim, no encerramento do exercício de 2019, dos R\$ 262,6 milhões da dívida de curto prazo, R\$ 151,7 milhões são representados por descontos de recebíveis e saques cambiais, que podem ser rolados.

Para investimentos, são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como recursos próprios.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas ou assumir o risco de prejudicar a reputação da Companhia. Após passar por períodos desafiadores, as mudanças estruturais e o acordo com os bancos credores assinado em 2018 criam condições para que a Companhia tenha melhor estrutura para garantir sua liquidez.

Em 2018 a renegociação da dívida firmada, conforme detalhado na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional de suas demonstrações financeiras de 2018, criou novo perfil para esse endividamento mais adequado para a Companhia, com redução das taxas de juros e alongamento do prazo de vencimento. A renovação automática de contratos de ACC e PPE no âmbito do acordo, a cada vencimento por mais 180 dias, é uma forma de financiamento de capital de giro para a Companhia, mas com vencimento efetivo no longo prazo.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

<i>R\$ milhões</i>			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	97,6	103,7	458,9
Debêntures	13,3	9,5	75,8
Adiantamento de recebíveis	73,5	48,5	15,4
Saques cambiais	78,2	43,8	24,2
Instrumentos financeiros	97,6	103,7	458,9
Curto prazo	262,6	205,5	574,3
Empréstimos e financiamentos	577,4	627,9	158,0
Debêntures	61,6	75,6	
Longo prazo	639,1	703,5	158,0
Endividamento bruto	901,7	908,9	732,3
Caixa e aplicações financeiras	36,0	28,6	8,5
Endividamento líquido	865,7	880,3	723,8

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2017, a Companhia não conseguiu cumprir com as exigências estabelecidas em acordo firmado em dezembro do ano anterior com bancos credores, extrapolando índices financeiros estabelecidos (*covenants*), os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação realizada em dezembro de 2016, retornaram para o curto prazo. Assim, em 31 de dezembro de 2017, 78,4% da dívida de R\$ 732,5 milhões na data estavam registrados no curto prazo.

Com apoio de consultoria externa especializada, novas negociações foram endereçadas com os principais bancos credores e, em julho de 2018, foi firmado novo acordo de reestruturação da dívida vigente até a data deste Relatório, com redução do custo da dívida e alongamento do prazo de vencimento. A redução dos encargos financeiros cria condições para concentrar esforços no desenvolvimento e fortalecimento operacional e dos negócios.

Foi estabelecido o alongamento do prazo de vencimento para cerca de US\$ 162 milhões em dívidas, que passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos das parcelas de amortização do principal e dos juros no ano de 2018. A primeira parcela foi paga em 21/1/2019. Com isso, no encerramento de 2018, 77,4% da dívida tinha vencimento no longo prazo, invertendo o perfil de vencimento em relação ao que existia em 31/12/2017.

Além disso, acordo estabelecido com o banco credor estabelece a renovação automática a cada vencimento de parcela da dívida de curto prazo que, em 31/12/2018, representava cerca de 36% do total da dívida de curto prazo. Essa parcela, portanto, tem vencimento de fato no longo prazo, ainda que seja contabilizada como dívida de curto prazo.

A renegociação com o sindicato dos bancos credores realizada em 2018 proporcionou redução de 50% da taxa de juros em relação ao vigente anteriormente, o que representa mais de R\$ 120 milhões em encargos em cinco anos, além da alteração no cronograma de amortizações, com alongamento do perfil da dívida.

O acordo assinado envolve as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (operação de capacetes); (ii) hipoteca de 2º grau de dois imóveis localizados em Mandirituba/PR, e dois imóveis localizados em Porto Alegre, RS e hipoteca de 1º grau de um imóvel localizado em São Leopoldo, RS ("Hipoteca"); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como dos direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

Ao final de 2018, do total da dívida bruta, 77,4% tinha vencimento no longo prazo e 86,4% era em moeda estrangeira. O fato de a maior parte da dívida ser atrelada ao dólar é compatível com o perfil da receita da Companhia que, majoritariamente (81,6% da receita líquida consolidada em 2018), é proveniente de vendas no exterior, criando *hedge* natural para a variação cambial.

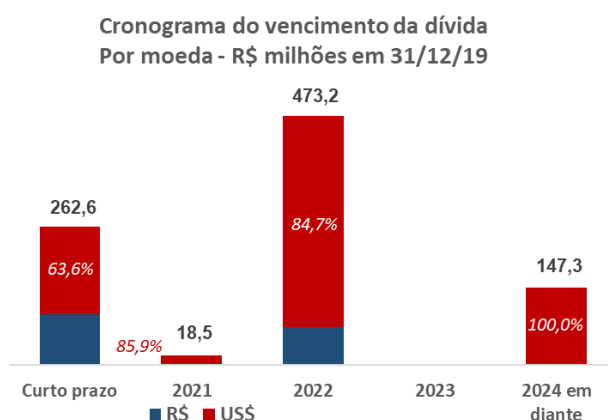
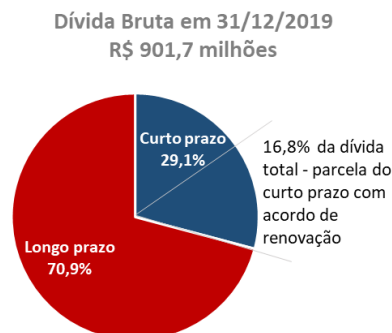
No encerramento do exercício de 2019 a Taurus registrava dívida bruta de R\$ 901,7 milhões. A Companhia iniciou, a partir de julho de 2019 (3T19), o pagamento da primeira parcela do principal da dívida do sindicado dos bancos, de R\$ 74,5 milhões. Com maior capacidade de geração de caixa a partir de suas atividades operacionais, mesmo cumprindo com suas obrigações financeiras, a Taurus chegou ao final do exercício de 2019 com posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 36,0 milhões, montante R\$ 7,4 milhões ou 25,9% superior ao apurado em 31/12/2018. Dessa forma, a dívida líquida ao final de 2019 era de R\$ 865,7 milhões.

Em termos de prazo de vencimento, a dívida da Companhia ao final de 2019 era majoritariamente de longo prazo, perfil assumido desde a conclusão da renegociação do endividamento bancário em julho de 2018. Em 31/12/2019, 70,9% da dívida bruta total, ou R\$ 639,1 milhões, tinha seu vencimento no longo prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Considerando o acordo de renovação automática firmado com o banco credor para descontos de recebíveis e saques cambiais, cerca de 58% da dívida contabilizada no curto prazo (R\$ 151,7 milhões) no encerramento do exercício de 2019 podem ser rolados até 17/10/2022. Dessa forma, a parcela da dívida que efetivamente vence no curto prazo representava 12,3% do total da dívida bruta em 31/12/2019.

Em termos de moeda, a dívida da Taurus é predominante em dólares norte-americanos. Em 31/12/2019, a parcela da dívida bruta total registrada em dólares era de R\$ 731,0 milhões, ou 81,1%. A Taurus tem *hedge* natural para essa dívida em moeda estrangeira, uma vez que a maior parte de sua receita – 81,3% em 2019 – é proveniente de vendas no exterior e, portanto, também realizadas em dólares.



i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

As principais dívidas da Companhia são em dólares norte-americanos e tomados para capital de giro, além de ACCs (adiantamento de contratos de câmbio). Possui ainda, em moeda nacional, contratos de Adiantamento de Recebíveis, financiamento de capital de giro e empréstimos menos relevantes com bancos de fomento como Finame e BNDES.

Ao final dos três últimos exercícios – 2019, 2018 e 2017 - o total de empréstimos e financiamentos, incluindo adiantamento de recebíveis e saques cambiais, somava, respectivamente, R\$ 826,8 milhões, R\$ 823,8 milhões e R\$ 656,5 milhões.

Como parte de seu endividamento, a Companhia tem ainda sua 3ª emissão pública de debêntures, cujo saldo era: em 31/12/2019, R\$ 74,9 milhões, sendo 82,3% no longo prazo; ao final de 2018, de R\$ 85,1 milhões, sendo 88,9% no longo prazo (alongamento do prazo incluído no acordo firmado com bancos em julho/18), e, no encerramento de 2017, R\$ 75,8 milhões, integralmente no curto prazo.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 2017, os vencimentos da dívida da Companhia que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos em 2016, retornaram para o curto prazo, tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (*covenants*) que não foram cumpridos.

Em julho de 2018, a Administração da Taurus concluiu novo processo de renegociação das dívidas com Sindicato de Bancos (Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú e Banco Bradesco), bem como o processo de renegociação de sua 3ª emissão pública de Debêntures com o Banco Haitong. Os termos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da operação contemplam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os Credores no valor equivalente a aproximadamente US\$ 162 milhões. O prazo total para pagamento das operações passou a ser de cinco anos, com carência de pagamentos do principal e juros no ano de 2018. A amortização do principal e dos juros ocorrerá em pagamentos mensais, tendo sido iniciados em 21 de janeiro de 2019. Os custos da operação passaram a ser Libor Mês + 3% a.a. nas operações em dólar e CDI + 2,00% para a 3ª Emissão de Debêntures.

Na renegociação com o Banco Pine para dívidas de curto prazo tomadas com esse banco, a Companhia também obteve o alongamento no prazo e a redução das taxas. A cada vencimento do PPE será liberada uma operação de ACC no valor da parcela com prazo inicial de 180 dias e renovado automaticamente, a cada vencimento, por mais 180 dias.

Em 2019, perdura os acordos firmados com os bancos credores – Sindicato de bancos, Banco Haitong (debêntures) e Banco Pine -, tendo a Companhia cumprido com todas as suas obrigações financeiras, inclusive o pagamento do primeiro “muro” estabelecido no contrato com o sindicato de bancos credores.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os instrumentos de financiamento da Companhia preveem, em sua maioria, o vencimento antecipado de suas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio.

O novo acordo com os bancos credores firmado em 2018, incluiu as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas das empresas Taurus Blindagens Ltda. e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (“Alienação Fiduciária”); (ii) hipoteca de 2º grau de 02 imóveis localizados em Mandirituba/PR, e 02 imóveis localizados em Porto Alegre, RS e hipoteca de 1º grau de 01 imóvel localizado em São Leopoldo, RS (“Hipoteca”); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

Esse mesmo acordo, estabelecido em 2018 e em vigor em 2019, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: dívida líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 13 vezes em 2018, 8 vezes em 2019, 7 vezes em 2020 e 6 vezes a partir de 2021, além de manter o índice do EBITDA Ajustado/Despesas financeiras igual ou superior a 0,90 em 31 de dezembro de 2018 e 1,20 a partir de 2019.

Tais índices são monitorados pela Administração, sendo que os contratos determinam que sejam aferidos anualmente.

Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

mora com qualquer das obrigações e redução de capital social da Companhia. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

As linhas de crédito contratadas com instituições financeiras estão sendo utilizadas integralmente.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia e empresas consolidadas foram elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Seguem os comparativos entre os exercícios de 2019, 2018 e 2017 das grandes contas do Balanço Patrimonial, com indicação da variação percentual entre os exercícios. A seguir, são destacadas as alterações comparativas mais relevantes dos principais grupos.

R\$ mil	2019 (A)	2018 (B)	2017 (C)	Variação % (A)/(B)	Variação % (B)/(C)
Balanço Patrimonial - Ativo					
Ativo Total	1.066.440	921.156	768.958	15,8%	19,8%
Ativo Circulante	694.536	616.217	451.459	12,7%	36,5%
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.966	26.766	6.679	34,4%	300,7%
Aplicações Financeiras	16	1.801	1.777	-99,1%	1,4%
Contas a Receber	164.997	140.420	122.611	17,5%	14,5%
Estoques	315.771	277.037	211.885	14,0%	30,7%
Tributos a Recuperar	31.078	29.461	44.458	5,5%	-33,7%
Despesas Antecipadas	6.279	6.309	6.674	-0,5%	-5,5%
Outros Ativos Circulantes	140.429	134.423	57.375	4,5%	134,3%
Ativo Não Circulante	371.904	304.939	317.499	22,0%	-4,0%
Ativo Realizável a Longo Prazo	110.521	84.539	21.455	30,7%	294,0%
Investimentos	192	192	349	0,0%	-45,0%
Imobilizado	181.247	144.429	222.686	25,5%	-35,1%
Intangível	79.944	75.779	73.009	5,5%	3,8%
Balanço Patrimonial - Passivo					
Passivo Total	1.066.440	921.156	768.958	15,8%	19,8%
Passivo Circulante	630.019	535.626	965.691	17,6%	-44,5%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.374	31.946	41.926	-4,9%	-23,8%
Fornecedores	114.157	94.707	99.954	20,5%	-5,2%
Obrigações Fiscais	52.921	41.902	40.031	26,3%	4,7%
Empréstimos e Financiamentos	110.907	113.126	534.713	-2,0%	-78,8%
Outras Obrigações	249.124	175.769	181.795	41,7%	-3,3%
Provisões	72.536	78.176	67.272	-7,2%	16,2%
Passivo Não Circulante	741.042	792.493	248.500	-6,5%	218,9%
Empréstimos e Financiamentos	639.074	703.565	157.970	-9,2%	345,4%
Outras Obrigações	24.468	987	7.614	2379,0%	-87,0%
Tributos Diferidos	10.263	20.804	30.937	-50,7%	-32,8%
Provisões	67.237	67.137	51.979	0,1%	29,2%
Patrimônio Líquido Consolidado	-304.621	-406.963	-445.233	-25,1%	-8,6%
Capital Social Realizado	520.277	465.218	404.489	11,8%	15,0%
Reservas de Capital	-31.116	-31.170	-40.996	-0,2%	-24,0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	-970.315	-1.012.915	-952.635	-4,2%	6,3%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	45.958	47.023	48.240	-2,3%	-2,5%
Ajustes Acumulados de Conversão	130.575	124.881	95.669	4,6%	30,5%

Ativo

O Ativo Circulante mostra evolução positiva de 12,7% entre a posição de encerramento de 2019 e 2018, e de 36,5% comparando 31/12/2018 e a mesma data em 2017. Tal evolução se deve, principalmente, à variação a maior nas contas de Estoques, Contas a Receber, Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos Circulantes. Entre 2018 e 2017, a conta de Outros Ativos Circulantes teve aumento de R\$ 77,0 milhões, em razão do item aí contabilizado referente a Ativos Não Correntes à venda, o que se explica pela decisão de colocar à venda a operação de capacetes, assim como imóveis da Companhia fora de uso.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Com relação à conta de Caixa e equivalentes, em 2017, a normalização da demanda em patamares inferiores ao observado nos anos anteriores no mercado de armas no EUA, maior mercado da Companhia, fez com que houvesse maior consumo de caixa, provocando a redução das disponibilidades. Já em 2018, o sucesso da reestruturação operacional que proporcionou maior geração de caixa no decorrer do exercício, além do acordo com os bancos credores assinado em julho/18, com carência para o pagamento dos encargos e do principal da dívida até dezembro de 2018, são os principais fatores que levaram à recuperação da conta, que evoluiu de R\$ 6,7 milhões ao final de 2017 para R\$ 26,8 milhões no encerramento de 2018. A continuidade da melhoria nos indicadores operacionais da Taurus no decorrer de 2019, com crescimento das vendas, da receita e do resultado operacional, contribuiu para que as disponibilidades aumentassem em 34,4% frente ao apurado em 31/12/2018;

No Ativo Não Circulante, o Ativo Realizável a Longo Prazo apresentou alta de 30,7% entre o encerramento do exercício de 2019 e 2018 e de 294,0% entre a posição de encerramento de 2018 e 2017. O principal fator que levou a tais variações foi o aumento, entre os exercícios, do montante apurado a título de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Passivo

Com a Companhia não atingiu os indicadores financeiros (*covenants*) estabelecidos no acordo firmado com os bancos credores em 2017, ao final desse exercício a totalidade da dívida passou a ser registrada no curto prazo, e o Passivo Circulante somava R\$ 965,7 milhões na data.

O novo acordo firmado com o sindicato de bancos em julho de 2018 estabeleceu o alongamento do prazo de vencimento para cerca de US\$ 162 milhões em dívidas. Com isso, a posição do Passivo Circulante em 31/12/2018 apresentou redução de 44,5% ante ao registrado na mesma data do ano anterior. A variação se deu principalmente na linha de “Empréstimos e Financiamentos” do Passivo Circulante, envolvendo tanto empréstimos como as debêntures, que também foram renegociadas no acordo com os bancos e tiveram seu vencimento estendido para o longo prazo. Nesse período, a conta de Empréstimos e financiamentos no curto prazo apresentou redução de R\$ 421,6 milhões.

Em 2019, mantido o acordo com os bancos credores, o Passivo Circulante ao final do exercício era de R\$ 630,0 milhões, com alta de 17,6% nos últimos 12 meses. A variação se deu, principalmente, em função do aumento do saldo nas contas de saques cambiais, adiantamento de recebíveis e adiantamento de clientes, classificadas como “Outras obrigações”, na conta de Fornecedores e na conta de Obrigações fiscais. Tal desempenho está relacionado ao maior volume de produção e vendas no decorrer do exercício de 2019.

Movimento semelhante ocorre com o endividamento no longo prazo. No Passivo não circulante, com a renegociação e o alongamento do prazo de vencimento em 2018, observa-se alta de 218,9% entre as posições registradas no encerramento de 31/12/2018 e 31/12/2017.

Em 2019, mantido o acordo e o perfil do endividamento, o Passivo não circulante no final do exercício era de R\$ 741,0 milhões, com redução de 6,5% ante a posição de encerramento do ano anterior.

A Companhia encerrou os três exercícios em análise – 2019, 2018 e 2017 –, com Patrimônio Líquido negativo de R\$ 304,6 milhões, R\$ 407,0 milhões e 445,2 milhões, respectivamente. O passivo a descoberto, que se deve basicamente aos prejuízos acumulados em anos anteriores, apresentou redução gradativa no decorrer dos três últimos exercícios, a partir da melhora do desempenho operacional da Companhia.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

12.2. Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O foco de atuação da Taurus é a produção e comercialização de **armas** leves – armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras -, com as marcas Taurus, Rossi e Heritage. As armas são fabricadas nas unidades da Companhia no Brasil e nos EUA, e vendidas para mais de 100 países, sendo que o mercado norte-americano é seu maior consumidor.

	2019	2018	2017
% receita de armas na receita operacional líquida	99,0%	98,6%	97,3%
% exportações na receita operacional líquida	81,0%	81,6%	84,2%

A Companhia conta também com o segmento de produção e comercialização de peças de metal injetado (M.I.M. – Metal Injection Molding), com produção notadamente para uso próprio e vendas pontuais para terceiros. Esse segmento era integralmente operado pela subsidiária Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. Em 31/12/2019, em alinhamento de sua estratégia, a Companhia decidiu realizar a cisão parcial de sua subsidiária Polimetal, seguida de incorporação pela controladora Taurus da parcela cindida que é destinada ao atendimento das demandas internas, enquanto as operações destinadas a terceiros permaneceram na subsidiária. Além de benefícios fiscais de (aproximadamente R\$ 170 milhões de aproveitamento da base negativa de prejuízos fiscais para utilização na apuração do Imposto de Renda e contribuição social e aceleração de uso de créditos de ICMS da Polimetal na Taurus), a operação proporciona aumento de sinergia e eficiência produtiva e administrativa, melhoria de controles internos assim como redução de custos e despesas.

No exercício de 2017, mantinha ainda o segmento de produção e comercialização de **capacetes**. A operação, ainda que sob gestão da Companhia em 2018 e 2019, passou a ser classificada como “Operação Descontinuada” uma vez que foi colocada à venda. Ainda em janeiro de 2018, a operação de plásticos, de pequena representatividade na Companhia, foi descontinuada.

A partir de janeiro de 2018, os resultados relacionados à operação de capacetes são apresentados separadamente, sendo incorporados na linha de “Operações descontinuadas” na Demonstração de Resultados da Taurus S.A., de acordo com o estabelecido no CPC 31 para operações colocadas à venda.

De modo a manter a base de comparação, é considerada uma visão pró-forma dos resultados de 2017 da Companhia, apresentando os resultados do segmento de capacetes também como “Operações descontinuadas” naquele ano.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Com o encerramento das operações de plásticos e o compromisso assumido pela Companhia de vender a operação de capacetes, a partir de 2018 a receita operacional líquida da Taurus passou a ser formada basicamente pela operação de armas, além da produção e venda de peças de metal-injetas, ou M.I.M. (*metal injection molding*). Esse segundo segmento de atuação tem demanda pontual e pouca representatividade na receita.

De modo a manter a base de comparação, é considerada uma visão pró-forma dos resultados de 2017 da Companhia, considerando os resultados do segmento de capacetes também como “Operações descontinuadas” naquele ano.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O volume de vendas e a receita da Companhia vem crescendo no decorrer dos últimos três exercícios – 2019, 2018 e 2017 – a partir da reestruturação operacional adotada, com foco na qualidade dos produtos. A ampliação do portfólio, com maior valor agregado contribuiu para a evolução positiva, com forte participação dos novos modelos na receita da Taurus.

Os **EUA** são o maior mercado mundial de armas leves e, portanto, também o principal mercado para os produtos da Taurus.

Nos últimos anos, o índice de intenções de compras de armas medido pelo “Adjusted NICS” (National Instant Background Check System) se manteve retraído, com recuo de 6,1% entre 2017 e 2018, sobre uma base fraca, pois já apresentou retração em 2017, e estável de 2017 para 2018, com alta de 0,6%.

Os lançamentos da Companhia, com produtos que incorporam inovação e qualidade, têm sido bem aceitos pelos consumidores norte-americanos e vêm contribuindo para recuperar a imagem da marca no mercado. Esses novos itens de linha e o posicionamento da Companhia permitiram manter bom desempenho de vendas nos EUA, mesmo com o mercado contraído.

Com base nos novos protocolos de desenvolvimento de produtos e a fabricação baseada no processo de *lean manufacturing*, a Taurus lançou 50 modelos e 400 SKUs nos últimos dois anos, fazendo a divulgação dos novos produtos em diversos eventos de demonstração no Brasil e no exterior. Toda a linha de armas leves está atualizada de acordo com os novos protocolos de desenvolvimento.

No **mercado interno**, as vendas começaram a retomar o crescimento a partir de 2017, quando o destaque ficou por conta das vendas individuais, para policiais em geral, magistrados e CAC’s (caçadores, atiradores e colecionadores) que adquirem uma arma para uso particular. Esse crescimento compensou o decréscimo nas vendas governamentais, dado os orçamentos restritos dos organismos públicos nos últimos anos.

Em 2018, o aumento de 43,7% do volume de vendas comparado a 2017 permite identificar a retomada da credibilidade e admiração pela marca também por parte do consumidor nacional. A diversificação do portfólio tem papel de destaque nesse processo, com os novos modelos representando parcela significativa das vendas.

Em 2019, o aumento do volume de vendas no ano comparado a 2018 foi de 29,4%. O mercado brasileiro mostrou retomada do nível de atividade no ano, tanto em termos de compras institucionais como, principalmente, de compras individuais, essas últimas representadas pela aquisição de armas por parte de policiais, magistrados e CAC’s (caçadores, atiradores e colecionadores) para uso particular. No decorrer de 2019, foi possível perceber alteração no comportamento do consumidor brasileiro, com maior número de interessados em comprar uma arma nos distribuidores e crescimento da participação das vendas de armas para CAC’s no total das vendas internas.

A Taurus vem empreendendo esforços comerciais no sentido de ampliar sua atuação em **outros mercados internacionais** (além dos EUA). A partir de autorizações obtidas no Ministério das Relações Exteriores e a realização de forte trabalho de *compliance* de modo a atender as exigências estabelecidas, vem obtendo sucesso em ampliar seus mercados, com crescimento do volume de vendas no decorrer dos três exercícios em análise – 2017, 2018 e 2019. Assim como em outros mercados, os novos produtos têm cada vez mais apresentado contribuição importante nas vendas da Companhia.

Em 2017, já excluindo a operação de capacetes, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$ 695,3 milhões, com contração na receita de armas, tanto no mercado externo, em função do movimento de normalização da demanda de armas no EUA a partir da eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos. O destaque positivo ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R\$ 43,8 milhões em 2017, 18,1% superior ao registrado em 2016. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre do

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

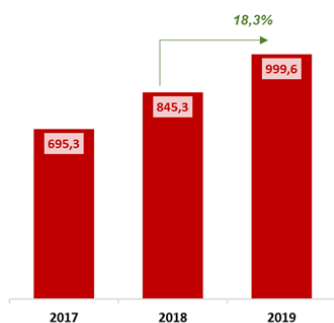
ano. Esses dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados.

Em 2018, o ajuste realizado em termos de preço e mix de produtos com maior valor agregado contribuiu para o crescimento de 21,6% na receita operacional líquida consolidada em relação a 2017 (excluída a operação de capacetes). No ano, a venda de novos modelos de armas respondeu por 60,8% da receita da Companhia. Também favoreceu o desempenho, o efeito positivo da desvalorização cambial do real frente ao dólar norte-americano sobre as vendas no mercado externo, considerando que a maior parte da receita da Companhia é realizada em moeda estrangeira.

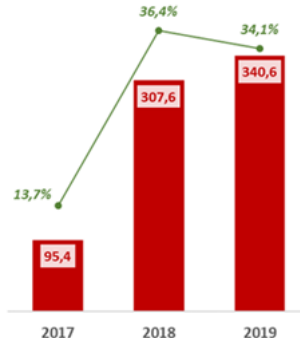
Em 2019, a Taurus acumulou receita líquida de R\$ 999,6 milhões, superando em 18,3% o desempenho obtido em 2018 e mantendo, assim, a tendência de alta já observada no ano anterior. O destaque em termos de evolução foi o mercado interno, responsável por receita de R\$ 187,4 milhões, o que representa crescimento de 24,4% em relação ao exercício anterior, basicamente em razão do aumento das receitas com vendas de armas.

A Companhia vem mantendo o foco em qualidade e inovação, seguindo em paralelo com o processo de gestão de custos, que visa garantir a rentabilidade dos negócios. O modelo adotado envolve cuidadoso controle sobre as compras e próximo acompanhamento do giro de estoques de matérias primas e de produtos, assim como a qualificação de fornecedores, de modo a garantir volume e qualidade dos materiais, com custo adequado.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Lucro bruto (R\$ milhões) e margem bruta



A margem bruta passou de 13,7% em 2017 (sem considerar a operação de capacetes), e atingiu 36,4% em 2018, e 34,1% em 2019. O lucro bruto em 2019 totalizou R\$ 340,6 milhões, melhor resultado bruto da história da Taurus, gerado quase que exclusivamente pela operação de armas. O desempenho de 2019 superou em 10,7% o registrado no exercício anterior, que já tinha apresentado forte evolução em relação a 2017 (+222,4%). Nos últimos três exercícios, entre 2017 e 2019, o lucro bruto da Companhia foi multiplicado em quase 3,6 vezes. O aumento do lucro bruto foi acompanhado da manutenção da margem bruta em nível superior a 30%, o que confirma que a Taurus não sacrificou margem para ampliar suas vendas.

Considerando as despesas operacionais como percentual da receita operacional líquida, observa-se redução ano a ano, indicando o ganho de eficiência e rentabilidade operacional a partir do processo de reestruturação adotado. A evolução foi de 36,8% em 2017 para 30,9% em 2018 e 23,5% em 2019. Em 2018, essas despesas ainda tinham sido majoradas pelo registro de despesas extraordinárias relacionadas a acordo judicial nos EUA (“Burrow Case”) no total de R\$ 37,1 milhões. Sem essas despesas não recorrentes, a conta somaria R\$ 224,3 milhões, representando 26,5% da receita operacional líquida de 2018.

O chamado “Burrow Case” se refere ao acordo preliminar para encerrar a ação judicial estabelecida nos EUA contra a Taurus e sua controlada naquele país, a respeito de supostos defeitos apresentados em determinados modelos de revólveres de fabricação da Companhia com a marca Rossi durante determinado período.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O processo de recuperação do crescimento da Companhia, com foco em rentabilidade, inovação, qualidade e consequente melhora dos indicadores financeiros e operacionais, se espelha também no desempenho do Ebitda, indicador que mede a geração operacional de caixa. Excluindo as despesas extraordinárias relacionadas ao “Burrow Case” para questões judiciais de R\$ 37,1 milhões, o Ebitda ajustado de 2018 totalizaria R\$ 116,0 milhões, revertendo o desempenho negativo apurado nos exercícios anteriores.

Em 2019, a Taurus completa o segundo ano de desempenho positivo desse indicador, com Ebitda de R\$ 128,0 milhões, com alta de 10,3% ante o Ebitda ajustado de 2018 ou de 62,2%, mantendo as despesas não recorrentes de 2018 no cálculo do indicador. O patamar alcançado é compatível com aquele apresentado por empresas internacionais do setor, e consolida a reversão do desempenho negativo apurado nesse indicador em 2017 e em anos anteriores.

Cálculo Ebitda – reconciliação de acordo com ICVM 527/12

R\$ milhões	2019	2018	2017
Resultado antes do resultado financeiro e tributos (Ebit)	105,7	46,2	-160,8
Depreciação e amortização	22,3	32,7	35,1
Ebitda	128,0	78,9	-125,7
<i>Margem Ebitda</i>	<i>12,8%</i>	<i>9,3%</i>	<i>-18,1%</i>
<i>Burrow Case</i>			
Despesas gerais e administrativas	-	15,6	-
Outras despesas operacionais	-	21,5	-
Ebitda ajustado	128,0	116,0	-125,7
<i>Margem Ebitda ajustada</i>	<i>12,8%</i>	<i>13,7%</i>	<i>-18,1%</i>

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

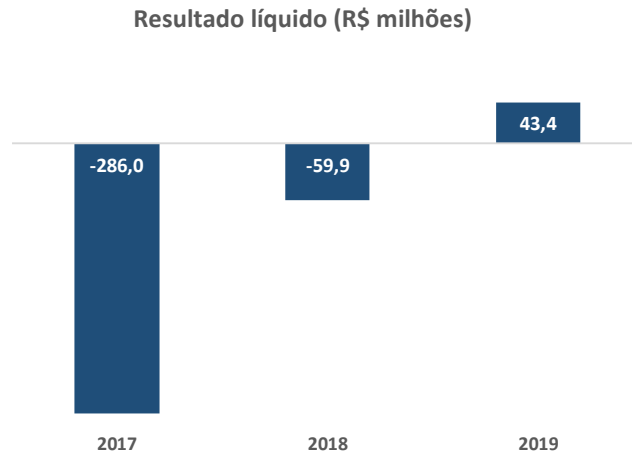
Em paralelo à evolução positiva dos indicadores operacionais, as medidas tomadas com o objetivo de viabilizar a retomada de resultados saudáveis e a melhoria dos indicadores também vêm mostrando seus resultados positivos em termos financeiros. Em 2019, com aumento das receitas financeiras e a simultânea redução das despesas financeiras em relação ao apurado em 2018, houve diminuição no saldo líquido da conta em 56,2%. Em 2019, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 80,5 milhões, enquanto em 2018 totalizou R\$ 183,6 milhões negativo. Essa evolução está relacionada ao acordo assinado em julho de 2018 com o sindicato de bancos credores, que reduziu em 57,7% o custo da dívida da Companhia.

As despesas financeiras da Taurus são influenciadas, em boa parte, pelo efeito da variação do real frente ao dólar norte americano que, em 2018, apresentou desvalorização média de 14,5% e, em 2019, de 7,9%, uma vez que a maior parte do endividamento da Companhia (81,1% em 31/12/2019), e portanto também dos encargos dessa dívida, são cotados nessa moeda estrangeira. O fato de que também a maior parte da receita da Taurus – 81,8% no exercício de 2019 – é proveniente de exportações, cria hedge natural para a variação cambial.

A partir da melhoria dos resultados e indicadores operacionais e financeiros decorrentes do processo de reestruturação adotado, a Companhia registrou resultado antes dos tributos sobre o lucro de R\$ 25,2 milhões no exercício de 2019. Considerando o resultado negativo de R\$ 4,2 milhões apurado na operação de capacetes, classificada como operações descontinuadas, e o resultado positivo contabilizado como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro de R\$ 22,5 milhões, o resultado final em 2019 foi lucro líquido de R\$ 47,6 milhões

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Esse desempenho evidencia o avanço obtido a partir das medidas que vêm sendo tomadas para garantir a rentabilidade sustentável das atividades, revertendo o resultado que a Companhia registrou nos sete últimos exercícios.



b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Com a maior parte de sua receita advinda do mercado externo, as variações cambiais influenciam a receita operacional consolidada da Companhia. Em 2017, foi registrada desvalorização da moeda nacional de 1,5% em relação ao dólar norte-americano, atuando positivamente sobre as vendas realizadas em moeda estrangeira. As vendas externas de armas em 2017 somaram R\$ 585,1 milhões, ou 86,5% da receita total com armas.

Em 2018, com desvalorização do mais acentuada do real, o efeito positivo foi também mais relevante. No ano, a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar, considerando a taxa de fechamento de 2018 ante à de 2017, foi de 17,0% e, considerando a taxa média do ano, de 14,5%. As vendas de armas no mercado internacional somaram R\$ 689,9 milhões no exercício, representando 82,8% da receita de armas da Companhia em 2018.

Em 2019, a moeda nacional apresentou desvalorização média de de 7,9%, favorecendo a receita da Companhia ao contabilizar em reais as vendas externas que, no ano, totalizaram R\$ 812,2 milhões.

O lançamento de produtos, no segmento de armas, é outro fator que vem mostrando relevância no desempenho de vendas da Companhia. A ampliação do portfólio e de rentabilidade faz parte do planejamento estratégico, envolvendo o lançamento de produtos que incorporem inovação e qualidade. Tal estratégia tem permitido a retomada da credibilidade da marca nos mercados nacionais e internacional, o que pode ser observado pelo aumento das vendas e reconhecimentos que produtos da Taurus receberam nos últimos dois anos.

Com base nos novos protocolos de desenvolvimento de produtos e a fabricação baseada no processo de *lean manufacturing*, a Taurus lançou 50 modelos e 400 SKUs entre 2018 e 2019, fazendo a divulgação dos novos produtos em diversos eventos de demonstração no Brasil e no exterior. Toda a linha de armas leves está atualizada de acordo com os novos protocolos de desenvolvimento.

A diversificação do portfólio tem papel de destaque na retomada do crescimento da Companhia, com os novos modelos tendo respondido por cerca de 62% da receita da Companhia com a venda de armas em 2018, e por 52% em 2019.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros.

No lado da receita, a valorização do dólar norte americano frente ao real tem reflexo positivo, enquanto a desvalorização daquela moeda, tem efeito negativo, já que a maior parte da receita da Companhia é proveniente das vendas externas.

Também o endividamento da Companhia é, em sua maior parte, atrelado à moeda norte-americana. As vendas no exterior representam *hedge* cambial natural para essas dívidas.

Empréstimos e financiamentos por moeda						
<i>R\$ milhões</i>	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
Real	170,7	18,9%	159,9	17,6%	31,6	4,8%
Dólar norte-americano	731,0	81,1%	749,0	82,4%	625,0	95,2%
TOTAL	901,7	100,0%	908,9	100,0%	656,6	100,0%

Considerando o endividamento registrado no encerramento dos três últimos exercícios, as variações cambiais e as taxas de juros influenciam as despesas financeiras e, portanto, o resultado da Companhia.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia efetivou, no mês de janeiro de 2018, por meio de suas controladas Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. e Taurus Plásticos Ltda., a venda de ativos, incluindo um imóvel e demais ativos imobilizados pelo valor total de R\$ 8,6 milhões, sendo que parte desse valor foi utilizado para amortização de dívidas bancárias. Essa operação de venda foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e teve seu pagamento realizado em 19 de janeiro de 2018.

A operação de capacetes, classificada nos resultados da Companhia como “Operações descontinuadas”, foi colocada à venda em janeiro de 2018, em linha com o plano estratégico de focar na produção e comercialização de armas leves, atividade principal da Taurus, e conforme o acordo de reestruturação de endividamento firmado com sindicatos de bancos em julho de 2018. Ativos imobiliários que não estão sendo utilizados, como a área da antiga sede da Companhia em Porto Alegre, com valor contábil de aproximadamente R\$ 50 milhões, também foram colocadas à venda em 2018. O caixa gerado com a venda dos ativos será utilizado para redução do endividamento.

Em 31/12/2019, em alinhamento com sua estratégia, a Companhia decidiu realizar a cisão parcial de sua subsidiária Polimetal, seguida de incorporação pela controladora Taurus da parcela cindida que é destinada ao atendimento das demandas internas, enquanto as operações destinadas a terceiros permaneceram na subsidiária. Além de benefícios fiscais de (aproximadamente R\$ 170 milhões de aproveitamento da base negativa de prejuízos fiscais para utilização na apuração do Imposto de Renda e contribuição social e aceleração de uso de créditos de ICMS da Polimetal na Taurus), a operação proporciona aumento de sinergia e eficiência produtiva e administrativa, melhoria de controles internos assim como redução de custos e despesas

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três exercícios em questão – 2019, 2018 e 2017 -, a Companhia não realizou qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

No decorrer do segundo semestre de 2019, a produção da antiga fábrica da Companhia nos EUA, localizada no Estado da Flórida, foi transferida para uma nova instalação no Estado da Geórgia, unidade oficialmente inaugurada em dezembro de 2019, já com 100% das linhas de produção em operação. A nova fábrica dobrou a capacidade instalada de produção de armas da Taurus nos EUA de 400 mil para 800 mil armas/ano e, além disso, trouxe redução de custos fixos da ordem de US\$ 4,2 milhões por ano. O novo modelo de atuação operacional e de gestão, que envolve a revisão de todos os processos, está sendo adotado na unidade norte-americana, a exemplo do que foi realizado no Brasil, com apoio da consultoria Galeazzi & Associados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Os diretores devem opinar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de janeiro de 2018, os resultados relacionados à operação de capacetes (unidades no Paraná e Bahia) são apresentados separadamente, sendo incorporados na linha de “Operações descontinuadas” na Demonstração de Resultados da Taurus S.A., de acordo com o estabelecido no CPC 31 para operações colocadas à venda.

De modo a manter a base de comparação, é considerada uma visão pró-forma dos resultados de 2017 da Companhia, apresentando os resultados do segmento de capacetes também como “Operações descontinuadas” naquele ano.

Em 31/12/2019, em alinhamento de sua estratégia a Companhia decidiu por realizar a cisão parcial de sua subsidiária Polimetal seguida de incorporação pela controladora Taurus da parcela cindida que é destinada ao atendimento das demandas internas, enquanto as operações destinadas a terceiros permaneceram na subsidiária. Além de benefícios fiscais de (aproximadamente R\$ 170 milhões de aproveitamento da base negativa de prejuízos fiscais para utilização na apuração do Imposto de Renda e contribuição social e aceleração de uso de créditos de ICMS da Polimetal na Taurus), a operação proporciona aumento de sinergia e eficiência produtiva e administrativa, melhoria de controles internos assim como redução de custos e despesas. Como a operação se deu no último dia útil do exercício de 2019, só terá efeito a partir do exercício de 2020.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não se aplica

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor nos últimos três exercícios.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, avaliações ou estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas a seguir:

Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Os ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportado por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos de viabilidade que consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e são revisados a cada final de exercício.

Provisões

A Companhia registra uma provisão quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, que seja provável haver desembolso para sua liquidação e na melhor estimativa de custos, mensurar esta obrigação.

Provisão para contingências - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para os litígios baseado nas evidências disponíveis, na jurisprudência legal e também na opinião de seus assessores jurídicos.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas levando em consideração as alterações das circunstâncias que levaram ao seu registro.

Teste de recuperabilidade de ativos não financeiros

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada encerramento de exercício, no nível da unidade de negócios, para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os testes de recuperabilidade são baseados em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados que levam em consideração determinadas premissas tais como, custo de capital, taxa de crescimento, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Uma perda de redução ao valor de recuperação será conhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, evidenciando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica, pois não existem informações a reportar em relação aos exercícios de 2019, 2018 ou 2017 que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, pois não existem informações a reportar em relação aos exercícios de 2019, 2018 ou 2017 que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2019, 2018 ou 2017.

b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica, pois não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2019, 2018 ou 2017.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica, pois não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2019, 2018 ou 2017.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos. Por serem projeções e perspectivas de negócios, envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Estamos focados em melhorar os indicadores operacionais e financeiros, ampliar a rentabilidade das operações e recuperar a credibilidade da marca nos mercados nacional e internacional, o que tem sido realizado com sucesso, sendo registrado aumento da receita, da rentabilidade e do resultado operacional nos dois últimos exercícios, e lucro líquido de R\$ 43,4 milhões em 2019, revertendo uma tendência de sete anos.

A Companhia mantém as linhas de crédito de capital de giro contratadas, com renovação automática, de acordo com o acordo de reestruturação firmado em julho de 2018.

Em 2018, a operação de capacetes foi colocada à venda. Também ativos imobiliários fora de uso serão vendidos, com destaque para a área da antiga fábrica de Porto Alegre, desativada, cujo valor contábil é de cerca de R\$ 50 milhões. Os recursos advindos dessas operações serão destinados à redução do endividamento, o que deverá proporcionar maior folga financeira para a Companhia.

No decorrer do segundo semestre de 2019, a produção da antiga fábrica da Companhia nos EUA, localizada no Estado da Flórida, foi transferida para uma nova instalação no Estado da Geórgia, unidade oficialmente inaugurada em dezembro de 2019, já com 100% das linhas de produção em operação. A unidade foi montada com o apoio do governo do Estado da Geórgia e dobrou a capacidade instalada de produção de armas da Taurus nos EUA de 400 mil para 800 mil armas/ano e, além disso, trouxe redução de custos fixos da ordem de US\$ 4,2 milhões por ano.

No decorrer de 2019, a Administração negociou a criação de uma *joint venture* na Índia. Em 27/01/2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração assinou, em reunião realizada em 22 de janeiro, acordo definitivo para criação da *joint venture* com a Jindal Group, maior fabricante de aço da Índia e uma das dez maiores do mundo, que permitirá a fabricação e comercialização de armas naquele país.

A Jindal Group, empresa com faturamento anual superior a US\$ 24 bilhões e 200 mil funcionários, tem participação de 51% na *joint venture*, em sociedade com a Taurus, com participação de 49% do capital. Essa *joint venture* montará uma fábrica de armas na Índia para a produção de fuzis, pistolas e revólveres para os mercados civis, de segurança pública e militar.

A celebração desse acordo é um passo importante na estratégia global da Taurus e colocará à empresa em uma posição de destaque no mercado mundial de armas.

Os investimentos em 2020 devem se destinar basicamente à máquinas e equipamentos, além de investimento em P&D para o desenvolvimento de produtos inovadores, de qualidade e com boa rentabilidade para a Companhia. A Companhia deverá seguir apresentando ao mercado produtos inovadores, de qualidade, e que propiciem boa rentabilidade para a operação. O orçamento de capital de 2020, a ser apresentado na AGO a ser realizada em 30/04/2020 prevê o desembolso total de R\$ 78,6 milhões, sendo 28% proveniente de recursos próprios e 72% de recursos de terceiros.

10.8 - Plano de Negócios

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

No decorrer do segundo semestre de 2019, a produção da antiga fábrica da Companhia nos EUA, localizada no Estado da Flórida, foi transferida para uma nova instalação no Estado da Georgia, unidade oficialmente inaugurada em dezembro de 2019, já com 100% das linhas de produção em operação. A unidade foi montada com o apoio do governo do Estado da Georgia e dobrou a capacidade instalada de produção de armas da Taurus nos EUA de 400 mil para 800 mil armas/ano e, além disso, trouxe redução de custos fixos da ordem de US\$ 4,2 milhões por ano.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente diversos produtos ou modelos inovadores de armas, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, que acontece em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

A diversificação do portfólio, com lançamento de produtos com qualidade, está no cerne da estratégia de atuação da Taurus e tem se confirmado importante para a retomada da confiança na marca e consequente aumento da receita de vendas, com recuperação da rentabilidade das operações. Rígidos protocolos de controle são seguidos na produção, proporcionando confiabilidade aos produtos.

Com base nos novos protocolos de desenvolvimento de produtos e fabricação em linha, nos últimos dois anos, 2019 e 2018, a Taurus lançou 50 produtos com 400 SKUs, fazendo a divulgação dos lançamentos em diversos eventos de demonstração no Brasil e no exterior. Toda a linha de armas leves está atualizada de acordo com os novos protocolos de desenvolvimento.

Em 2019 a Companhia ultrapassou 1,2 milhão de armas produzidas no ano. A Taurus se diferencia de suas concorrentes no setor pelo fato de atuar em quatro segmentos distintos, produzindo revólveres, segmento no qual é o maior fabricante mundial; pistolas, com a quarta marca mais vendida nos Estados Unidos; armas táticas (fuzis e submetralhadoras); e armas para a caça esportiva. Em 2019, a Taurus produziu mais de 5 mil armas a cada dia, mantendo a qualidade em cada peça produzida. Isso foi possível graças ao processo produtivo robusto, que confere estabilidade operacional.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. As projeções devem identificar

- a) objeto da projeção**
- b) período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

A Companhia optou por não divulgar projeções. Portanto, na data deste Formulário de Referência, não temos projeções relativas a período em curso divulgadas ao mercado.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, visto que a Companhia optou por não divulgar projeções com relação a qualquer indicador de seus resultados nos últimos três exercícios sociais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Regimento Interno do Conselho de Administração da Taurus foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 11 de agosto de 2011, e está disponível, como anexo da Ata da RCA em que foi aprovado, no website de RI da Companhia (www.taurusri.com.br), assim como nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

A Diretoria não conta com regimento interno próprio formalizado, sendo suas atribuições e funcionamento regidos pelo Estatuto Social.

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto até 7 (sete) membros, eleitos pelo prazo de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.

O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados por maioria dentre os Conselheiros eleitos. O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente, nos casos de impedimento temporário. Vagando o cargo de Presidente do Conselho, competirá à Assembleia Geral eleger um substituto para completar o mandato do Presidente o qual, até a realização dessa Assembleia, será substituído pelo Vice-Presidente. Vagando qualquer outro cargo no Conselho de Administração, inclusive o de Vice-Presidente, os Conselheiros remanescentes designarão um substituto que irá servir até a primeira Assembleia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembleia Geral para proceder-se a eleição de novos membros, os quais completarão o mandato dos substituídos.

Competirá ao Presidente e, em sua falta ao Vice-Presidente, convocar as Assembleias Gerais, assim como convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração se reúne trimestralmente em caráter ordinário, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, devendo sempre constar de atas lavradas em livro próprio. As atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro do comércio e posteriormente publicadas.

Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas em lei:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- II. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, inclusive as de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto Social;
- III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia e de suas controladas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- IV. convocar anualmente a Assembleia Ordinária, e a Extraordinária quando julgar conveniente;
- V. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, a proposta de destinação do resultado e outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;
- VI. deliberar sobre a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições da subscrição, inclusive preço e prazo de integralização;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- VII. escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, se houver;
- VIII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- IX. deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, de acordo com o Artigo 30 da Lei n.º 6.404/76;
- X. deliberar sobre a emissão, conversão, resgate antecipado de notas promissórias, debêntures, bônus e demais títulos para distribuição pública ou privada, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas, nos termos da lei;
- XI. deliberar sobre a realização de qualquer operação de financiamento ou crédito em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, assim como sobre a alteração de quaisquer de seus termos e condições;
- XII. declarar ad referendum da Assembleia Ordinária dividendos ou juros sobre o capital, com base em balanço anual ou intermediário, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e demais disposições aplicáveis;
- XIII. deliberar sobre planos estratégicos, políticas empresariais, orçamentos e suas respectivas alterações, projetos de expansão, programas de investimento, zelando pelo seu estrito cumprimento;
- XIV. autorizar, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- XV. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros, que não sejam sociedades controladas pela Companhia, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;
- XVI. aprovar qualquer alienação ou locação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;
- XVII. aprovar a alienação, permuta ou atos que importem em outorga de garantias ou ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia em favor de terceiros, ou que importem em renúncia de direito, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, exceto em relação a sociedades em que a Companhia possua ou detenha direitos que lhe assegurem participação permanente, direta ou indireta, superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social;
- XVIII. definir a lista tríplice de empresas especializadas, dentre as quais a Assembleia Geral escolherá a que elaborará o laudo de avaliação econômica das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Nível 2;
- XIX. aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- XX. requerer a recuperação judicial ou extrajudicial ou a falência da Companhia, após autorizado pela Assembleia Geral, quando tal conclave for previsto na legislação;
- XXI. aprovar qualquer transação entre a Companhia e (i) seus acionistas controladores diretos e indiretos; (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia; ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; observando-se que todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima referidas deverão ser realizadas em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros; e assegurando-se a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;
- XXII. fixar a remuneração dos Administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral;
- XXIII. instituir e decidir sobre a eventual organização de estruturas de assessoramento ao Conselho de Administração;
- XXIV. autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas, observada política previamente aprovada pelo próprio Conselho de Administração;
- XXV. definir a política de participação nos lucros e resultados pelos empregados da Companhia, observados os limites legais e a política de recursos humanos da Companhia;
- XXVI. definir, a política de proteção de ativos e passivos financeiros, inclusive com a utilização de instrumentos financeiros derivativos em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, bem como os respectivos procedimentos e sistemas de controles internos e de informação (*report*);
- XXVII. aprovar o código de ética e de conduta aplicáveis aos colaboradores da Companhia e zelar pelo seu estrito cumprimento;
- e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

XXVIII. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia conta com Comitê de Auditoria e Riscos de assessoria ao Conselho de Administração, cuja instituição está definida no Estatuto Social como uma das competências do Conselho de Administração. Cabe também ao Conselho estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

A instituição do Comitê de Auditoria e Riscos foi deliberada em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2011, e atende aos requisitos de regulamentação emitida pela CVM sobre o assunto. Tem entre suas atribuições assessorar o conselho de administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*: é formado em sua maioria por membros independentes e coordenado por um conselheiro independente; possui ao menos um de seus membros independentes com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente; e possui orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo.

Formado por no mínimo três e no máximo cinco membros, na data deste Formulário é composto por três membros, a saber: Sérgio Laurimar Fioravanti, Magno Neves Fonseca e Luciano Luiz Barsi.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não temos formalizado um mecanismo de avaliação da auditoria independente. Cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, a partir da manifestação do Comitê de Auditoria e Riscos. Esse Comitê acompanha e avalia a efetividade dos processos de auditoria independente, solicitando esclarecimentos quando assim considerar necessário.

Não temos, também, uma política formal e específica com relação à contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente. Seguimos as regras estabelecidas pela Instrução CVM 308/99, conforme alterada, além dos padrões definidos no Código de Ética da Companhia.

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria não possui regimento próprio, tendo suas atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia.

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, acionistas ou não, residentes no País, admitida a reeleição. Dentre eles serão eleitos: 1 (um) Diretor Presidente; até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes; até 3 (três) Diretores sem designação especial e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores.

Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório. Na hipótese de ocorrência de vaga definitiva na Diretoria, o Conselho de Administração designará um substituto definitivo para completar o mandato do substituído.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, instalando-se validamente com presença da maioria de seus membros e deliberará por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constarem sempre de atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio. Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da companhia.

Dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente ou de um Diretor Vice-Presidente, juntamente com outro Diretor ou Procurador, a prática dos seguintes atos:

- I. a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social;
- II. a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social; e
- III. a nomeação de procuradores, que deverá ser feita com precisa indicação dos atos e operações que poderão ser praticados assim como do prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para fins judiciais que terão prazo indeterminado.

Dependerá sempre da assinatura de dois Diretores ou de um Diretor em conjunto com um Procurador ou, ainda, de dois Procuradores em conjunto, a prática de atos que envolvam responsabilidade para a Companhia e que não estejam previstos no Parágrafo 2º supra, tais como:

- I. a assinatura de contratos, termos de responsabilidade, títulos de crédito e emissão de cheques; e
- II. a concessão de avais ou fianças em nome da Companhia, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social.

Os valores de alçada dos diretores é atualizado anualmente.

Qualquer Diretor ou Procurador poderá agir isoladamente nos seguintes casos:

- I. a emissão de duplicatas e seu respectivo endosso para cobrança ou desconto bancário; e
- II. endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia.

Dois Diretores poderão autorizar um Diretor ou Procurador a agir individualmente, desde que para fim específico e por tempo determinado.

Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos. Além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto Social, cabe à Diretoria submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e Riscos, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior.

Funções específicas de membros da Diretoria:

Diretor Presidente: Fazer executar a política administrativa da companhia, coordenar as atividades dos demais Diretores e presidir as reuniões da Diretoria.

Diretor Vice-Presidente: Substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos temporários e supervisionar os setores econômico-financeiro, de mercado de capitais, administrativo, contábil, de processamento de dados, industrial e de produção, conforme a divisão de atribuições definida pelo Conselho de Administração.

Diretor de Relações com Investidores: Prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas; e

Diretores sem Designação Especial: Desempenhar as atribuições que lhes forem confiadas pelo Conselho de Administração.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia tem Conselho Fiscal com funcionamento permanente, conforme definido em Estatuto Social. O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio, tendo suas atribuições definidas na forma da lei e nos termos estabelecidos no Estatuto Social.

A Assembleia Geral elegerá e empossará os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País. Na constituição do Conselho Fiscal deverão ser observadas as normas constantes do § 4º do Artigo 161 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em Lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia.

Durante o período de funcionamento do Conselho Fiscal, ao menos um de seus membros deverá comparecer às assembleias gerais e responder aos pedidos de informações formulados por acionistas.

d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão;

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não há um mecanismo formal de avaliação do Conselho de Administração ou de seus Comitês.

Cabe ao Conselho de Administração avaliar a Diretoria, considerando para tal o desempenho dos negócios e a devida execução das metas e estratégias estabelecidas. O mecanismo de avaliação dos membros da Diretoria está alinhado com as estratégias da Companhia e com os indicadores e metas de desempenho orçamentário. Anualmente, são definidas metas específicas a cada executivo. No final do ano é feita uma avaliação do atendimento das metas individuais e da Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e com oito dias corridos de antecedência no caso de segunda convocação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

b) Competências

As Assembleias Gerais Ordinárias deverão ocorrer em até 120 dias contados do fim do exercício fiscal anterior. Nessas Assembleias, deverão ser deliberadas e aprovadas as demonstrações contábeis, bem como a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior, se houver, além de ser realizada a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

As Assembleias Gerais Extraordinárias podem ser realizadas concomitantemente com Assembleias Gerais Ordinárias e a qualquer tempo ao longo do ano. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e sem prejuízo de outras matérias de sua competência, compete aos acionistas decidirem, exclusivamente em assembleias gerais, as seguintes matérias:

- reforma do Estatuto Social;
- eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos administradores e conselheiros fiscais, exceto conforme estabelecido no artigo 142, inciso II, da Lei de Sociedade por Ações;
- fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- aprovação de planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia e a pessoas naturais que a ela prestem serviços, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- apreciação anual das contas dos administradores da Companhia e deliberação sobre as demonstrações contábeis por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações contábeis anuais, de acordo com proposta apresentada pela administração;
- distribuição de dividendos que excedam o dividendo obrigatório estabelecido ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais, de acordo com proposta apresentada pela administração;
- autorização para a emissão de debêntures, ressalvada a hipótese descrita no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, o resgate ou a amortização de ações;
- suspensão do exercício dos direitos dos acionistas que deixarem de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social;
- avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social da Companhia;
- avaliação da transformação, da fusão, da incorporação, da cisão, da dissolução ou da liquidação da Companhia;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- eleição e destituição dos liquidantes da Companhia, bem como a revisão de seus relatórios e os do Conselho Fiscal que esteja atuando durante o processo de liquidação;
- autorização aos administradores para confessar falência e iniciar procedimentos de recuperação judicial ou extrajudicial;
- deliberação sobre a saída do Novo Mercado e cancelamento do registro de companhia aberta; e
- contratação de empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, administradores e acionista controlador, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações, em caso de cancelamento de registro como companhia aberta.

c) Endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às Assembleias Gerais estarão disponíveis em nossa sede social na Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS e no website de relações com investidores da Companhia <http://www.taurusri.com.br/>, além dos websites da B3 http://www.b3.com.br/pt_br/ e da CVM <http://www.cvm.gov.br/>

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico de identificação de conflitos de interesse, aplicando-se a esses pontos, as regras constantes da legislação societária vigente, que estabelecem que o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia não poderá proferir o seu voto. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração. Adicionalmente, com a adesão ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa, as ações preferenciais adquirirão direito de voto para deliberar sobre aprovação da celebração de contratos entre a companhia e seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, nos termos do inciso II do parágrafo 4º do artigo 5º do estatuto social aprovado na Assembleia geral realizada em 22-12-2015.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

É conferido aos acionistas da Companhia a possibilidade de se fazerem representar nas Assembleias de Acionistas por meio de procurações físicas, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, e suas alterações.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notorização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas devem encaminhar à Companhia procuração física com antecedência mínima de 72 horas à realização do evento, juntamente com o comprovante da respectiva participação acionária expedida com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da realização da Assembleia.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização. A Companhia não aceita procurações outorgadas por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Para o exercício do voto à distância, por meio de envio diretamente à Companhia, o acionista deverá observar os prazos estabelecidos no Art. 21-B da instrução CVM 481/2009, devendo, o boletim de voto à distância ser recebido em até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

A Companhia, por sua vez, conforme disposto no Art. 21-U da instrução CVM 481/2009, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização. Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação à distância próprio. O boletim de voto à distância, disponibilizado no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (www.taurusri.com.br), pode ser preenchido e enviado, juntamente com os demais documentos solicitados, por e-mail para ri@taurus.com.br.

i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista que optar por incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância deverá encaminhá-las aos cuidados do departamento de Relações com Investidores, para endereço da Companhia Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS ou pelo e-mail ri@taurus.com.br.

j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

A Companhia mantém área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@taurus.com.br ou pelo telefone (51) 3021-3079.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Em 2019, o Conselho de administração se reuniu 20 vezes, sendo 4 vezes em caráter ordinário e 16 vezes em caráter extraordinário.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, não há acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso conselho de administração.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não faz uso de mecanismo específico de identificação de conflitos de interesses, diante do que vigoram, exclusivamente, as hipóteses legais para tanto.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Uma vez identificados, os conflitos de interesses são administrados pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía política formal de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração. No entanto, além do estabelecido na Lei 6.404 (Lei das S.A.), seu Estatuto Social estabelece algumas regras relacionadas à indicação de membros que devem compor o Conselho de Administração, conforme segue:

- O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, pessoas naturais, residentes ou não no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.
- No mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.
- Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 (quarenta e oito) horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Com a adesão da Companhia ao Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da B3 e nos termos do artigo 53 do Estatuto Social da Companhia aprovado na AGE realizada em 22 de dezembro de 2015, com alteração do artigo 5º na AGO de 28 de abril de 2017, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, no próprio Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento de Aplicação Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da B3 e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	04/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	08/05/2019	Até a AGO de 2021	2
904.896.160-20	Administrador	19 - Outros Diretores	08/05/2019	Não	0.00%
		Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
Eduardo Minghelli	08/05/1971	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2019	Até AGO de 2021	2
634.093.640-72	Engenheiro	19 - Outros Diretores	30/04/2019	Não	0.00%
		Diretor sem designação especial			
Ricardo Machado	07/07/1980	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2019	Até a AGO de 2021	2
029.931.379-48	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	30/04/2019	Não	0.00%
		Diretor sem designação especial			
Leonardo Brum Sesti	24/01/1985	Pertence apenas à Diretoria	31/03/2020	Até AGO 2021	0
004.067.070-81	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	01/04/2020	Não	0.00%
		Diretor sem designação especial			
Salésio Nuhs	22/05/1960	Pertence apenas à Diretoria	08/05/2019	Até AGO 2021	2
437.953.159-72	Industriário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	08/05/2019	Não	0.00%
Magno Neves Fonseca	15/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	2
857.205.187-20	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/05/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Risco					
Bernardo Simões Birmann	10/05/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO 2021	2
099.054.297-19	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	08/05/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
Luciano Luiz Barsi	07/09/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até AGO 2021	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
082.430.928-62	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/05/2019	Sim	0.00%
Membro efetivo do Comitê de Auditoria e Riscos					
Sérgio Laurimar Fioravanti	28/02/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	2
363.631.380-00	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/05/2019	Sim	100.00%
Presidente do Comitê de Auditoria e Risco e Membro do Comitê de Ética					
Jorio Dauster Magalhães e Silva	19/11/1937	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	Até a AGO de 2021	4
334.357.077-04	Diplomata	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	08/05/2019	Sim	100.00%
José Paulo Dornelles Cairolí	09/03/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/09/2020	Até a AGO de 2021	0
213.040.680-72	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/09/2020	Sim	0.00%
Benjamin Teixeira Dourado	09/05/1956	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	0
812.032.508-78	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0.00%
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior	01/01/1968	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	2
391.017.545-72	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim	0.00%
Haroldo Zago	10/10/1945	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	5
206.982.758-53	Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	25/06/2020	Sim	100.00%
Nildo Teixeira Freire	13/11/1951	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	3

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

324.026.787-04	Contador	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		Não	0.00%
Mauro César Medeiros de Mello	22/02/1949	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	7
097.687.857-72	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	25/06/2020	Não	100.00%
Edson Pereira Ribeiro	07/02/1957	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	3
406.568.027-15	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/06/2020	Sim	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Sergio Castilho Sgrillo Filho - 904.896.160-20

Administrador de empresas, possui experiência de mais de 20 anos na área de finanças, tendo atuado em grandes empresas tais como: Sodexo do Brasil, Brookfield e Stihl Ferramentas Motorizadas. Desde 2016 ocupava o cargo de gerente financeiro na Taurus, tendo conduzido as negociações de reestruturação da dívida da Companhia nos últimos dois anos.

O Sr. Sergio Castilho Sgrillo Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Minghelli - 634.093.640-72

MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2008), Especialização em Qualidade Total pela Fundação Cristiano Ottoni(MG), Graduação em Engenharia Mecânica pela PUC-RS (2006); 28 anos de experiência em indústrias de porte no segmento de armas(ROSSI E TAURUS), exercendo funções executivas nas áreas industrial, qualidade, marketing, exportação e vendas.

O Sr. Eduardo Minghelli declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Machado - 029.931.379-48

MBA em Gestão Empresarial pela FGV (2009). Mestre em Ciência e Engenharia de Materiais pela UFSC (2007). Engenheiro Mecânico pela UFSC (2003). 15 anos de experiência na área de manufatura, nos mais diversos processos de transformação metal mecânica. Diretor Industrial, de Planejamento e Compras na Forjas Taurus (2013/Atual) – empresa especializada no ramo de defesa. Gerente de Operações na Steelinject (2003/2012) – empresa especializada na produção de componentes pelo processo MIM. Professor de graduação na área de materiais e engenharia mecânica na UCS (2008/2011).

O Sr. Ricardo Machado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Leonardo Brum Sesti - 004.067.070-81

MBA em Gestão de Marketing e Vendas pela São Judas Tadeu. Engenheiro Mecânico pela UNISINOS. 15 anos de experiência na área de engenharia de desenvolvimento, e nos mais diversos processos de transformação metal mecânica. Gerente de Engenharia de Produtos na Taurus Armas (2008/Atual) – empresa especializada no ramo de defesa. Coordenador Técnico na Ciriex-ABUS (2005/2008) – empresa especializada na fabricação de equipamentos de movimentação de cargas.

O Sr. Leonardo Brum Sesti, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Salésio Nuhs - 437.953.159-72

Cursou Ciências Contábeis na FURB em Blumenau - SC e na Unisinos em São Leopoldo - RS, trabalhou por 14 anos na área comercial de uma grande empresa de varejo, ingressou em 1990 na CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos, fabricante brasileira de munições com presença global, como Gerente Comercial atuando nas áreas de Marketing, Vendas e Produtos no mercado interno, assumindo em 1997 a Diretoria Comercial.

Em 2010 agregou à Diretoria Comercial as funções de Relações Institucionais com grande destaque no executivo e legislativo. Neste período assumiu também a Presidência da ANIAM - Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições.

O Sr. Salésio Nuhs, eleito como Diretor Vice-Presidente de Vendas e Marketing, declarou, para todos os fins de direito, que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20

MBA em Finanças Corporativas pela IBMEC-RJ (2008). Graduado em Ciências Contábeis pela Somley (1988). CEO na MNF Serviços Administrativos e Financeiros (2007/Atual) – Empresa especializada em gestão financeira e administração. Foi Gestor de Recursos na Adipar Participações – (2010/2014) – Empresa especializada em gestão de recursos. Foi Agente Autônomo de Investimentos na ICAP Brasil – (2009/2010) – Maior corretora de valores do mundo presente em mais de 30 países. O Sr. Magno Neves Fonseca, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19

Experiência administrativa, atuando na administração de várias empresas, de holding de geração de energia, administração e incorporação de empreendimentos imobiliários, consultoria em gestão empresarial, dentre outras, e diversificada carteira de investimentos. Capacidade de gestão de pessoas e de processos administrativos e operacionais, experiência em área comercial com visão estratégica e capacidade de realização, com foco em resultado, excelente capacidade de comunicação, ocupou cargos de responsabilidade executiva e política.

Eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luciano Luiz Barsi - 082.430.928-62

Executivo com carreira desenvolvida junto a multinacionais de grande porte em engenharia e construção em projetos de implementação industrial, química, petroquímica, mineração, metais, papel e celulose, energia e infraestrutura.

Possui expertise em reestruturações e implantações robustas nas áreas de Finanças, Controladoria e Operações.

Definição e disseminação de estratégias e táticas de acordo com a cultura organizacional.

Gestão da área contábil, sendo responsável pelos processos de subcontratos, contas a pagar, contas a receber, faturamento e fluxo de caixa. Estruturação e apresentação de relatórios consolidados mensais à diretoria do real x orçado, DRE, orçamento anual e projetos de investimentos.

Domínio de implantações de Sistema de Qualidade ISSO 9001:2008, bem como da manutenção da certificação nos processos de melhoria contínua nas áreas de Recursos Humanos e Comercial.

Atuação internacional nos escritórios globais das organizações junto as quais atuou.

Gestão de equipes multifuncionais, promovendo ações de desenvolvimento e capacitação, controlando os índices de absenteísmo, horas extras, férias e organização de change over.

Conselheiro Fiscal a empresa ETERNIT S.A no período de Abril de 2015 a /Outubro 2016.

Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00

Contador, Auditor e Consultor; Especializado em Finanças Empresariais;

28 anos de experiência profissional em auditoria interna externa, sempre entre as 10 maiores do Brasil;

18 anos de experiência acadêmica; Sócio da empresa de Auditoria e Consultoria Baker Tilly do Brasil SS;

Sócio de Auditoria responsável por empresas de capital Aberto e outras empresas, como Tintas Killing, Motrisa, IMEC, Docile, Motormac, Panambra, TMSA, Terramar - holding da Évora, Farmácias São João, Recrusul, Charrua distribuidora de combustíveis, Coopersinos e Elo sistemas;

Conselheiro Fiscal Suplente da empresa Tupy S.A, por indicação do BNDESPAR (renovação de indicação pelo quarto ano);

Conselheiro fiscal em empresas de diversos segmentos como Ritter Alimentos S.A; Everest hotéis S.A e Azevedo Bento S.A;

Professor de graduação e de pós-graduação (MBA- Especialização), atuando nos cursos de Contabilidade, Controladoria e Finanças, Gestão de tributos e Auditoria e Perícia nas seguintes universidades: PUC do Rio Grande do Sul, Uniritter, FACCAT, São Judas e IPA, em especial com disciplinas de I.F.R.S e Gestão de Riscos Corporativos;

O Sr. Sérgio Laurimar Fioravanti, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jorio Dauster Magalhães e Silva - 334.357.077-04

Currículo formado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Instituto Rio Branco; Curso de Economia Cafeeira pela IBC e Curso de Economia, em Nível de Mestrado, pela Universidade McGill, Montreal, Canadá.

1965-1968 – Consulado Geral em Montreal, Terceiro Secretário

1968-1972 – Embaixada em Praga, Segundo Secretário

1979-1985 – Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro

1991-1998 – Missão junto à União Européia, Bruxelas, Embaixador

1965 – Gabinete Civil da Presidência da República

1972-1974 – Secretaria de Informações e Transferência de Tecnologia do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, MIC

1973-1974 – Coordenador do Projeto de Modernização do Sistema Brasileiro de Patentes, INPI/PNUD/OMP

1974-1979 – Divisão de Produtos de Base do MRE

1987-1990 – Presidente do Instituto Brasileiro do Café

1990-1991 – Embaixador Extraordinário para a Negociação da Dívida Externa

1999-2001 – Presidente Executivo da Companhia Vale do Rio Doce

2000-2001 – Presidente do Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas

2001-2003 - Sócio e Diretor do Grupo Invixx

2003-2007 - Membro, Conselho Consultivo do Synergy Group

2004 – 2007 - Diretor, Conselho de Administração da Rubiales Holdings Limited

2005 – 2009 - Presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel

2003 - 2006 - Presidente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES)

2003 - Membro da Academia Nacional de Agricultura

2003-2005 - Coordenador, Câmara de Articulação Estratégica da Federação de Comércio do Estado do Rio de Janeiro

2006 – 2008 - Coordenador dos Conselhos de Negócios da Associação Comercial do Rio de Janeiro

2006 -2009 - Membro do Comitê Executivo do Fundo Mundial de Diversidade de Cultivos (Roma, Itália)

2008-2010 – Membro do Conselho de Administração da Ferrous Resources Limited

2010-2012 – Membro do Conselho de Administração da GDK Engenharia S/A.

2009-Presente – Presidente do Conselho de Administração da Goldsea Participações S/A.

Atual Presidente do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A. O Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva, eleito como Conselheiro de Administração Independente, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Paulo Dornelles Cairoli - 213.040.680-72

Ao se candidatar pela primeira vez a um cargo público em 2014, o Sr. José Paulo Dornelles Cairoli foi eleito Vice Governador do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou entre 2015 e 2018. Nesse período, comandou o Gabinete Especial de Crise durante a “greve nacional dos caminhoneiros” e, em 2017, assumiu temporariamente o cargo de Secretário de Segurança Pública. Entre os anos de 1995 e 2007, foi Diretor para Assuntos do Mercosul do Grupo de Petróleo Ipiranga. Entre 1992 e 1995, foi Diretor Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Anteriormente, entre 1975 e 1992, atuou em diversas posições dentro do Grupo de Petróleo Ipiranga, como Gerente do Departamento de Engenharia, Gerente da Divisão de Operações, Diretor Superintendente da Comercial Farroupilha e Diretor de Marketing. O Sr. José Paulo Dornelles Cairoli declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos cinco anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Declarou ainda ser pessoa politicamente exposta, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf), pois foi Vice Governador do Estado do Rio Grande do Sul no período de 01/01/2015 a 31/12/2018, tendo também assumido temporariamente, em 2017, o cargo de Secretário de Segurança Pública desse Estado.

Benjamin Teixeira Dourado - 812.032.508-78

Economista, casado, residente com mestrado em Mestrado em Ciências pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nuclear – IPEN – USP e em Gestão de Negócios pelo Centro Universitário Sant’Anna, UNI-SANT’ANNA, e especialização em economia empresarial pela Universidade São Judas Tadeu. Na Ordem dos Economistas do Brasil, foi Presidente, de 2015 a 2017, e Membro do Conselho Fiscal, de 2018 a 2020. Teve dois mandatos como Conselheiro do Conselho Regional de Economia (2011/2013 e 2015/2017) e, em 2019, foi seu Presidente. Desenvolveu carreira, principalmente, no meio acadêmico, tendo sido professor de graduação ou pós graduação em diferentes universidades, incluindo, nos últimos anos: Universidade São Judas Tadeu (2017 – 2018 Faculdade Senai Antoine Skaf (2012 – 2016), Centro Universitário Sant’Anna - UNI-SANT’ANNA (1988 – 2016), Faculdade Sant’Anna de Salto (1999 – 2016)

Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior - 391.017.545-72

Administração de Empresas – Faculdades Católica de Salvador – 1990

Direito – Faculdade Candido Mendes Centro (RJ) – 2007

Pós-Graduado em Direito Tributário – Universidade Candido Mendes Ribeiro Centro (RJ) – 2009

Desde Ago/07, sócio responsável pela área de consultoria tributária e empresarial para o escritório Pereira & Maron Advogados Associados (escritório jurídico com especialização em direito tributário e empresarial)

. Nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Haroldo Zago - 206.982.758-53

Formado em Administração em 1976 pela Faculdade Capital (SP).

A sua principal atividade dos últimos 5 anos foi como sócio-diretor na Engecer Ltda., localizada em São Carlos-SP.

Já atual nos Conselhos Fiscais de outras companhias como por exemplo: Companhia Brasileira de Cartuchos e BrasilPrev.

O Sr. Haroldo Zago, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nildo Teixeira Freire - 324.026.787-04

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Asa (USA) em Business Valuation.

Experiência profissional: Arthur Andersen – início em 1975 onde exerceu a função de Sócio-Diretor de Consultoria Fiscal-Financeira. A partir de 2002, sócio encarregado da Divisão de Consultoria Fiscal-Financeira da Deloitte Touche Tohmatsu, até 2010.

Mauro César Medeiros de Mello - 097.687.857-72

Bacharel em Ciências Econômicas – UFRJ (1973).

Diretor Financeiro do Sindicato das Corretoras e DTVM do Rio de Janeiro – 1999/2008

Membro do Conselho do Clube Americano do RJ – 2002/2003

Presidente do Clube Americano do RJ – 2004/2005

Diretor da ANDIMA (2002/2005)

Membro do Comitê do SINACOR/BOVESPA – 2003

Membro do Comitê do Tesouro Direto/ BOVESPA – 2004

Conselheiro Efetivo da ANCOR – 2006/2009

Rio de Janeiro Investimentos: Diretor Acionista – Junho/2009 até a presente data.

Consultoria Internacional: Consultor - outubro 2007 até a presente data. Implantação em Angola da CMC-Comissão do Mercado de Capitais e da BVDA-Bolsa de Valores e Derivativos de Angola.

Geração Futuro Corretora de Valores : Diretor Acionista - 2002 até outubro 2007.

O Sr. Mauro César Medeiros de Mello, eleito como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Edson Pereira Ribeiro - 406.568.027-15

Contador, formado pela Faculdade Celso Lisboa (RJ), com cursos de especialização na área de Auditoria, Controladoria, Gestão de qualidade, Análise Estruturada e Planejamento Estratégico. Experiência como empresário no ramo de locação de veículos com foco em clientes pessoa-física, com vivência em processo de atendimento a clientes e gerência administrativo-financeira. Ampla vivência na condução de equipes em projetos de gestão de contabilidade, Auditoria e Controladoria. 35 anos em atividades executivas liderando projetos de reestruturação de negócios, Join Ventures, Incorporações e Fusões. Profunda experiência no planejamento e desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica, planejamento societário e fiscal. Negociação e elaboração de contratos com fornecedores.

Desde 2006 atua como Diretor na Aurizônia Petróleo S.A./Quantra Petróleo S.A./Potióleo S.A., respondendo pela implantação e gerenciamento dos controles internos e de gestão de caixa, plena gestão administrativa- financeira do negócio. (Planejamento e Gestão do caixa, Pessoal, Sistemas, RH, Relacionamento Comercial, Licitações e regulamento fiscal voltado na área de Petróleo.). Larga experiência na negociação com fornecedores e regulação de mercado e ações junto à ANP.

Atuou como Conselheiro Fiscal na Companhia Brasileira de Cartuchos de 2002 a 2006.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Sergio Castilho Sgrillo Filho - 904.896.160-20	
N/A	
Eduardo Minghelli - 634.093.640-72	
N/A	
Ricardo Machado - 029.931.379-48	
N/A	
Leonardo Brum Sesti - 004.067.070-81	
N/A	
Salésio Nuhs - 437.953.159-72	
N/A	
Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20	
N/A	
Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19	
N/A	
Luciano Luiz Barsi - 082.430.928-62	
N/A	
Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00	
N/A	
Jorio Dauster Magalhães e Silva - 334.357.077-04	
N/A	
José Paulo Dornelles Cairolí - 213.040.680-72	
N/A	
Benjamin Teixeira Dourado - 812.032.508-78	
N/A	
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior - 391.017.545-72	
N/A	

Haroldo Zago - 206.982.758-53
N/A
Nildo Teixeira Freire - 324.026.787-04
N/A
Mauro César Medeiros de Mello - 097.687.857-72
N/A
Edson Pereira Ribeiro - 406.568.027-15
N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Magno Neves Fonseca	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/09/1965	08/05/2019	Até AGO de 2021
857.205.187-20	Comitê de Auditoria e Riscos	Contador		30/04/2019	2	100.00%
Conselheiro de Administração Independente						
Sérgio Laurimar Fioravanti	Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/02/1962	08/05/2019	Até a AGO de 2021
363.631.380-00	Comitê de Auditoria e Riscos; Comitê de Ética	Contador		30/04/2019	2	100.00%
Conselheiro de Administração Independente						
Bernardo Simões Birmann	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/05/1984	08/05/2019	Até a AGO de 2021
099.054.297-19	Comitê de Auditoria e Riscos	Empresário		30/04/2019	2	100.00%
Conselheiro de Administração efetivo						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20						
MBA em Finanças Corporativas pela IBMEC-RJ (2008). Graduado em Ciências Contábeis pela Somley (1988). CEO na MNF Serviços Administrativos e Financeiros (2007/Atual) – Empresa especializada em gestão financeira e administração. Foi Gestor de Recursos na Adipar Participações – (2010/2014) – Empresa especializada em gestão de recursos. Foi Agente Autônomo de Investimentos na ICAP Brasil – (2009/2010) – Maior corretora de valores do mundo presente em mais de 30 países. O Sr. Magno Neves Fonseca, eleito como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.						
Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00						
Contador, Auditor e Consultor; Especializado em Finanças Empresariais; 28 anos de experiência profissional em auditoria interna externa, sempre entre as 10 maiores do Brasil; 18 anos de experiência acadêmica; Sócio da empresa de Auditoria e Consultoria Baker Tilly do Brasil SS; Sócio de Auditoria responsável por empresas de capital Aberto e outras empresas, como Tintas Killing, Motrisa, IMEC, Docile, Motormac, Panambra, TMSA, Terramar - holding da Évora, Farmácias São João, Recrusul, Charrua distribuidora de combustíveis, Coopersinos e Elo sistemas; Conselheiro Fiscal Suplente da empresa Tupy S.A, por indicação do BNDESPAR (renovação de indicação pelo quarto ano); Conselheiro fiscal em empresas de diversos segmentos como Ritter Alimentos S.A; Everest hotéis S.A e Azevedo Bento S.A; Professor de graduação e de pós-graduação (MBA- Especialização), atuando nos cursos de Contabilidade, Controladoria e Finanças, Gestão de tributos e Auditoria e Perícia nas seguintes universidades: PUC do Rio Grande do Sul, Uniritter, FACCAT, São Judas e IPA, em especial com disciplinas de I.F.R.S e Gestão de Riscos Corporativos; O Sr. Sérgio Laurimar Fioravanti, eleito em 17/03/2017 como Conselheiro de Administração, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.						
Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19						

brasileiro, casado, maior, empresário, portador da carteira de identidade nº 11.686.423-2, expedida pelo DETRAN/RJ, em 05/04/2012, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.054.297-19, residente e domiciliado à Rua Carlos Gois, 422 BI II apt 705 – Leblon – Rio de Janeiro/RJ CEP 22.440-000.

Experiência administrativa, atuando na administração de várias empresas, de holding de geração de energia, administração e incorporação de empreendimentos imobiliários, consultoria em gestão empresarial, dentre outras, e diversificada carteira de investimentos. Capacidade de gestão de pessoas e de processos administrativos e operacionais, experiência em área comercial com visão estratégica e capacidade de realização, com foco em resultado, excelente capacidade de comunicação, ocupou cargos de responsabilidade executiva e política.

Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Magno Neves Fonseca - 857.205.187-20	
N/A	
Sérgio Laurimar Fioravanti - 363.631.380-00	
N/A	
Bernardo Simões Birmann - 099.054.297-19	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste formulário de referência, inexistente relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre os administradores de qualquer empresa do grupo Taurus, inclusive dos controladores da Companhia.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

Salésio Nuhs

437.953.159-72

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Nordeste Ltda.

09.003.200/0001-72

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Salésio Nuhs

437.953.159-72

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

89.545.511/0001-00

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Salésio Nuhs

437.953.159-72

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.)

04.290.323/0001-18

Administrador

Observação

Nova razão social de Taurus Blindagens LTDA.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	904.896.160-20	Controle	Controlada Indireta
CFO e DRI			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	904.896.160-20	Controle	Controlada Indireta
CFO e DRI			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	904.896.160-20	Controle	Controlada Indireta
CFO e DRI			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.)	04.290.323/0001-18		
Administrador			
<u>Observação</u>			
Nova razão social de Taurus Blindagens LTDA.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
Observação			
<hr/>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.)	04.290.323/0001-18		
Administrador			
<u>Observação</u>			
Nova razão social de Taurus Blindagens LTDA.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018Administrador do Emissor

Salésio Nuhs

437.953.159-72

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Nordeste Ltda.

09.003.200/0001-72

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Salésio Nuhs

437.953.159-72

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

89.545.511/0001-00

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Salésio Nuhs

437.953.159-72

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.)

04.290.323/0001-18

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	904.896.160-20	Controle	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de RI			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Sergio Castilho Sgrillo Filho	904.896.160-20	Controle	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de RI			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.)	04.290.323/0001-18		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	89.545.511/0001-00		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Minghelli	634.093.640-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Ricardo Machado
Diretor

029.931.379-48

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de
Capacetes Ltda.)
Administrador

04.290.323/0001-18

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Ricardo Machado
Diretor

029.931.379-48

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.
Administrador

89.545.511/0001-00

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Ricardo Machado
Diretor

029.931.379-48

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.
Administrador

09.587.633/0001-12

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ricardo Machado	029.931.379-48	Controle	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Ltda. (nova denominação social da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.)	04.290.323/0001-18		
Adminstrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	09.003.200/0001-72		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	09.587.633/0001-12		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Salésio Nuhs	437.953.159-72	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	90.420.811/0001-34		
Administrador			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui uma apólice de seguro, com vigência no período de 21-09-2019 a 21-09-2020, cujo objeto compreende o pagamento devido a terceiros pelo segurado, em decorrência de sua condição de Diretor ou Administrador da Companhia, a título de perdas decorrentes de reclamações pela prática de qualquer ato danoso por ele praticado durante o período de vigência da apólice ou, quando expressa e contratualmente previsto, em data anterior compreendida no período de retroatividade da garantia. A apólice totaliza o limite máximo de garantia de R\$ 100.000.000,00. O valor total do prêmio do seguro, para o período mencionado, foi de R\$ 1.352.784,64.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em complemento de informações ao item 12.10 deste formulário de referência, especificamente quanto à relação de subordinação de controle entre administrador da Companhia e suas Controladas Diretas situadas no exterior, em virtude da impossibilidade da inclusão de pessoa relacionada sem cadastro de CNPJ no item referido.

Pessoa relacionada: Taurus Holdings, Inc., controlada direta localizada em Miami, USA.

Exercício Social **31-12-2019**

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Controle

Tipo de pessoa relacionada: Controlada Direta

Nome do Administrador: **Bret Michael Vorhees**

ID: 616-32-4160

Cargo/Função no Emissor: N/A

Cargo/Função na Pessoa relacionada: CEO

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado. Não há uma política de remuneração formalmente aprovada.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 397 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação foi consolidada em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2015 e conforme integralmente descrita abaixo:

“Artigo 397 - Feitas as deduções referidas no Artigo 386 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Formatado: Recuo: À esquerda: 2 cm

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, check-up médico, automóvel e seguro de vida.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Esta remuneração equivale à 10% da remuneração média dos diretores estatutários.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2017, 2018, 2019 e previsto para 2020.

Taurus Realizado 2019

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	52,21%	44,88%	2,91%	100,0%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Taurus Realizado 2018

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	78,1%	18,0%	3,9%	100,0%

Taurus Realizado 2017

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	100,0%	0%	0%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um "target" (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração não inclui parcela variável e é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária, em linha com a remuneração média de mercado para empresas de porte semelhante à Taurus, considerando ainda a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva é proposta pelo Conselho de Administração e a previsão do montante total a ser pago no exercício, aprovado em Assembleia. A remuneração dos diretores é baseada na comprovada capacidade técnica necessária para a melhor condução dos negócios, considerando parcela de remuneração fixa e parcela variável, com base no princípio da meritocracia, que visa a recompensar a dedicação e efetividade do trabalho dos executivos para atingir o desempenho esperado nos negócios. A remuneração do Conselho Fiscal segue os parâmetros estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há, todos os membros da Administração são remunerados pela Companhia. Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração são compostos por Conselheiros e/ou Diretores que não recebem remuneração adicional pela sua participação no órgão.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os valores de remuneração variável pagos aos diretores são avaliados anualmente por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras específicas para o exercício social, além do conceito de liderança.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura de remuneração está ligada aos desafios e responsabilidades dos cargos dos membros da Administração. A remuneração variável está atrelada à evolução dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, considerando o alcance de metas específicas para o exercício.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia com a prática da remuneração adotada é reter talentos, com executivos capazes e profissionais na gestão dos negócios, oferecendo, para tal, remuneração compatível com suas responsabilidades, considerando às práticas do mercado. O modelo visa a assegurar remuneração sustentável e que, ao mesmo tempo, seja condizente com as possibilidades da Companhia e esteja alinhada aos interesses dos acionistas, qual seja, o melhor desempenho dos negócios.

A remuneração variável está atrelada ao atingimento de metas de resultados operacionais e financeiros que estão alinhados ao plano estratégico da Companhia. O objetivo é reter executivos capazes, estimulando a busca por resultados e motivando os administradores a empregar melhores esforços na busca pelo sucesso na execução do planejamento estratégico, considerando o curto prazo, assim como seus efeitos no médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração dos membros da Administração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Na presente data, não existem na Companhia comitês específicos que participem ou tenham como função definir a remuneração individual dos Administradores. O Conselho de Administração elabora proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a diretoria, considerando a remuneração em vigor, a inflação do período, a situação econômico-financeira da Companhia e o desempenho dos executivos, tendo para tal apoio de informações e dados que podem ser solicitados ao departamento de Recursos Humanos. A proposta, com o valor previsto a ser destinado para remuneração dos membros da administração no novo exercício social, é apresentada para aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É realizada comparação com posições semelhantes no mercado, inclusive a remuneração oferecida por outras empresas onde nossos conselheiros eventualmente atuem. Considera-se a remuneração média praticada por empresas de porte similar, a complexidade das atividades necessária para o cargo e as condições da Companhia. Não há, porém, a elaboração de estudos formais ou utilização de metodologia específica para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa individual da Diretoria é definida no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação, experiência profissional, desafios e responsabilidades do cargo, sendo reavaliada se o Conselho de Administração considerar necessário, tomando em conta a contribuição que o administrador tem prestado à Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que não exista, na data deste Formulário de Referência, uma política formal de remuneração, a adequação do modelo e dos valores definidos anualmente é avaliada anualmente pelo Conselho de Administração e, a cada Assembleia Geral Ordinária, também pelos acionistas, que deliberam sobre a proposta de remuneração dos Administradores.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,33	4,75	3,00	13,08
Nº de membros remunerados	5,33	4,75	3,00	13,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	644.000,00	4.179.240,00	250.754,40	5.073.994,40
Benefícios direto e indireto	0,00	345.401,50	0,00	345.401,50
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	128.800,00	835.848,00	50.150,88	1.014.798,88
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	18.569.200,00	0,00	18.569.200,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.713.840,00	0,00	3.713.840,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Recolhimento de 20% ao INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	772.800,00	27.643.529,50	300.905,28	28.717.234,78

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	2.802.200,00	210.165,00	3.492.365,00
Benefícios direto e indireto	0,00	186.946,63	0,00	186.946,63
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	560.440,00	42.033,00	698.473,00

Descrição de outras remunerações fixas	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	Recolhimento de 20% ao INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.409.091,00	0,00	2.409.091,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	481.818,20	0,00	481.818,20
Descrição de outras remunerações variáveis		Recolhimento de 20% ao INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	576.000,00	6.440.495,83	252.198,00	7.268.693,83

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	480.000,00	2.399.796,00	179.984,70	3.059.780,70
Benefícios direto e indireto	0,00	81.753,04	0,00	81.753,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	479.959,20	35.996,94	611.956,14
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.119.734,80	0,00	3.119.734,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	623.946,96	0,00	623.946,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	576.000,00	6.705.190,00	215.981,64	7.497.171,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,67	11,67
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,67	11,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	417.833,33	3.406.541,67	357.500,00	4.181.875,00
Benefícios direto e indireto	0,00	23.539,20	0,00	23.539,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	83.566,67	681.308,33	71.500,00	836.375,00
Descrição de outras remunerações fixas	20% de INSS	20% de INSS	20% de INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.632.500,00	0,00	2.632.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	526.500,00	0,00	526.500,00
Descrição de outras remunerações variáveis		20% de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	501.400,00	7.270.389,20	429.000,00	8.200.789,20

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração variável prevista -exercício social corrente 2020 – nova proposta aprovada em AGE de 21/09/20

PREVISTO 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,33	4,75	3	13,08
Nº de membros remunerados	5,33	4,75	3	13,08
Bônus		22.283.040,00		22.283.040,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2019

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	4,0	3,0	12,0
Nº de membros remunerados	5,0	4,0	3,0	12,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		2.890.909,20		2.890.909,20
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2018

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	4,0	5,0	14,0
Nº de membros remunerados	5,0	4,0	5,0	14,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração		3.119.734,80		3.119.734,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		3.119.734,80		3.119.734,80
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável -exercício social encerrado 31/12/2017

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,0	3,0	5,0	13,0
Nº de membros remunerados	5,0	3,0	5,0	13,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		2.632.500,00		2.632.500,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 26 de abril de 2021, é baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), o qual é concedido, pela Companhia ao(s) diretor(es) estatutário(s), um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos (períodos de exercício).

O Conselho de Administração, que será o responsável pela administração do Plano, respeitadas as condições do referido Plano, as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e as disposições de Lei, da regulação da CVM e do Estatuto Social, poderá criar Programas de Opção de Compra ("Programa") por meio dos quais serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, eventuais prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções, entre outras.

São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função. A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração.

A participação do diretor estatutário em um Programa de outorga não lhe garante sua participação em outorgas de opções posteriores.

Nenhuma disposição do Plano, do Programa, do contrato de opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, conforme aplicável, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do diretor estatutário ou de qualquer forma promover o seu desligamento.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (vi) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para seus diretores estatutários, espera alinhar a conduta daqueles que efetivamente participarem do Plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia, condicionando o ganho de longo prazo desse diretor estatutário à perenidade do negócio e, com isso, promovendo a atitude mercantil, comprometida e sustentável dos participantes do Plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia acredita que, ao atribuir aos diretores estatutários participantes do Plano a possibilidade de assumirem a posição de investidor, estimula que a atuação de tais diretores na gestão da Companhia seja feita com vistas à criação de valor para ela e seus acionistas. A participação do diretor estatutário no Plano não interfere na remuneração a que este faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A implementação do Plano fortalece a expectativa do acionista e investidor da Companhia de criar visão e comprometimento de longo prazo no diretor estatutário, promovendo o conhecimento, as competências e comportamentos necessários à perenidade do negócio.

O exercício das opções outorgadas somente poderá ocorrer nos meses de abril, a partir do ano de 2023, e a cada dois anos, observando a proporção máxima de 25% (vinte e cinco por cento) das opções individualmente, por período de exercício, salvo se de outra forma for disposto pelo Conselho de Administração da Companhia, fazendo com que os beneficiários assumam uma posição de risco mercantil e se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano não poderá exceder 3.000.000 (três milhões) de ações, respeitada a seguinte proporção: (i) 1.000.000 (um milhão) ordinárias e 2.000.000 (dois milhões) preferenciais.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas não poderá exceder a quantidade máxima de ações abrangidas pelo Plano, isto é 3.000.000 (três milhões) ações, conforme descrito no item 13.4, f, acima, podendo as opções outorgadas ter por objeto uma ou mais ações.

h. Condições de aquisição de ações

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia, sempre que julgar conveniente, aprovar a outorga de Opção de Compra, elegendo, dentre os diretores estatutários, aqueles em favor dos quais a Companhia outorgará Opções de Compra, nos termos do Plano.

O Conselho de Administração, obedecidas as disposições, objetivos e limites do Plano, será competente para determinar as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano. Estas condições incluem, especialmente, a eleição dos diretores estatutários participantes, o preço de exercício, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia, entre outras que deverão ser observadas como condição para o exercício total ou parcial das Opções de Compra e a aquisição ou subscrição das Ações correspondentes.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço do exercício da opção será determinado pelo Conselho de Administração, utilizando-se um dos seguintes critérios:

(i) média dos preços de fechamento das Ações da mesma espécie, negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), considerando os 40 (quarenta) pregões anteriores à data da Reunião do Conselho de Administração e ajustado pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), limitada a 5,0% (cinco por cento) ao ano, até a data do envio da notificação do exercício da opção pelo diretor estatutário à Companhia; ou

(ii) média dos preços de fechamento das Ações da mesma espécie, negociadas na B3, considerando os pregões realizados entre 22/01/2021 e 23/03/2021 e ajustado pela taxa CDI, limitada a 5,0% (cinco por cento) ao ano, até a data do envio da notificação do exercício da opção pelo diretor estatutário à Companhia.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Observados os objetivos de comprometimento de curto, médio e longo prazo e os limites estabelecidos pelo Plano, os períodos para o exercício das opções são os meses de abril dos anos de 2023, 2025, 2027 e 2029. O Conselho de Administração da Companhia, como mencionado nos itens 13.4.a e 13.4.h acima, poderá ajustar as datas e/ou fixar outras datas, observados os objetivos do Plano, as quais serão consignadas nos contratos de outorga de opção de compra de ação aplicáveis.

k. Forma de liquidação

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

I. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção de compra de ações ao advento de determinadas condições, mas não poderá impor restrições à transferência das ações adquiridas em razão do exercício da opção de compra, salvo possibilidade de reservar para a Companhia a opção de recompra de tais ações e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo participante dessas mesmas ações. O participante deverá observar os períodos legais e regulamentares de restrição e/ou de impedimento de negociação das Ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano terá vigência de 9 (nove) anos, mas poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações, poderá levar à revisão total ou parcial do Plano.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do diretor estatutário participante do Plano, as opções de compra de ações que não tenham sido exercidas até a data de seu desligamento, observados os períodos de exercício de cada opção, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

O desligamento do participante por iniciativa da Companhia e sem justa causa não implica na rescisão do contrato de opção de compra, que permanecerá vigente, mantendo o participante o direito de exercer as Opções de Compra de acordo com as regras do Plano, desde que observadas as disposições do termo de rescisão.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do participante, que o incapacite ao exercício de seu mandato como diretor estatutário da Companhia em definitivo, a opção de compra poderá ser exercida pelos herdeiros e sucessores legais do diretor estatutário participante, nos termos do Plano e do contrato de opção de compra de ações celebrado com este diretor.

O Conselho de Administração, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que o interesse social será mais bem atendido por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas, conferindo tratamento diferenciado a determinado participante, ressalvado, contudo, que eventual alienação ou transferência de ações a participante que não diretor da Companhia dependerá de autorização da Assembleia Geral da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A tabela abaixo apresenta as informações sobre o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia destinado aos diretores estatutários da companhia.

Esclarecimentos adicionais: (i) os membros do nosso Conselho de Administração não possuem e não são beneficiários de planos de opção de compra de ações ou remuneração baseada em ações, e (ii) não há informações relativas ao Plano para os exercícios sociais anteriores, considerando que referido Plano foi aprovado em 2021.

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA Aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021	
Exercício Social Corrente (2021)	
a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5 (cinco)
c. Número de membros beneficiados	5 (cinco).
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:	
i. data de outorga	27/04/2021.
ii. quantidade de opções outorgadas	2.385.000 (dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil) Opções de Compra, sendo que 795.000 Opções de Compras conferirão a seu respectivo titular o direito de adquirir uma única ação ordinária da Companhia e que 1.590.000 Opções de Compras conferirão a seu respectivo titular o direito de adquirir uma única ação preferencial da Companhia
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	Abril/2023 – 26,11% das opções Abril/2025 – 24,63% das opções Abril/2027 – 24,63% das opções Abril/2029 – 24,63% das opções
iv. prazo máximo para exercício das opções	Abril/2023 – 26,11% das opções Abril/2025 – 24,63% das opções Abril/2027 – 24,63% das opções Abril/2029 – 24,63% das opções
v. prazo de restrição à transferência das ações	Não há prazo de restrição à transferência de ações adquiridas no âmbito do Plano. No entanto, o Participante deverá observar os períodos legais e regulamentares de restrição e/ou de impedimento de negociação das ações.
vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções.	

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Em aberto no início do exercício social	Não aplicável.			
Perdidas durante o exercício social	Não aplicável.			
Exercidas durante o exercício social	Não aplicável.			
Expiradas durante o exercício social	Não aplicável.			
e. valor justo das opções na data de cada outorga	R\$12,3741/opção			
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas *número de ações apresentado em milhares		*Ordinárias	*Preferenciais	*Total
	Ações em circulação na data-base	46.445	53.723	100.168
	Exercício potencial de opções	895	1.790	2.685
	Total de ações potencial	47.340	55.513	102.853
	Diluição potencial	1,93%	3,33%	2,68%

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. A Companhia não possuía plano de Outorga de Opção de Compra de Ações no exercício de 2020. O plano em vigor foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2021.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. A Companhia não possuía plano de Outorga de Opção de Compra de Ações nos exercícios sociais. O plano em vigor foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2021.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o Black, Scholes & Merton.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black, Scholes & Merton, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

(i) Quantidade de ações objeto das opções

Ações Objeto das Opções de Compra		
Espécie	Porcentagem	Número
Ordinária	33,33%	795.000
Preferencial	66,67%	1.590.000
Total	100,00%	2.385.000

(ii) Vida das Opções de Compra

Porcentagem do Total de Opções de Compra	26,10%	24,63%	24,63%	24,63%
Data de Exercício	30/04/2023	30/04/2025	30/04/2027	30/04/2029

(iii) Preço da ação na data-base

Ordinária	R\$23,36/ação
Preferencial	R\$22,87/ação

(iv) Preço de exercício

Data de Exercício	30/04/2023	30/04/2025	30/04/2027	30/04/2029
Preço de Exercício	R\$ 23,09	R\$ 25,46	R\$ 28,07	R\$ 30,95

(v) Taxa de juros sem risco

Data de Exercício	30/04/2023	30/04/2025	30/04/2027	30/04/2029
r	6,77%	8,04%	8,57%	8,85%

(vi) Dividendos esperados

Número de Anos	1	2	3	4	5	6	7	8
Taxa de Dividendos	-	-	2,00%	3,00%	3,08%	4,40%	4,80%	5,20%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

[O prazo de exercício é materialmente curto. Desta forma, não foi considerado efeito de exercício antecipado.]

13.8 - Precificação Das Ações/opções

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Conforme o parágrafo B22 do pronunciamento técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, a volatilidade de um ativo é medida pelo desvio-padrão dos retornos da ação. Já o parágrafo B25b do referido pronunciamento técnico indica que o desvio-padrão deve ser calculado a partir do período histórico compatível com a vida da opção.

A volatilidade foi obtida a partir dos preços de fechamento diários de TASA3 e TASA4 no sistema Economatica. Compõe-se um índice do preço do pacote de uma ação ordinária e duas ações preferenciais e calculado o retorno diário desse pacote. A volatilidade do pacote corresponde ao desvio-padrão diário do retorno do pacote, convertida em volatilidade anual considerando 252 dias úteis por ano para períodos acumulados de um a dez anos. A tabela a seguir resume os valores de volatilidade calculada para diversos períodos anuais contados retroativamente a partir da data-base.

Número de Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Volatilidade	70,80%	71,30%	94,90%	88,20%	84,40%	102,60%	98,80%	99,30%	97,30%	96,70%

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

[Não se aplica.]

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Posição em 31 de dezembro de 2019:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Taurus Armas S.A.	-	12.700	12.700	-
Diretoria	Taurus Armas S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Taurus Armas S.A.	-	8.090	8.090	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações em forma de tabela

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração.

Com relação aos diretores estatutários, dois dos quatro Diretores possuem plano de Previdência Privada denominado "TAURUSPREV II" administrado pelo ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,75
Nº de membros remunerados (com plano)	0	2
Nome do plano	-	TAURUSPREV II
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentar antecipadamente	-	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social (2019), descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	262.497,69
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	55.740,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	0

** Inclui diretor estatutário nomeado pelo Conselho de Administração em maio/2020*

Obs: Só poderá haver resgate antecipado, dos valores provenientes das contribuições realizadas pelos administradores.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	4,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,67
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,67
Valor da maior remuneração(Reais)	1.075.000,00	597.600,00	1.781.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	70.055,00	72.000,00	119.166,67
Valor da menor remuneração(Reais)	517.200,00	512.200,00	706.875,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	70.055,00	72.000,00	119.166,67
Valor médio da remuneração(Reais)	700.550,00	551.750,00	1.135.513,89	96.000,00	115.200,00	96.000,00	70.055,00	72.000,00	119.166,67

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos, ainda, em contrato:

- Seguro saúde e vida, sendo estendido de acordo com o contrato individual.
- Plano de aposentadoria TAURUSPREV para dois (02) diretores estatutários.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social 2019 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	12,50%	36,25%	-	34,30%

Exercício social 2018 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	10,41%	27,50%	-	21,56%

Exercício social 2017 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	14%	21%	-	18%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos três últimos exercícios, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica, pois os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não receberam, nos três últimos exercícios, outra remuneração além daquela referente aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos três últimos exercícios, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	60.000,00	1.075.000,00	-	1.135.000,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2019 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	R\$ 864.101,94	-	R\$ 864.101,94
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	60.000,00	585.000,00	-	645.000,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	868.936,17	-	868.936,17

Exercício social 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.582.983,05	1.247.853,16	-	2.830.836,21
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 – Outras informações julgadas relevantes

Não há outras informações relevantes além das já apresentadas nesse item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de funcionários	2019	2018	2017
Brasil	2401	2.325	2.226
Armas e MIM	2093	2.045	1.864
Rio Grande do Sul	2093	2.045	1.864
Capacetes (operação descontinuada)	308	280	362
Paraná	307	279	279
Bahia	1	1	83
EUA	311	279	259
TOTAL	2712	2.604	2.485

Número de funcionários	2019	2018	2017
Brasil	2401	2.325	2.226
Administração	151	332	238
Comercial	57	49	54
Mão de obra direta	1410	1.371	1.470
Mão de obra indireta	783	573	464
EUA	311	279	259
Administração	114	107	77
Comercial	12	8	7
Mão de obra direta	133	124	130
Mão de obra indireta	52	40	45
TOTAL	2712	2.604	2.485

** Em 31/12/2019, a Companhia tinha 19 empregados temporários.*

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não se aplica, pois ao final dos últimos três exercícios sociais a Companhia não tinha funcionários terceirizados.

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade (medido pela relação entre quantidade de pessoas desligadas e de pessoas contratadas por substituição) foi obtido pela média dos índices de janeiro a dezembro de cada ano. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 o índice de rotatividade de nossa Companhia e de nossas controladas foi de 0,55%, 0,76% e 0,86%, respectivamente.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não ocorreram alterações relevantes com relação às informações divulgadas no item 14.1.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia tem como política de remuneração pagar a média de mercado de grandes empresas. Acompanha o mercado por meio de pesquisas salariais anuais. Quanto à remuneração variável (PLR), todas as unidades possuem contrato negociado entre comissão de empregados e sindicato. A remuneração variável é baseada exclusivamente no lucro da Companhia.

b) Política de benefícios

Descrição dos principais benefícios fornecidos pela Companhia:

Auxílio creche

Benefício concedido por 18 meses, a contar do retorno a licença maternidade, limitado a 22 meses da criança.

TaurusPrev

Opção de complemento à aposentadoria a partir de dois anos de tempo de serviço. Os planos são divididos em básico e especial. O básico é um pecúlio ao cônjuge de 50% do último salário, em caso de falecimento do titular, e o especial é a formação de reserva que garante uma renda complementar de aposentadoria, mediante a contribuição de 5% do salário por parte do empregado e a participação proporcional por parte da Companhia.

Seguro de Vida

Indenização por invalidez total ou parcial, morte e auxílio funeral. O funcionário que optar por esse benefício, contribui com uma porcentagem de seu salário.

Incentivo à Educação

Subsídio de 30% para cursos relacionados ao cargo. Para usufruir do benefício, é preciso ter mais de dois anos de empresa.

Restaurante

Todas as unidades oferecem alimentação em restaurante no local. O funcionário contribui com 20% do valor do custo da alimentação.

Vale transporte

De acordo com a exigência legal, o funcionário contribui com 6% de seu salário.

Planos de saúde

É oferecido para os funcionários e seus dependentes, possui cobertura ambulatorial, hospitalar e odontológica. O funcionário contribui com coparticipação na mensalidade, consultas e exames.

Ambulatórios

Ambulatórios médicos nas unidades, além do controle de saúde clínica, quando são realizados exames periódicos de controle de riscos ocupacionais.

Empréstimo Consignado

Para todos os funcionários com mais de seis meses de empresa. O valor da parcela não ultrapassa 30% da remuneração mensal.

Posto Bancário

Agência interna para facilitar o atendimento de todos os funcionários.

Good Card

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Cartão de crédito com desconto em folha de pagamento, com limite de 15% do salário nominal.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não se aplica, pois, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não mantém planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos três últimos exercícios sociais

A Companhia e suas controladas mantêm bom relacionamento com todos os sindicatos dos empregados por meio da área de Recursos Humanos. Sempre que necessário são realizadas reuniões para que sejam debatidas negociações, esclarecimentos, dentre outros, seja por imposição de lei ou outros assuntos oriundos de ambas as partes.

Nos último três exercícios sociais, não ocorreram greves ou paralizações nas unidades da Companhia.

Segue abaixo, breve resumo da relação das Empresas Taurus com os sindicatos:

Unidades de São Leopoldo / RS		
Patronal	Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico e Eletrônico de São Leopoldo	Representante Adilso Klaus
Empregados	Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo	Dirigente – Taurus Armas: 06 Dirigentes – Polimetal: 01
Unidades de Mandirituba / PR (operação descontinuada)		
Patronal	Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado do Paraná	Não há representantes
Empregados	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná.	Não há representantes
Unidade Bahia (operação descontinuada)		
Patronal	SINDIQUIMICA – Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado da Bahia.	Não há representantes
Empregados	SINDIPLASBA – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia	Não há representantes

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes estão relatadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Luiz Barsi Filho					
006.541.838-72	Brasileiro-SP	Não	Não	30/06/2019	
Não					
362.000	0,779%	4.085.400	7,605%	4.447.400	4,440%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000%			
BYK Participações S.A.					
24.713.697/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	31/07/2019	
Não					
38.649.840	83,216%	2.432.289	4,527%	41.082.129	41,013%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000%			
OUTROS					
7.433.474	16,005%	47.205.430	87,868%	54.638.904	54,547%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 12/08/2014					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
46.445.314	100,000%	53.723.119	100,000%	100.168.433	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
BYK Participações S.A.			24.713.697/0001-06		
Bernardo Simões Birmann					
099.054.297-19	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
174.810	4,978	10	0,000	174.820	2,489
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
CBC AMMO LLC					
05.876.564/0001-06	Norte Americana	Não	Não	22/02/2016	
Não					
3.316.326	94,439	3.291.210	93,740	6.607.536	94,090
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)					
00.444.232/0001-39	Brasileira-RJ	Não	Não	22/02/2016	
Não					
20.464	0,583	3.203	0,091	23.667	0,337
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BYK Participações S.A.				24.713.697/0001-06		
Thais Neves Birmann						
631.584.770-68	Brasileira-RS	Não	Não			
Não						
0	0,000	216.567	6,169	216.567	3,084	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
TOTAL						
3.511.600	100,000	3.510.990	100,000	7.022.590	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

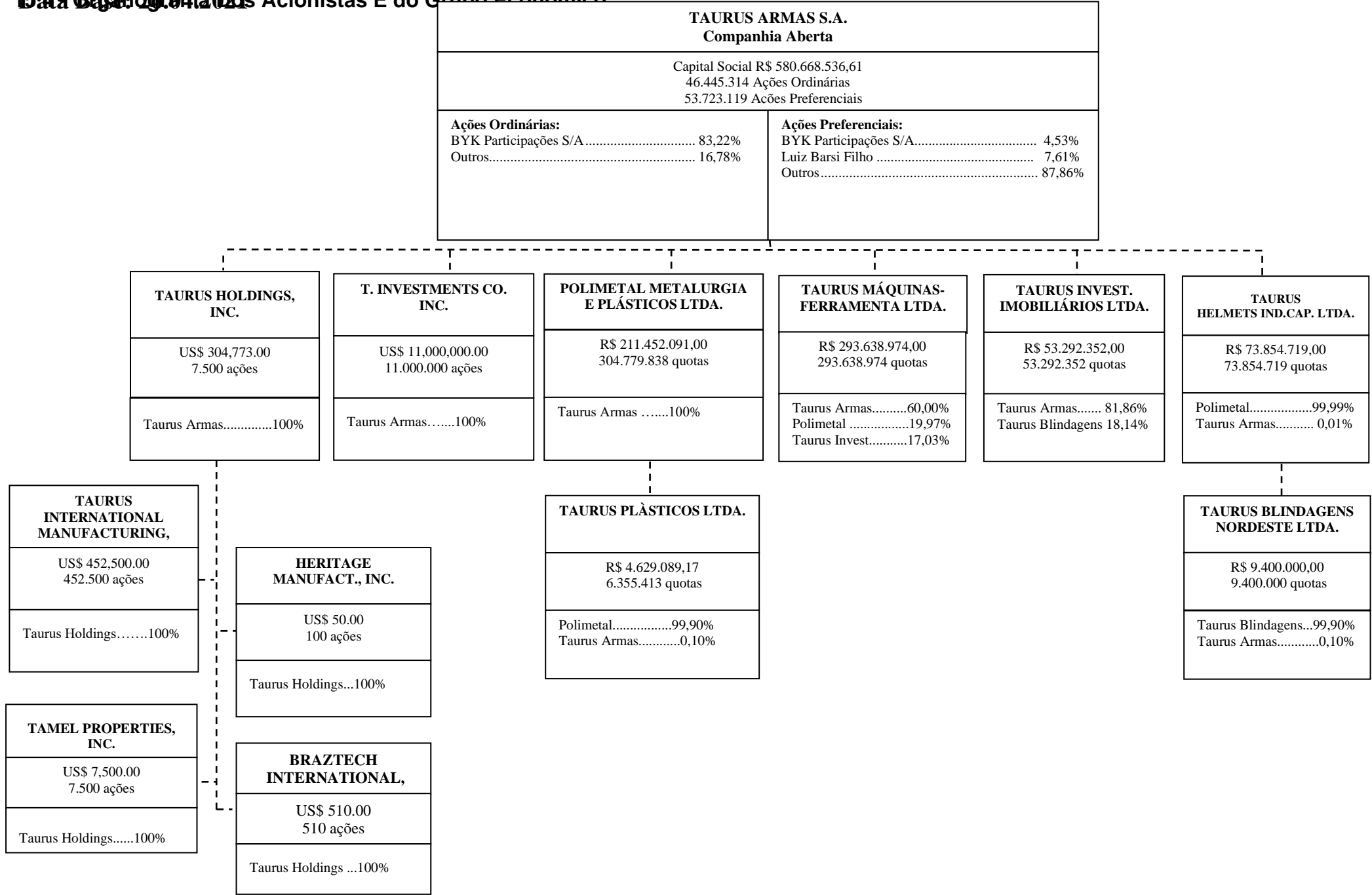
Data da última assembleia / Data da última alteração	29/01/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	26.857
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	303
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	10

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

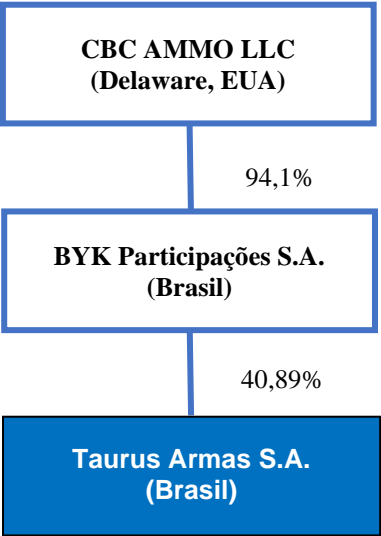
Quantidade ordinárias (Unidades)	7.795.474	16,784%
Quantidade preferenciais (Unidades)	51.290.830	95,473%
Total	59.086.304	58,987%

ORGANOGRAMA: Taurus Armas S.A
Data: 06/04/2021
15.1. Organograma dos Acionistas E do Grupo Econômico



15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

ORGANOGRAMA: Grupo Econômico / Taurus Armas S.A.



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor

Até a data deste formulário de referência, não há acordos de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

CONTROLADOR

- Aumento de capital aprovado em 31.01.2017**

Aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração de R\$ 10.511.814,52

Exercício de bônus de subscrição:

(i) 1.802.855 bônus de subscrição classe 1; e

(ii) 4.606.788 bônus de subscrição classe 2;

Emissão de 6.409.643 novas ações, sendo:

1.802.855 ações ordinárias

4.606.788 ações preferenciais

Preço de emissão de R\$ 1,64

Novo capital social: R\$ 404.488.840,61

Quantidade de ações ON: 46.445.314

Quantidade de ações PN: 18.242.898

Total de ações: 64.688.212

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,91	2,51	70,99
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,28	4,64	2,07
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	23,84	5,60
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,15	15,91	3,84
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,26	0,00	2,50
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	5,50	1,29
Demais Acionistas	3,38	47,60	13,71
Total	100,00	100,00	100,00

Forjas Taurus S.A. (atual Taurus Armas S.A.)	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 31/01/2017		
	ON %	PN %	Total %
CBC PARTICIPAÇÕES S/A	91,90	3,37	66,93
CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	1,23	3,47	1,86
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,02	28,23	7,98
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0,29	23,79	6,92
ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	3,13	0,00	2,25
ZENITH ASSET MANAGEMENT	0,00	4,11	1,16
Demais Acionistas	3,43	37,03	12,90
Total	100,00	100,00	100,00

Obs.: O aumento de capital aprovado em RCA de 31.01.2017 não alterou as participações societárias relevantes.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

- Exercício de direito de subscrição de bônus de subscrição e integralização em 22/01/2019**

Aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração de R\$ 60.728.730,00

Conversão de 155.523 bônus de subscrição série A, ao valor de R\$ 4,00 cada;

Conversão de 10.205 bônus de subscrição série B, ao valor de R\$ 5,00 cada

Conversão de 10.005.189 bônus de subscrição série C, ao valor de R\$ 6,00 cada; e

Conversão de 3.497 bônus de subscrição série D, ao valor de R\$ X,00 cada.

Emissão de 10.174.414 novas ações preferenciais

Novo capital social: R\$ 465.217.570,61

Quantidade de ações ON: 46.445.314

Quantidade de ações PN: 28.417.312

Total de ações: 74.862.626

Taurus Armas S.A.	% sobre o Total de Ações Antes da RCA de 22/01/2019		
	ON %	PN %	Total %
TAURUS PARTICIPAÇÕES S/A	86,05	41,17	73,39
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,08	12,73	3,65
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0	1,82	0,51
Demais Acionistas	13,87	44,28	22,45
Total	100,00	100,00	100,00

Taurus Armas S.A.	% sobre o Total de Ações Após a RCA de 31/01/2019		
	ON %	PN %	Total %
TAURUS PARTICIPAÇÕES S/A	83,56	23,48	60,76
MARCOS BODIN DE SAINT ANGE COMNENE	0,08	8,17	3,15
ANTONIO MARCOS MORAES BARROS	0	4,06	1,54
Demais Acionistas	16,36	64,29	34,55
Total	100,00	100,00	100,00

ADMINISTRADORES

Nos últimos três exercícios sociais – 2019, 2018 e 2017 – não foram realizadas alterações relevantes nas participações administradores.

Administração Qtd. Ações	2019		2018		2017	
	% Mesma Espécie	% Total de Ações	% Mesma Espécie	% Total de Ações	% Mesma Espécie	% Total de Ações
ON	0,02	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01
PN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

OPERAÇÃO DE CAPACETES

a) Evento

Em 27 de março de 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes ao mercado.

Devido à decisão de venda do investimento, a operação foi classificada como “mantido para venda” e contabilizada de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

Até a data deste Formulário, a alienação das operações de capacetes não foi realizada.

b) Principais condições de negócio

A elaboração de cronograma e os esforços de venda para a operação está sob responsabilidade de empresa especializada. A operação está incluída no plano de reestruturação da dívida, tendo a Administração assumido o compromisso de alienação da operação de capacetes, que não é atividade foco da Companhia, dentro do acordo firmado com bancos credores. A totalidade dos recursos que vierem a ser obtidos com a venda será destinado à redução do endividamento.

c) sociedades envolvidas

Taurus Armas S/A e subsidiárias Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda, nova razão social de Taurus Blindagens Ltda. em Mandirituba/PR e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. em Simões Filho/BA.

Como a operação de alienação não foi realizada até a presente data, não há identificação de outra parte.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não há, ou haverá após sua realização, efeitos resultantes da operação no quadro acionário do emissor.

e) Quadro acionário antes e depois da operação

Não se aplica.

f) Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Não se aplica.

Cisão parcial e incorporação da parcela cindida – Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Polimetal”)

a) Evento

Em assembleia geral extraordinária (AGE) realizada em 31/12/2019 foi aprovada a cisão parcial das operações da Polimetal relacionadas às demandas da própria Taurus, seguida da incorporação do patrimônio cindido na Taurus Armas S.A.

b) Principais condições de negócio

A operação de incorporação do patrimônio líquido cindido da Polimetal na Taurus se configura como uma medida de reestruturação societária no grupo econômico, visando simplificar a estrutura, buscar maior sinergia

15.7 - Principais Operações Societárias

e eficiência administrativa, racionalizar os custos administrativos e as obrigações acessórias, além de viabilizar possível aproveitamento fiscal futuro.

A Polimetal possuía, antes da cisão e incorporação da parte cindida, duas áreas de atuação, sendo a primeira e mais relevante a terceirização de parte expressiva do processo produtivo da Taurus, representada pela usinagem e beneficiamento de componentes metálicos utilizados no processo de fabricação da emissora. A segunda área de atuação é representada pela produção de peças de metal injetado (M.I.M. – metal injection molding) para terceiros. O objetivo da operação foi verter para a Taurus o patrimônio líquido da Polimetal destinado ao atendimento das demandas da própria emissora, permanecendo na controlada Polimetal as operações destinadas ao atendimento de vendas para terceiros.

c) sociedades envolvidas

Taurus Armas S/A e controlada a Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não há efeitos resultantes da operação no quadro acionário do emissor.

e) Quadro acionário antes e depois da operação

Não se aplica.

f) Mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas

Não se aplica.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1.Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22/07/2015, com vigência imediata e prazo indeterminado. A Política pode ser acessada em www.taurusri.com.br e atende as práticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC.

A Política institui as diretrizes e procedimentos a serem observados pela Taurus Armas S.A., suas controladas, coligadas, subsidiárias, funcionários, administradores e acionistas, em transações com partes relacionadas, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, com o objetivo de dar transparência do processo e assegurar que todas as decisões sejam tomadas preservando os interesses da Companhia e de seus acionistas.

A Política da Companhia define responsabilidades aos Administradores, como:

Diretor Presidente – submeter transações com partes relacionadas ao Conselho de Administração e garantir que sejam detalhadas por escrito; realizadas a preços, prazos e taxas usuais no mercado ou de negociações anteriores que representem condições comutativas; e sejam claramente refletidos e divulgados nas demonstrações financeiras

Conselho de Administração - Aprovar a Política de Transações com Partes Relacionadas, assim como todas as transações com Partes Relacionadas e analisar eventual descumprimento da Política.

Comitê de Gestão e Governança Corporativa - Propor e manter atualizadas as diretrizes/regras da Política, analisar eventuais violações à Política e, na hipótese de identificado seu descumprimento, encaminhar parecer para o Conselho de Administração.

Diretor de Relações com Investidores - Garantir a disseminação da Política, divulgar as transações relevantes com Partes Relacionadas.

São vedadas transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado, que envolvam remuneração não justificável ou desproporcional, e concessões diretas de empréstimos ao controlador, administradores e demais Partes Relacionadas. Não é permitindo, ainda, participações societárias relevantes de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Política estabelece também normas e diretrizes com relação a situações envolvendo conflito de interesses. O administrador da Companhia que estiver envolvido em qualquer situação que represente potencial conflito de interesse deverá manifestar tal conflito de interesse e abster-se de votar em deliberações sobre a matéria. Qualquer transação com a Companhia em que esteja, de alguma forma, envolvido, só poderá se dar em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado.

Vale destacar as operações da Companhia com seu controlador. Com a homologação do aumento de capital em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2014, a Companhia Brasileira de Cartuchos – “CBC”, passou a ser acionista majoritário da Taurus Armas S.A. Em 11 de fevereiro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), emitiu certidão informando a conclusão e arquivamento do processo para permissão do exercício dos direitos políticos da totalidade das ações detidas pela Companhia Brasileira de Cartuchos (“CBC”) sobre a Taurus.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Além de operações referentes à venda de armas para comercialização e compra de munições, em 24 de fevereiro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a transferência temporária da fabricação de determinados modelos de armas longas junto à CBC, conforme fato relevante divulgado na mesma data. A vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses. Além da produção de determinadas armas longas do portfólio da Companhia, o contrato prevê também a locação de máquinas e equipamentos para a fabricação das armas longas de propriedade da Companhia. As condições estabelecidas foram determinadas com base em condições de mercado, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. De acordo com as condições pactuadas no contrato, a comercialização das referidas armas longas continuará sendo realizada pela Taurus, sendo efetivada apenas a transferência temporária de licença de operação e processos de fabricação.

A responsabilidade pela assistência técnica e garantia dos produtos será integralmente da fabricante das armas, nos termos do contrato. Ainda, a CBC somente poderá produzir e/ou comercializar as armas longas objeto do contrato durante a vigência do mesmo, não sendo permitida a manutenção de operação das referidas armas após o término do contrato.

Os principais objetivos do contrato são: (I) aumentar a eficiência da operação de armas longas tendo em vista os menores custos de produção da unidade industrial da CBC em Montenegro-RS, em comparação com os custos incorridos pela Companhia; (II) permitir que a Companhia possa focar seus esforços na produção de revólveres, pistolas e armas táticas, que representam a maior parte de sua produção e melhores margens operacionais; (III) viabilizar o atendimento da demanda global de armas longas, considerando a maior capacidade instalada de fabricação da CBC; e, consequentemente, (iv) a otimização da distribuição destas armas junto a vários mercados.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS S.A. (CBC) e CBC BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.	11/05/2018	1.161.773,30	Não há	Não é possível aferir	10 anos, podendo ser prorrogado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoas jurídicas ligadas ao controlador da Forjas Taurus S.A.						
Objeto contrato	Sublicenciamento temporário pela Taurus à CBC de uso da marca Rossi, das licenças de operações e processos de fabricação de armas longas, incluindo projetos, especificações, desenhos, demais dados de engenharia necessários para a fabricação dos produtos para a Taurus e suas subsidiárias, bem como a locação dos equipamentos para o processo de fabricação das aludidas armas longas e alienação do estoque de matéria prima existente em poder da Taurus. O montante envolvido no negócio serão pagos pela CBC sublicenciada à Rossi detentora da marca e direitos de processos de fabricação e pagamento de Royalties variáveis conforme quantidade de armas produzidas e vendidas, fabricadas com a marca ou processo Rossi.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial, e falência de qualquer das partes; (II) Descumprimento contratual, não sanado no prazo indicado pela parte para o efetivo atendimento das obrigações decorrentes do contrato; (III) Prática de atos ilícitos que venham a comprometer a idoneidade de qualquer das partes, (IV) Cessão a terceiros das obrigações assumidas no presente contrato sem o prévio e expresso consentimento da Forjas Taurus S.A. (atual razão social: Taurus Armas S.A.)						
Natureza e razão para a operação	O valor a ser pago pela CBC à Rossi será variável conforme volume de armas produzidas e comercializadas pela CBC. O valor a ser pago pela CBC à Taurus referente a locação de máquinas equipamentos. CNPJ da CBC BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. (outra parte envolvida no contrato): 61.482.725/0007						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contrato de natureza sinalagmática, trazendo direitos e obrigações recíprocas.						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O Código de Ética da Taurus, atualizado em 26 de julho de 2016, elenca as regras de identificação e administração de conflitos de interesses amplamente divulgados na Companhia. A Companhia conta também com a Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2015, que estabelece diretrizes a serem observadas pela Companhia e pessoas a ela vinculadas, a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas preservando os interesses da Companhia e de seus acionistas. As práticas aplicam-se a todos os administradores e colaboradores da TAURUS, nas relações com clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, órgãos públicos, sociedade e o público em geral, conforme detalhado no item 16.1. deste Formulário.

A operação apresentada no item 16.2. deste Formulário segue estritamente as regras estabelecidas no Código de Ética e na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e, também, foi elaborado parecer técnico jurídico que foi levado à apreciação do Conselho de Administração da Companhia, que aprovou o contrato celebrado em reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 2017.

A Taurus é uma empresa privada brasileira que se dedica à fabricação, comércio e exportação de diversos produtos, com preponderância de armas curtas (revólveres e pistolas), enquanto a CBC é uma empresa privada brasileira que se dedica à fabricação, comércio e exportação de diversos produtos, com preponderância de armas longas e munições. Assim, como a TAURUS é proprietária de todas as licenças de operação e processos de fabricação dos modelos de armas longas da marca ROSSI, conclui-se que a transferência das licenças e processo de fabricação de tais armas à CBC atenderia o interesse comercial de ambas as partes com maior eficiência. Além disso, a CBC se obrigou, também, a honrar compromissos financeiros assumidos pela Taurus com a Rossi, no que tange ao pagamento de royalties e transferência de tecnologia.

O contrato prevê também a locação de máquinas e equipamentos para a fabricação das armas longas e as condições estabelecidas também foram determinadas com base em condições de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
26/04/2021	580.668.536,61		46.445.314	53.723.119	100.168.433
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
		BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO	Até a data dos respectivos vencimentos, cada bônus de subscrição, independentemente da série, dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação preferencial de emissão da Companhia, a qual terá os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferenciais da Companhia já emitidas e participando em igualdade de condições a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados no exercício , mediante pagamento dos seguintes preços de exercício: Série B - R\$5,00; Série C - R\$6,00; e Série D - R\$7,00. Caso exercidos todos os bônus de subscrição disponíveis, serão emitidas novas 30.707.722 ações preferenciais. O percentual de diluição potencial resultante do exercício total dos bônus de subscrição para os acionistas da companhia é de 31,944%		
Tipo de capital	Capital Subscrito				
26/04/2021	580.668.536,61		46.445.314	53.723.119	100.168.433
Tipo de capital	Capital Integralizado				
26/04/2021	580.668.536,61		46.445.314	53.723.119	100.168.433
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A					

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
06/01/2016	RCA	06/01/2016	11.701.400,00	Subscrição particular	7.135.000	0	7.135.000	17,63980000	1,64	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.								
Forma de integralização		O subscritor efetuou o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.								
02/06/2016	RCA	02/06/2016	17.540.321,52	Subscrição particular	10.060.829	634.489	10.695.318	19,04960491	1,64	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.								
Forma de integralização		Os subscritores efetuaram o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.								
27/06/2016	RCA	27/06/2016	4,92	Subscrição particular	3	0	3	0,00000515	1,64	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.								
Forma de integralização		O subscritor efetuou o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.								
31/01/2017	RCA	31/01/2017	10.511.814,52	Subscrição particular	1.802.855	4.606.788	6.409.643	10,99828481	1,64	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme Lei nº 6.404/76, artigo 170, §1º, III.								
Forma de integralização		O subscritores efetuaram o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.								
05/10/2018	Conselho de Administração	22/01/2019	60.728.730,00	Subscrição particular	0	10.174.414	10.174.414	15,01369726	5,97	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conversão de bônus de subscrição, a saber: Conversão de 155.523 bônus de subscrição série A, ao valor de R\$ 4,00 cada; Conversão de 10.205 bônus de subscrição série B, ao valor de R\$ 5,00 cada Conversão de 10.005.189 bônus de subscrição série C, ao valor de R\$ 6,00 cada; e Conversão de 3.497 bônus de subscrição série D, ao valor de R\$7,00 cada. PREÇO MÉDIO PONDERADO: R\$ 5,9687693								
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2019	Conselho de Administração	29/04/2019	42.271.127,00	Subscrição particular	0	10.406.421	85.269.047	9,08631352	4,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								
30/04/2019	AGOE	30/04/2019	60.728.730,00	Subscrição particular	0	10.174.414	10.174.414	15,01369726	5,97	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conversão de 155.523 bônus de subscrição série A, ao valor de R\$ 4,00 cada; Conversão de 10.205 bônus de subscrição série B, ao valor de R\$ 5,00 cada Conversão de 10.005.189 bônus de subscrição série C, ao valor de R\$ 6,00 cada; e Conversão de 3.497 bônus de subscrição série D, ao valor de R\$7,00 cada.								
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								
17/07/2019	Conselho de Administração	17/07/2019	12.764.711,00	Subscrição particular	0	3.109.751	3.109.751	2,51527001	4,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil.								
24/10/2019	Conselho de Administração	24/10/2019	5.350,00	Subscrição particular	0	850	850	0,00102835	6,25	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								
20/01/2020	Conselho de Administração	20/01/2020	18.425,00	Subscrição particular	46.445.314	42.019.019	88.464.333	0,00354154	5,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios para determinação do preço de emissão								
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
13/05/2020	Conselho de Administração	13/05/2020	118.925,00	Subscrição particular	46.445.314	42.042.380	88.487.694	0,02285278	5,09	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								
22/07/2020	Conselho de Administração	22/07/2020	4.660,00	Subscrição particular	46.445.314	42.043.312	88.488.626	0,00089546	5,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								
22/10/2020	Reunião do Conselho de Administração	22/10/2020	2.837.943,00	Subscrição particular	46.445.314	42.609.796	89.055.110	0,54533797	5,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conversão de bônus de subscrição, a saber: Conversão de 566.484 bônus de subscrição, sendo 561.936 (quinhentos e sessenta e um mil e novecentos e trinta e seis) bônus de subscrição da série B, ao valor de R\$5,00 cada um; 3.573 (três mil e quinhentos e setenta e três) bônus de subscrição da série C ao valor de R\$6,00 cada um; e 975 (novecentos e setenta e cinco) bônus de subscrição da série D. Isso representou a emissão de 566.484 (quinhentos e sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta e quatro). PREÇO MÉDIO PONDERADO: R\$ 5,00974961								
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								
28/01/2021	Reunião do Conselho de Administração	28/01/2021	37.048.211,00	Subscrição particular	46.445.314	49.684.169	96.129.483	7,08055619	5,24	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conversão de bônus de subscrição, a saber: Conversão de 7.074.373 bônus de subscrição, sendo 5.545.180 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta) bônus de subscrição da série B, ao valor de R\$5,00 cada um; 1.382.040 (milhão e trezentos e oitenta e dois mil, quarenta) bônus de subscrição da série C ao valor de R\$6,00 cada um; e 147.153 (cento e quarenta e sete mil, cento e cinquenta e três) bônus de subscrição da série D. Isso representou a emissão de 7.074.373 (sete milhões, setenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete). PREÇO MÉDIO PONDERADO: R\$ 5,23696036								
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								
26/04/2021	Reunião do Conselho de Administração	26/04/2021	20.381.614,00	Subscrição particular	46.445.314	53.723.119	100.168.433	3,63771010	5,05	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conversão de bônus de subscrição, a saber: conversão de 4.038.950 bônus de subscrição, sendo 3.862.328 (três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e oito) bônus de subscrição da série B, ao valor de R\$ 5,00 cada um; 166.380 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta) bônus de subscrição da série C ao valor de R\$ 6,00 cada um; e 10.242 (dez mil, duzentos e quarenta e dois) bônus de subscrição da série D. Isso representou a emissão de 4.038.950 bônus de subscrição (quatro milhões, trinta e oito mil, novecentos e cinquenta). PREÇO MÉDIO PONDERADO: R\$ 5,04626549								
Forma de integralização		Dinheiro e crédito contábil								

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 exercícios não houve aprovação de desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais não houve redução do capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Aumento de capital

Aumento de capital por emissão de bônus de subscrição privada, deliberada em reunião do Conselho de Administração de 5 de outubro de 2018, de acordo com a proposta elaborada pela Diretoria, com as seguintes características:

Série	Quantidade de bônus		Preço do bônus de subscrição	Preço da ação aos titulares de bônus	Prazo p/ aquisição das ações
	Emitidos originalmente	Subscritos			
A	25 milhões	24,9 milhões	R\$ 0,20	R\$ 4,00	05/04/2019
B	20 milhões	20 milhões	R\$ 0,10	R\$ 5,00	05/07/2019
C	20 milhões	20 milhões	R\$ 0,10	R\$ 6,00	07/10/2019
D	9 milhões	9 milhões	R\$ 0,10	R\$ 7,00	04/10/2020

Direito de preferência para acionistas na data de 11/10/2018.

Prazo para exercício do direito de preferência: 15/10/2018 a 13/11/2018

Fim do prazo de rateio das sobras: 28/11/2018

Liquidação das sobras: concluída em 10/12/2018, com atendimento integral das solicitações realizadas por titulares de bônus e cancelamento dos bônus não exercidos em razão de subscrições condicionadas (0,14% do total), representados por 100.126 bônus da série A).

Início de negociação dos bônus de subscrição no pregão da B3: 23/11/2018.

Todos os detalhes sobre o aumento de capital, inclusive sobre a conversão dos bônus de subscrição em ações, podem ser obtidos nos Avisos aos Acionistas disponíveis nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia.

Conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração – RCA de 08 de maio de 2019, foi aprovado por unanimidade, com a abstenção do Sr. Bernardo Simões Birmann: (i) prorrogar, por 2 anos, o prazo de exercício dos bônus de subscrição das séries B, C e D (emitidos no âmbito da reunião do conselho de administração realizada em 5 de outubro de 2018), de acordo com proposta encaminhada pela diretoria e que constitui o Anexo I à presente; e (ii) autorizar a diretoria da Companhia a adotar todos os procedimentos necessários para a efetivação da prorrogação ora aprovada.

Série	Quantidade de bônus		Preço do bônus de subscrição	Preço da ação aos titulares de bônus	Prazo p/ aquisição das ações
	Emitidos originalmente	Subscritos			
B	20 milhões	20 milhões	R\$ 0,10	R\$ 5,00	05/07/2021
C	20 milhões	20 milhões	R\$ 0,10	R\$ 6,00	07/10/2021
D	9 milhões	9 milhões	R\$ 0,10	R\$ 7,00	04/10/2022

17.5 - Outras Informações Relevantes

No dia 30 de julho, a Companhia publicou o Aviso aos acionistas informando que a partir de 1º de agosto de 2020, as solicitações de conversão dos Bônus das séries C e D realizadas por meio de agentes de custódia deixarão de ser liquidadas mensalmente e passarão a ser liquidadas quinzenalmente, tal como já ocorre atualmente em relação aos Bônus da série B. Adicionalmente, informamos que os Bônus em circulação continuam a poder ser negociados e/ou convertidos em ações preferenciais, nos termos previamente divulgados.

Quanto às solicitações de conversão por meio de agentes de custódia, os pedidos de conversão poderão ser apresentados observados os intervalos temporais abaixo indicados:

Série do Bônus	1º Intervalo	Intervalos subsequentes*	Último Intervalo
B	Da presente data até 30/11/2018	Do 1º dia do mês ao 15º dia do mês; e do 16º dia do mês ao último dia do mês, até 30/06/2021	De 01/07/2021 a 05/07/2021
C	Da presente data até 30/11/2018	Do 1º dia do mês ao 15º dia do mês; e do 16º dia do mês ao último dia do mês, até 30/09/2021	De 01/10/2021 a 07/10/2021
D	Da presente data até 30/11/2018	Do 1º dia do mês ao 15º dia do mês; e do 16º dia do mês ao último dia do mês, até 30/09/2022	De 01/10/2022 a 05/10/2022

* Não sendo o último dia de cada intervalo um dia útil, o intervalo se prorrogará até o primeiro dia útil subsequente.

As solicitações serão recebidas até o dia útil anterior ao último dia de cada intervalo e elas serão liquidadas, com a respectiva entrega das ações, no último dia do intervalo temporal em questão.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Dividendo obrigatório de 35% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Nos casos de liquidação da Companhia, nos termos da Lei.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Estatuto Social assegura aos Acionistas Não-Controladores dois representantes no Conselho de Administração caso os mecanismos previstos no artigo 141 da Lei das S.A. não lhes assegurem a eleição de, pelo menos, dois membros; Estatuto Social assegura aos dois Acionistas Não-Controladores titulares da maior quantidade de ações de emissão da Companhia o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o Conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Dividendo obrigatório de 35% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma de lei. E pelo art. 5o, parágrafo 3o , inciso (ii) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Direito de voto em assembleia geral acerca das seguintes matérias, caso em que cada ação preferencial corresponderá a um voto: <p>I. transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;</p> <p>II. aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;</p> <p>III. avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;</p> <p>IV. escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e</p> <p>V. alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2.</p>
Conversibilidade	Sim

18.1 - Direitos Das Ações

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conforme dispõe o artigo 52 do Estatuto Social aprovado em 27 de maio de 2011, caso o Veículo de Controle venha a deter menos de 35% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente em razão da transferência de ações pelos Controladores Atuais, incluindo, mas não limitado às hipóteses de transferência em virtude da excussão de garantias, inclusive penhor ou alienação fiduciária em garantia, no momento de sua execução, cada ação preferencial de emissão da Companhia será, obrigatoriamente, convertida em 1 ação ordinária, de modo que a totalidade das ações de emissão da Companhia sejam ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para fins deste Artigo, não será computada qualquer outra forma de diluição, seja em razão do aumento de capital não acompanhado pelos Controladores Atuais ou qualquer outra forma de redução percentual da participação do Veículo de Controle, com exceção da transferência voluntária de participação no capital votante da Companhia.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Direito a participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; Estatuto Social assegura aos Acionistas Não-Controladores dois representantes no Conselho de Administração caso os mecanismos previstos no artigo 141 da Lei das S.A. não lhes assegurem a eleição de, pelo menos, dois membros; Estatuto Social assegura aos dois Acionistas Não-Controladores titulares da maior quantidade de ações de emissão da Companhia o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o Conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras no Estatuto Social da Companhia que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Conforme dispõe o artigo 9º do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou pelo próprio Estatuto Social.

Essa suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria constar da ordem do dia.

Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral, quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social		31/12/2019								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	270.364.830	10,30	3,80	R\$ por Unidade	5,71
31/03/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.257.760.175	9,22	3,73	R\$ por Unidade	4,99
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.067.320	4,65	3,20	R\$ por Unidade	3,63
30/06/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	265.389.978	4,68	3,07	R\$ por Unidade	3,48
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.792.898	3,72	3,15	R\$ por Unidade	3,40
30/09/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	126.626.070	3,92	3,18	R\$ por Unidade	3,43
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.448.256	5,38	3,28	R\$ por Unidade	4,09
31/12/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	377.715.177	6,20	3,27	R\$ por Unidade	4,31
Exercício social		31/12/2018								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.030.600	2,80	1,54	R\$ por Unidade	1,77
31/03/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.061.893	2,45	1,61	R\$ por Unidade	1,76
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	848.906	1,88	1,54	R\$ por Unidade	1,63
30/06/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.870.647	1,94	1,56	R\$ por Unidade	1,67
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.720.535	4,84	1,51	R\$ por Unidade	2,00
30/09/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	82.460.587	4,40	1,64	R\$ por Unidade	2,08
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	374.746.507	16,80	2,88	R\$ por Unidade	6,24
31/12/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.070.853.873	12,00	3,06	R\$ por Unidade	5,28

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	456.066	1,71	1,41	R\$ por Unidade	1,50
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	195.967	1,76	1,45	R\$ por Unidade	1,54
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.129.804	2,46	1,45	R\$ por Unidade	1,80
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	373.253	2,05	1,49	R\$ por Unidade	1,77
31/03/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.896.158	1,67	1,39	R\$ por Unidade	1,48
30/06/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.456.084	1,79	1,35	R\$ por Unidade	1,49
30/09/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.928.296	2,55	1,39	R\$ por Unidade	1,89
31/12/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.090.528	2,19	1,51	R\$ por Unidade	1,88

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações
Data de emissão	25/06/2014
Data de vencimento	14/06/2021
Quantidade (Unidades)	10.000
Valor total (Reais)	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	75.771.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme cláusula 6.2 da Escritura de Emissão: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme cláusula 9.6 da Escritura de Emissão: Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGDEB"), a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposta na Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em AGDEB dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Esta 3ª Emissão de Debêntures foi incluída no processo de reperfilamento de dívida da Companhia concluído em dezembro de 2016, sendo que 50% destes títulos permaneceram sob a forma de debêntures, contudo nas mesmas características do reperfilamento. Já os outros 50% foram convertidos em Empréstimos e Financiamentos. Assim, o prazo da operação foi repactuado para 5 anos, com 2 anos de carência para pagamento do principal.

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus séries A, B, C e D
Data de emissão	05/10/2018
Data de vencimento	05/10/2022
Quantidade (Unidades)	73.899.874
Valor total (Reais)	382.599.496,00
Saldo Devedor em Aberto	266.834.928,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Até a data dos respectivos vencimentos, cada bônus de subscrição, independentemente da série, dará ao seu titular o direito de subscrever 1 ação preferencial de emissão da Companhia, a qual terá os mesmos direitos atribuídos às demais ações preferenciais da Companhia já emitidas e participando em igualdade de condições a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados no exercício, mediante pagamento dos seguintes preços de exercício: Série B - R\$5,00; Série C - R\$6,00; e Série D - R\$7,00. Caso exercidos todos os bônus de subscrição disponíveis, serão emitidas novas 35.480.221 ações preferenciais. O percentual de diluição potencial resultante do exercício total dos bônus de subscrição para os acionistas da companhia é de 26,624%.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Os bônus de subscrição foram subscritos privadamente, nos termos da regulamentação em vigor. Vencimento: (i) Série A – 05/04/2019; (ii) Série B – 05/07/2021; (iii) Série C – 07/10/2021; e (iv) Série D – 05/10/2022. Quantidade de bônus emitidos: (i) 24.899.874 da Série A; (ii) 20.000.000 da Série B; (iii) 20.000.000 da Série C; e (iv) 9.000.000 da Série D. Até 31.03.2021, do total de bônus emitidos, 35.480.221 bônus já foram convertidos em ações preferenciais

.....

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	4	0
Bônus de Subscrição	3118	8	25

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações de emissão da Companhia são negociadas no Nível II da B3.

As debêntures de emissão da Companhia são negociadas no mercado secundário da B3.

Os bônus de subscrição emitidos pela Companhia são negociados na B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, não foi realizada oferta pública de valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários

Não se aplica, uma vez que nos últimos três exercícios sociais não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia não realizou ofertas públicas de ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não manteve planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios não houve movimentação de valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relativas a planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria foram apresentadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 04/07/2011

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam, para fins de expressa adesão, (i) a Companhia, (ii) os seus acionistas controladores, (iii) os seus administradores (conselheiros de administração, diretores e conselheiros fiscais), (iv) os seus ex-administradores e (v) empregados, executivos e/ou quaisquer outras pessoas da Companhia assim indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério.

Principais características e locais de consulta

Nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação editada pela CVM, cumpre, a qualquer pessoa, guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada ao mercado, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários. Além do sigilo, é vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem indevida no mercado de capitais, sendo caracterizada como crime contra o mercado de capitais a utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, por quem tenha dela conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários. Em convergência com referidos dispositivos e considerando os pressupostos de que a alocação eficiente de recursos em uma economia de mercado tem como pré-condição a existência de um sistema confiável e oportuno de divulgação de informações, a Companhia, fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358. A Política de Negociação da Companhia deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2002 (e atualizada em 28 de março de 2014), na mencionada Instrução CVM 358 na das Sociedades por Ações e no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – BOLSA, BRASIL, BALCÃO, especialmente quanto ao dever dos acionistas controladores, administradores, conselheiros e ex-administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários. A Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia pode ser consultada em www.taurusri.com.br.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização As Pessoas Sujeitas à Restrição são presumivelmente detentoras de informação privilegiada e não podem negociar (i) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (ii) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer Valor Mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura, quando em desacordo com a Política de Negociação e/ou em diversos períodos específicos, conforme indicados a seguir. As Pessoas Sujeitas à Restrição não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia.

Excepcionalmente, os administradores da Companhia, das suas sociedades controladas e coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da Política de Negociação.

Estão abrangidas nas vedações da Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição, definidas como:

(a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsas de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição; e

(b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme descrito na Política de Negociação

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas no item anterior.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Em 29 de julho de 2002, e adaptada em 28 de março 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o Manual de Conduta sobre Uso, Divulgação e Manutenção de Sigilo acerca de Informações da Companhia, o qual atende as exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das S.A. e nos normativos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer ato e/ou fato relevante relacionado aos seus negócios à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – BOLSA, BRASIL, BALCÃO. O Diretor de Relações com Investidores é responsável por assegurar que as informações a serem divulgadas sejam precisas e tempestivas. Os demais Administradores da Companhia também são responsáveis pelo conteúdo e veracidade das informações publicadas ao mercado.

A divulgação de ato ou fato relevante tem por finalidade assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil e de forma simultânea, eficiente e razoável, das informações necessárias às suas decisões de investimento, assegurando-lhes o acesso simétrico e igualitário a toda a informação relevante. Visa-se, assim, garantir que a competição entre os investidores se lastreie na análise e interpretação das informações divulgadas e jamais no acesso prévio e privilegiado à mesma informação, coibindo-se o uso indevido de informações relevantes por pessoas que a elas tenham acesso privilegiado, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores, da companhia e do mercado em geral.

Em 18 de março de 2016, a Companhia passou a utilizar o seguinte portal de notícias para divulgação de fatos relevantes: www.luzdigi.com.br.

O Manual de Conduta sobre Uso, Divulgação e Manutenção de Sigilo acerca de Informações está disponível no site de RI da Companhia (www.taurusri.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

A divulgação de ato ou fato relevante tem por finalidade assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil e de forma simultânea, eficiente e razoável, das informações necessárias às suas decisões de investimento, assegurando-lhes o acesso simétrico e igualitário a toda a informação relevante. Visa-se, assim, garantir que a competição entre os investidores se lastreie na análise e interpretação das informações divulgadas e jamais no acesso prévio e privilegiado à mesma informação, coibindo-se o uso indevido de informações relevantes por pessoas que a elas tenham acesso privilegiado, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores, da companhia e do mercado em geral.

A Companhia atende as exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das S.A. e nos normativos expedidos pela CVM. Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer ato e/ou fato relevante relacionado aos seus negócios a CVM e a B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. A Diretoria de Relações com Investidores é responsável por assegurar que as informações a serem divulgadas sejam precisas e tempestivas. Os Administradores da Companhia também são responsáveis pelo conteúdo e veracidade das informações publicadas ao mercado.

Cumpra aos acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais e integrantes de quaisquer outros órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo quanto às informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Os administradores, sempre que possível, deverão incluir nos contratos firmados com terceiros, que possam vir a ter acesso a informações relevantes sobre a companhia, cláusula específica ou “Termo de Confidencialidade”, pelo qual se comprometam a guardar sigilo em relação a qualquer ato ou fato relevante nos termos definidos pela CVM e pela Política de Divulgação da Companhia.

Em 18 de março de 2016, a Companhia passou a utilizar o seguinte portal de notícias para divulgação de fatos relevantes: www.luzdigi.com.br.

Todos os Comunicados ao Mercado, Fatos Relevantes, Aviso aos Acionistas, Demonstrações Financeiras e quaisquer outras informações divulgadas pela Companhia estão também disponíveis em seu site de RI (www.taurus.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Os responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações são o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.